



REFLEXÃO

REVISTA DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E TEOLOGIA

EXPEDIENTE

REFLEXÃO

Revista trimestral do Instituto de Filosofia e Teologia da PUC

Diretor Responsável: Côn. Haroldo Niero

Redator Chefe: Antônio Joaquim Severino

Conselho Editorial: João Francisco Regis de Moraes, João Carlos Nogueira, José Antônio Moraes Busch, Tarcísio Moura, Francisco de Paula Souza, Gabriel Lomba Santiago.

Colaboradores Efetivos: André Wilson Martinelli, Antônio Teixeira Filho, Brígida Montini, Brasilino Paschoal Canoas, Constança Marcondes Cesar, Fernando Godoy Moreira, Glauco Prado Nogueira, Jamil Cury Sawaya, João Correa Machado, José Machado Couto, Lídia Maria Rodrigo, Luís Roberto Benedetti, Maria Soares de Camargo, Mario Scolari, Dom Roberto Pinarello de Almeida, Vera Irma Furlan de Faria.

Diagramação e Composição

Supervisão Geral: Anis Carlos Fares

Coordenadora: Celia Regina Fogagnoli

Equipe: Ana Maria Caracio de Moraes, Elizabeth de Souza Ortiz, Maria Imaculada Ferraguti Pinto e Marilza Martinazzo Dainesi.

Desenhistas: Alcy Gomes Ribeiro e Carlos Eduardo Franco de Siqueira.

Impressão

Chefe: Benedicto Ferreira

Subchefe: Benedito Antonio Gavioli

Equipe: Ademilson Batista da Silva, Alceu Amauri Costa, Airton Roberto Anesi, Antonio Garcia, Luiz Carlos B. Grilo, Nilson José Marçola e Ricardo Maçaneiro.

Auxiliares de Administração: Vilma Pratalli e Maria Aparecida R. Mendoza

Redação e Administração: R. Marechal Deodoro, 1099 — Centro

13100 — Campinas — SP — Tel. (0192) 2-7001 — Ramal 29

Assinatura anual: Cr\$ 100,00

Número avulso: Cr\$ 30,00

Distribuição e vendas avulsas:

CORTEZ & MORAES LTDA.

Rua Ministro de Godoy, 1022 — tel. (011) 62-8987

05015 — São Paulo — SP

CAMPINAS	Reflexão	Ano II	Nº 8	pag. 545 a 684	dezembro/1977
----------	----------	--------	------	----------------	---------------

SUMÁRIO

Editorial	549
-----------------	-----

ARTIGOS:

Dilva Rosa Marques e Olga Tormena. O pioneirismo de Paulo Egydio de Oliveira Carvalho na formação do pensamento social no Brasil	553
Josele de Paiva Mendes e Maria do Carmo Marangoni Renesto. Significação filosófica de sociologia crítica de Octávio Ianni	575
Maria Soares Camargo e Maria Virgínia Fernandes. A sociologia dialética na filosofia social do ISEB: a contribuição de Guerreiro Ramos	595
Tarcísio Moura. A implantação da tecnologia computacional na escola: uma abordagem filosófica	611
João Ribeiro Júnior. Alguns Aspectos de Antropologia filosófica face à possibilidade ôntico-axiológico jurídica	631
João Francisco Duarte Júnior. A arte como circulação de sentido e dimensão de educação	639

CRÔNICA:

Juan Zumalde. A obra Kolping no Brasil	659
---	-----

RESENHAS	667
----------------	-----

ÍNDICES	671
---------------	-----

A Revista **Reflexão** aceita colaborações que lhe forem espontaneamente enviadas, reservando-se o direito de publicá-las ou não. Os originais não serão devolvidos. Os autores dos artigos publicados terão direito a cinco exemplares. Os conceitos emitidos em artigos assinados são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

Visando facilitar o trabalho do conselho editorial, dos revisores e dos gráficos, a Revista solicita a seus colaboradores que observem as seguintes normas para a apresentação de seus originais.

Os trabalhos a serem enviados não devem exceder 30 laudas datilografadas, de 30 linhas cada um, em espaço duplo, devendo ser remetidos em três vias.

As citações bibliográficas do corpo do texto devem ser registradas em notas de rodapé de cada página, nas quais devem ser assinalados o nome do autor (em ordem direta, com sobrenome em maiúsculas), o título do documento citado (grifado) e o número da página; as referências bibliográficas completas — com indicação de cidade, editora, data e demais dados bibliográficos e tipográficos — devem ser registrados na Bibliografia final do artigo, de acordo com a técnica bibliográfica.

Solicita-se igualmente que o trabalho tenha boa apresentação de datilografia, facilitando assim os trabalhos de composição gráfica. O autor deve enviar igualmente os dados de sua qualificação para identificação junto aos leitores.

REFLEXÃO

Revista de Filosofia e Teologia
Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Instituto de Filosofia e Teologia.
Campinas — SP — Brasil. 1 977
1 977, 2 (8): — dezembro
1. Filosofia — Periódicos. 105
2. Teologia — Periódicos. 205
3. Bibliografias Especializadas. 016

EDITORIAL

Cabe, sem dúvida à Filosofia retomar a problemática existencial da sociedade brasileira, numa tentativa de explicitar o seu significado mais profundo. Significado este que só pode estar fundado numa concepção do homem, considerado na sua eminente dignidade de pessoa humana. Esta tarefa de reflexão se desdobra no tempo histórico de nossa cultura e é realizada por um esforço coletivo desenvolvido por todos aqueles que se comprometem com o trabalho de construir esta cultura, em todas suas dimensões. Neste sentido, a tarefa especificamente destinada ao refletir filosófico seria a de explicitar o significado da realidade existencial de nossa sociedade. Mas, como trabalho coletivo que é, se faz importante para este desempenho filosófico, conhecer o pensamento dos brasileiros que, de uma ou de outra maneira, contribuíram, nas diversas épocas, para esta explicitação. Tal o sentido da intenção desta revista de valorizar o pensador brasileiro, de divulgá-lo, de indicá-lo para a discussão de nossos leitores. Isto sem desmerecer todo o rico manancial do pensamento, por assim dizer, universal, que tanta contribuição tem dado à nossa emergente tradição cultural no campo da Filosofia.

Com o objetivo de valorizar o autor brasileiro, Dilva Rosa Marques e Olga Tormena mostram o papel representado por Paulo Egydio de Oliveira Carvalho na formação do pensamento social no Brasil. Expõem as idéias deste pioneiro, como sociólogo, jurista, político, mas sobretudo como filósofo social, salientando as dificuldades para sua análise, devido à amplitude de horizontes abertos por ele. Afinal, estas idéias se configuram como positivismo crítico.

Na mesma perspectiva de encarecer o pensamento social autenticamente brasileiro, situa-se o artigo de Josele de Paiva Mendes França e Maria do Carmo Marangoni Renesto sobre a sociologia crítica de Octávio Ianni. As autoras propõem-se a comprovar esta postura dentro da vasta contribuição deste pensador social para a análise da sociedade brasileira mais recente. Apresentam algumas provas desta "sociologia crítica": ruptura do autor com os modelos positivistas e adoção de modelos críticos, posicionamento do próprio autor com o auxílio da leitura marxista, ilustração da postura dentro do estudo do processo de industrialização no Brasil feito por Octávio Ianni.

Dentro ainda da linha de análise do pensamento social brasileiro, Maria Soares de Camargo e Maria Virgínia Fernandes destacam a figura de Alberto Guerreiro Ramos, confrontando a sociologia deste com a sociologia dialética do ISEB (1955 – 64). A Filosofia Social do ISEB, pela qual Guerreiro Ramos batalhou como um dos seus membros diretores, era motivada pelo ideal de autodeterminação do país (Nacional-Desenvolvimentismo). Segundo as autoras, a maior contribuição deste autor para a sociologia nacional, foi a proposta da redução sociológica como método científico.

Abordando as implicações teóricas, no campo educacional, da implantação da tecnologia do computador na escola, Tarcísio Moura mostra que os processos computacionais, embora objetivos e eficientes, são incapazes de exaurir, em dados de processamento, todas as coordenadas da educação. Há “intencões que não se reduzem a dados de computador”. O autor acusa a suspeita neutralidade desta tecnologia e mostra como não apresenta nenhuma contribuição nova para o pensamento pedagógico, mas somente uma aplicação da ideologia cientificista, apesar de dar à escola um novo e amplo campo de ação. Enfatiza, por isso, a necessidade de uma Filosofia da Educação que salvasse os elementos fundamentais do processo educativo.

A partir da concepção do ser-do-homem como ser-que-deve-ser-para-o-outro, João Ribeiro Júnior procura traçar as relações entre o Direito e a Antropologia Filosófica. Colocando o homem como fonte-de-valores e do direito, afirma a necessidade da experiência intersubjetiva para se realizar o justo valor da justiça. Propõe uma Antropologia Jus-Filosófica para se alcançar o Humanismo Jurídico.

João Francisco Duarte Júnior procura relacionar, por sua vez, arte e educação através do encontro que ambas realizam na cultura, com vistas a abrir novos caminhos no campo da práxis educativa. Adota a perspectiva da fenomenologia hermenêutica na abordagem da questão do sentido e do homem como ser-no-mundo, para uma análise da cultura. Ressalta a necessidade de circulação de sentido numa aprendizagem significativa. O estudo fenomenológico da arte como expressão humana leva à concepção da educação pela arte, o que se realiza porque esta é uma das formas de o homem dar sentido à existência.

ARTIGOS

**O PIONEIRISMO DE PAULO EGYDIO DE OLIVEIRA CARVALHO
NA FORMAÇÃO DO PENSAMENTO
SOCIAL NO BRASIL**

Dilva Rosa Marques

Olga Tormena *

“...nenhuma reforma de caracter penal poderá realizar-se sem que tenha por alvo um novo ideal de justiça. E tanto basta para que o direito, com o caracter de sciencia pratica, se mantenha sempre em seu domínio scientifico, como disciplina autônoma, mas vivificado sempre à luz da philosophia social”.

Paulo Egydio

INTRODUÇÃO

A descoberta de um pensamento autenticamente brasileiro é dificultada pelo esquecimento que, em geral, os pesquisadores têm devotado aos nossos filósofos. É o caso de Paulo Egydio de OLIVEIRA CARVALHO (1 843 – 1 906). Apesar de mencionado, até mesmo mais recentemente, por obras que historiam a evolução do pensamento brasileiro (1), certas facetas de sua figura intelectual e mesmo a configuração geral de sua linha de pensamento têm sido esquecidas.

*Mestranda em Filosofia na PUC.

(1) Vamireh CHACON em sua *Histórias das Idéias Sociológicas no Brasil*, S. Paulo, Grijalbo, 1 977, relaciona, por exemplo, Paulo Egydio entre os autores estudados, dedicando-lhe especialmente um capítulo, onde analisa a influência de DURKHEIM sobre ele. Outros autores, como, por exemplo, Luís W. VITA (*Antologia do Pensamento Social e político no Brasil*, S. Paulo, Grijalbo, 1 968), Miguel REALE (*Filosofia em São Paulo*, S. Paulo, Grijalbo, ed., 2ª, 1 976), com seus estudos bem recentes, trazem menções a Paulo Egydio.

Tentaremos aqui fazer um pouco de justiça a este autor nosso que, por circunstâncias próprias do sistema de divulgação das idéias no Brasil, não recebeu dos comentadores análise mais ampla e minuciosa sob o ponto de vista filosófico. Como iremos salientar, o papel de Paulo Egydio foi antes de tudo de um iniciador. Ele mesmo voltou-se de forma acentuada para as idéias vindas do exterior. Teve, inclusive, o grande mérito de ser o introdutor do positivismo de DURKHEIM no Brasil. Adotou também o positivismo como linha de reflexão, apoiando-se nos autores em voga: COMTE, SPENCER, DURKHEIM. No entanto, o seu pleno engajamento na realidade social brasileira de então, como jurista e político, e sobre a qual voltou a sua visão de mundo, garante o caráter brasileiro ao seu pensamento.

Será uma faceta deste pensamento que irá merecer aqui o enfoque de análise: a feição filosófica da reflexão social. Pelo caráter próprio de suas colocações, acreditamos que este aspecto deve receber um tratamento particular. Há em Paulo Egydio uma reflexão de cunho sociológico (de que deu provas nos cursos de Sociologia que ministrou e nas diversas obras de caráter social, político e jurídico), que se assenta explicitamente em coordenadas filosóficas. Assim, seja do lado puramente sociológico, seja pelo lado de uma filosofia social, afirmamos que ele foi um pioneiro. O aparecimento da reflexão sociológica em Paulo Egydio representou o seu surgimento no panorama de idéias da cultura brasileira de então. E significou também o aparecimento do pensamento social científico no Brasil.

A envergadura intelectual deste pensador poderá ser avaliada pela análise de suas idéias, das quais faremos uma apresentação apenas exemplificadora. Sua originalidade, por sua vez, é um tanto problemática para ser comprovada à primeira vista, devido à abrangência de perspectivas que adotou, sobretudo das filosofias positivistas. No entanto, podemos notar que ele assumiu uma posição crítica perante todas elas, acatando-as apenas segundo o próprio critério reflexivo. Desta forma, julgamos tenha ele abraçado a linha de um **positivismo crítico** que o fez elaborar uma espécie de balanço comparativo das idéias positivistas, colocando uma frente à outra e posicionando-se segundo a análise particular que fazia desta contraposição de idéias. É assim identificado que acreditamos merecer, o seu nome, maior evidência no panorama da história do pensamento social no Brasil.

1. GÊNESE DA PREOCUPAÇÃO SOCIOLÓGICA DE PAULO EGYDIO

Não podemos datar dos estudos elaborados por Paulo Egydio sobre sociologia, a partir de 1898, o início de suas preocupações pela problemática social. De fato, a partir dessa época muitos trabalhos significativos aparecem, tais como: “Do Estudo da Sociologia como base do Estudo do Direito” (conferência – São Paulo, 1898), **Do Conceito Científico das Leis Sociológicas** (São Paulo, 1899), **Do Conceito Geral do Crime Segundo o methodo Contemporaneo** (A Propósito da Theoria de Emile DURKHEIM, São Paulo, 1900), “O Problema Sociológico” (Estudo de Conjunto das Theorias Sociais, Recife, 1906), que lhe mereceram até elogios de René Worms na **Révue International de Sociologie**. No entanto, o seu sacerdócio jurídico é que anteriormente lhe abriu as portas para o contato com a realidade social. É evidente que a sua obra capital **Ensaio sobre Algumas Questões de Direito e de Economia Política** (São Paulo 1896) não pode ser considerada bem um tratado de Sociologia, mas os problemas levantados pelos vários ensaios de que é composta, realizam a passagem necessária para que seu pensamento tomasse sentido da importância do social na interpretação da realidade humana. GUMPLOWICZ, Stuart MILL e GIDDINGS, marcaram o pensamento de Paulo Egydio mas é de SPENCER (2) que ele se confessa discípulo genuíno quando objetivou desenvolver a doutrina jurídica geral diante das generalizações inferidas pela nova ciência da sociedade. COMTE e DARWIN estão presentes nas coordenadas gerais de suas proposições mas é a filosofia spenceriana que lhe inspira a proposta de reformulação do “Ensino Oficial do Direito em nossas Faculdades” (3).

De outro lado, certos temas, sobretudo no campo da patologia social, talvez sejam, no entanto, aqueles que fizeram com que outro grande autor que despontava no momento exercesse sobre ele, também, uma impressão toda particular: Emile DURKHEIM. Não se trata de mera coincidência o aparecimento desta temática comum. A preocupação durkheiminiana a respeito do crime, da divisão do trabalho social e do cooperativismo aparece também na obra de Paulo Egydio, em, por exemplo; “Cartas sobre a Reforma Penitenciária” (in-**Ensaio Sobre Algumas Questões de Direito**, pág. 163), “Das Sociedades

(2) Cf. Paulo Egydio de O. CARVALHO, **Ensaio Sobre Algumas Questões de Direito e de Economia Política**, p. 10.

(3) *Ibid.*, p. 25.

Cooperativas” (*Ibid.* p. 259), “Das Caixas Econômicas-necessidade de uma revisão profunda da legislação brasileira a respeito” (*Ibid.*, p. 301). Disso pode-se deduzir que o nosso autor acompanhou de perto o progresso da teoria sociológica como se desenvolvia na Europa. Prova disso é a proximidade cronológica da publicação das obras de DURKHEIM com as suas. **A Divisão do Trabalho Social** aparece em 1893 e **As Regras do Methodo Sociologico** em 1895. A influência desta última é patente na obra **Do Conceito Geral do Crime Segundo o Methodo Contemporaneo** (1900), onde Paulo Egydio discute a teoria durkheiminiana. Entretanto não se pode afirmar uma identidade absoluta em termos de teoria, o que é uma questão a ser discutida mais amplamente. Também não se pode dizer que DURKHEIM, SPENCER ou outro autor tenham suscitado em Paulo Egydio o sociológico. Antes disso, julgamos que ele tenha tido uma consciência aguda das coordenadas sociais no seu labor jurídico e em confronto com a sociedade brasileira ou, mais precisamente paulista. Acreditamos que Paulo Egydio tenha procurado neles não propriamente uma inspiração, mas instrumentais teóricos de análise. Isto deve ser dito para ficar bem assente que seu ponto de partida é a própria realidade que seus olhos viam. O que não significa que seu gênio sociológico tenha surgido abruptamente e sem o mínimo de influências. No seu nascedouro estava presente, isto sim, uma realidade vivida e que depois foi recebendo análises mais amplas congregando diversos modelos teóricos. É por isto que outra obra sobressai do contexto da formação do seu pensamento social. É a obra **A Provincia de São Paulo em 1888 – Ensaio Historico-politico** (São Paulo 1889). Aí o autor combate inicialmente as lutas partidárias “como praga maldita que devasta as melhores organizações morais” (4) e que prejudicam a sociedade e não se colocam a serviço dos interesses reais do povo. Ressalta e registra o valor da abolição da escravatura e daqueles que se engajaram ao movimento, reconhecendo a abolição como libertação de uma raça oprimida durante séculos, porém condena a agressividade e subversão do movimento abolicionista. Aborda o problema da formação da mão-de-obra escravocrata pela mão-de-obra do imigrante e também a falta de conhecimento dos senhores abolicionistas em não preverem as consequências da abolição, criando, assim, a desordem e o descontentamento tanto aos agricultores como aos escravos. Toda esta problemática social que envolvia a época, arrebatou o nosso autor e fez dele um dos seus principais analistas.

A formação do pensamento de Paulo Egydio centrou-se, de maneira geral, em dois pólos fundamentais, o jurídico e o sociológico, embora

(4) Paulo E. de O. CARVALHO, **A Provincia de São Paulo em 1888**, p. 5.

outros aspectos tenham tido presença aí, como por exemplo, o literário e o lingüístico (com 17 anos já escreve “Impressões ocasionadas pela leitura do Sr. Casimiro de Abreo” e “Apontamentos sobre a opinião de CONDILLAC na Questão da Linguagem” ambos em **Trabalhos Literarios**, São Paulo, 1 860), o filosófico (“O Ecletismo e suas Relações Philosophicas-Historica”, em *Revista do Instituto Científico*, nº 2, 1 862), o econômico (Banco de Crédito Real de São Paulo – Estudos Econômicos, S. Paulo, 1 888). Apaixonado pela política, é eleito deputado e senador por S. Paulo. No entanto, a sua ação política estava voltada para os problemas de ordem social interna, como o demonstram as suas críticas feitas à interferência do poder político na vida dos indivíduos e das associações e a sua luta pela libertação dos escravos.

Assim, embora todas essas facetas estejam presentes, o jurídico e o social absorvem as maiores atenções de sua vida. No entanto, em termos cronológicos a sua obra fundamental, **Ensaio sobre Algumas Questões de Direito**, além de marcar o momento de passagem para o pensamento social, marca também o momento em que as obras de cunho jurídico quase desaparecem. Além de “O Direito Público e sua Reconstrução Científica” (Introdução ao Estudo de Direito Publico e Constitucional, **Revista da Faculdade de Direito do Estado de Minas Gerais, 1 901**) não aparece nenhuma obra de cunho propriamente jurídico. A sua preocupação jurídica levou-o a escrever em 1 897, “Do Determinismo Jurídico” (**Gazeta Juridica**, São Paulo). Entretanto, esta mesma época demarca o surgimento da sua convicção sociológica. É significativo também que, no seu último ano de vida tenha publicado “O Problema Sociológico: Estudo de Conjunto das Theorias Sociais” (**A Cultura Academica**, Recife, Ano II, Vol. II, Tomo I, 1 906), e que, como quase todas as suas obras de sociologia, é fruto dos cursos por ele ministrados.

Assim, tendo em vista este panorama geral da evolução de pensamento de Paulo Egydio podemos notar que ele procurou acima de tudo, captar as coordenadas básicas da interpretação social, sobretudo a partir da própria realidade brasileira. Sem dúvida, ele se baseou, na análise teórica, em diversos autores de grande estatura neste campo, mas intuiu por si mesmo, as mais das vezes, o caráter específico do elemento sociológico brasileiro que ele próprio privilegiou. Por isso, não será inexato afirmar que a compreensão fundamental de seu pensamento e de sua obra far-se-á essencialmente numa perspectiva social, com vistas num contexto de realidade vivido por ele próprio e sobre o qual ele debruçou o seu gênio de analista.

2. MULTIPLICIDADE DE INFLUÊNCIAS PARA UM PENSADOR VERSÁTIL

O grande problema da compreensão do pensamento de Paulo Egydio está em descobrir a linha que o norteia através da multiplicidade de influências acatadas em suas obras.

Ele foi, na sua época, o grande sociólogo paulista que (5) conhecia profundamente a doutrina dos grandes sociólogos do seu tempo. "Seu luminoso espírito assimilava igualmente com precisão e fidelidade o pensamento dos grandes filósofos que orientaram a sociologia" (6). A própria escola eclética (*) que desde cedo influenciou sua formação acadêmica, estava permeada de diversas concepções de mundo, da natureza e da realidade social que emanaram da filosofia das ciências.

Iniciando sua carreira pelo Direito, Paulo Egydio vê-se cada vez mais atraído pelo social. Homem público — Deputado, depois Senador por São Paulo de 1 870 a 1 906 — ao sentir-se desafiado pela complexa realidade social de seu tempo, envereda pelo estudo e conhecimento das várias concepções sociais, sobretudo as de caráter positivista, que se desenvolveram no exterior e, alicerçado nos estudos de filósofos, juristas e sociólogos ingleses, americanos, italianos e franceses, procura respostas para os problemas sociais do seu país.

A obra **A Província de São Paulo em 1 888** que, para nós, é aquela que deu ensejo às suas preocupações de ordem social, esboça uma sociologia descritiva nos padrões com que despontava na Europa. No entanto, não passa de um esboço porque, afinal, se reduz a um ensaio histórico-político, como o próprio subtítulo da obra o quer revelar.

Em sua visão política, entrelaçam-se posições de VIVIEN, CABANTOUS e CHANVEAU (7) quando esboça o perfil do administrador e homem público que seja capaz de compreender a plenitude de suas funções, a nobreza e a elevação de seu papel. Por outro lado, a filosofia que permeia as análises dos problemas sociais ligados à escravidão e à imigração assenta-se no sociologismo da linha nitidamente spenceriana. É ainda na concepção spence-

(5) Cf. Folha da Manhã, S. Paulo, 19/1/1 936.

(6) Alberto SEABRA, "A Personalidade do Autor: Seus traços biográficos", in Estudos de Sociologia Criminal, p. 8.

(*) A Escola Eclética, que forneceu os primeiros rumos à formação intelectual de Paulo Egydio deu a orientação oficial do ensino na época e se caracterizava por sua feição clássica.

(7) Cf. Paulo E. de O. CARVALHO, Estudos de Sociologia Criminal, p. 88 e 89.

riana de sociedade que Paulo Egydio se inspira ao tentar constituir uma doutrina do Direito e quando propõe reformulação na educação brasileira e no ensino jurídico no Brasil. Nesta linha aparece o Ensaio I – “Do Ensino Oficial do Direito em nossas Faculdades”, in **Ensaio sobre Algumas Questões de Direito** (8).

Mente aberta e receptiva a novas concepções filosóficas, não hesita em travar polêmica com o Pe. Hermann GRUBER e Dr. AGUILLERA a propósito das críticas desses tomistas ao evolucionismo, concluindo que a concepção do Direito como um organismo social se coloca perfeitamente de acordo com a concepção spenceriana da evolução. O ápice dessa polêmica está na firmeza com que Paulo Egydio analisa a concepção de livre arbítrio, tanto na posição tomista da escola clássica como na doutrina evolucionista do Sociólogo inglês (9).

No Ensaio III – “Carta sobre a Reforma Penitenciária”, IV – “Vista Geral sobre a Teoria da Codificação Civil” e V – “Das Sociedades Cooperativas”, demonstra perfeita assimilação dos estudos sociológicos que naquela época predominavam nos centros europeus sob a influência de DURKHEIM. Assim é que, dentre outros assuntos sociais de importância capital, alerta os legisladores brasileiros quanto à grande preocupação européia na mudança de concepção do homem anormal dentro do Direito. Propõe a implantação de cooperativas no Brasil, “para que não rebentem jamais entre nós commoções violentas que trazem em sobressalto as nações da Europa, para que jamais tenhamos aqui o que lá se chama a questão operária” (10). Sob este tema evidencia estar familiarizado com modelos e doutrinas político-econômicas de italianos, ingleses, alemães e franceses e opta pelo modelo cooperativista francês por ser o mais simples e geral. É de observar que o cooperativismo de Paulo Egydio significa uma opção por um modelo não revolucionário. Esta paz procurada dentro da realidade social, ele a procura também no campo das idéias, pois, ao mesmo tempo que contrapunha as várias teorias, ele tentava conciliá-las. Acreditamos, entretanto, que ele buscava não simplesmente estar em paz com seus autores preferidos, mas antes de tudo com a própria consciência, aplicado na imensa responsabilidade de explicar adequadamente a realidade social.

A obra **Estudos de Sociologia: Do Conceito Científico das Leis Sociológicas**, publicada em 1898, está toda ela permeada de diferentes

(8) Cf. Sobretudo p. 23 de edição citada.

(9) Cf. Paulo E. de O. CARVALHO, **Ensaio Sobre Algumas Questões de Direito e de Economia Política**, p. 138/9.

(10) Paulo Egydio de O. CARVALHO, **Ensaio Sobre Algumas Questões de Direito e de Economia Política**, p. 261.

doutrinas, para clarificar os conceitos e as proposições usados na enunciação das leis sociológicas (pág. 35). Apoiou-se em posições assumidas por René WORMS na sessão da sociedade de sociologia de Paris daquele ano, em GIDDINGS e De GREEF (11), para concluir que o método experimental em sociologia é limitado, mas é possível e praticável. Quando, a seguir e no Cap. IV dessa mesma obra, analisa o processo estatístico aplicado aos fenômenos das sociedades humanas, conduz seu pensamento segundo o célebre matemático e estatístico belga, Adolpho QUETELET. Já no Cap. V — “Do processo Comparativo e Analogico” que trata do processo fundado na teoria orgânica das sociedades é possível delimitar o âmbito de influência que GUMPROWICZ, por sua vez, exerceu no pensamento de Paulo Egydio.

Em 1899 publica a sua contribuição para a **História Filosófica da Sociologia**, obra oferecida a doze colegas que, em 1897, assistiram a seu curso particular de Sociologia (*). Concebe dois períodos importantes na História da Sociologia: Período de Criticismo e período de dogmatismo relativo. No primeiro explica rapidamente as correntes de pensamento que predominaram de HEGEL e COUSIN, a COMTE, SPENCER e MILL. No segundo, demonstra as lutas entre a Sociologia e as teorias sociais reinantes. Analisa a luta que os precursores dessa ciência travaram com os juristas e o caminho percorrido até a definição do objeto da Sociologia. Nas páginas 31 a 48 o seu sociologismo se configura a partir de uma adesão a DURKHEIM, conformando a vontade individual e coletiva à ação de forças orgânicas e sociais. Posiciona-se pela aceitação do determinismo histórico ao afirmar que “O curso dos sucessos humanos não pode ser desviado do seu leito natural; a evolução das sociedades segue, em sua marcha, grandes linhas gerais; o progresso, sua espiral imensa que nenhuma vontade jamais pode alterar. O pensador ou o Filósofo, o legislador ou o homem d’Estado, podem somente modificar o progresso, em seu grau ou em sua quantidade, para mais ou menos, acelerando-o retardando-o”. (12). Ainda em função desse sociologismo, Paulo Egydio discorda, nessa obra, de Tobias BARRETO que, em **Estudos de Direito** negou a existência da sociologia.

(11) Cf. Paulo E. O. CARVALHO, **Est. de Soc.: do Conceito Científico das Leis Sociológicas**, p. 58, 91 e 92. É interessante observar que Paulo Egydio usou o termo **sociologista** em vez de **sociólogo** em todas as obras.

(*) Dentre os doutores mencionados na dedicatória estão Alberto SEABRA, Reinaldo PORCHAT, Affonso C. GARCIA, Raphael SAMPAIO, Cantídio BRETAS e Amadeu AMARAL.

(12) Paulo Egydio de OLIVEIRA CARVALHO, **Contribuição para a História Filosófica da Sociologia**, p. 36.

Por volta de 1897, a biblioteca de Sociologia Internacional estava em plena atividade. As obras de René WORMS, de TARDE, de DURKHEIM, de NOVICOW, de LILIENFELD, entre outras, penetravam com muita agudeza os fatos sociais e lhes procuravam o nexu causal. Paulo Egydio acompanha de perto esses eventos. Isto demonstra mais uma vez como se preparava para conhecer os mais intrincados aspectos do problema social e com conhecimento que deveria ir às raízes mais profundas dos fatos.

Em 1900 publica **Estudos de Sociologia Criminal: Do Conceito Geral do Crime, Segundo o Methodo Contemporaneo (A Proposito da Theoria de Emile DURKHEIM)** e é exatamente nessa obra que vemos divorciar-se o sociologismo de Paulo Egydio em relação a DURKHEIM. Discordando deste seu grande mestre, especialmente no que se refere ao afastamento das Pré-noções na aplicação do método, Paulo Egydio envereda pela emergente Terceira Escola Criminalista conduzida por CARNEVALE, ALIMENA e MAGRI, à qual se apóia quando fundamenta suas assertivas contrárias às regras do método durkheiminiano, na análise do crime como fato sociológico.

Enfim, a diversidade de pensamentos assimilados por Paulo Egydio, bem evidencia toda uma angústia intelectual, uma sede insaciável de conhecimentos no campo da problemática social, numa visão ampla e versátil onde procurou, incansavelmente, encontrar respostas para os problemas sociais, fossem eles simples ou complexos. Neste sentido, Alberto SEABRA, seu biógrafo, assim se expressa: "O senador Paulo Egydio discriminava o que há a reter nessas correntes de pensamento chamadas individualismo, socialismo, collectivismo, anarchismo. Elle devassava esses arcanos, não porque o meio o comportasse, mas porque semelhante solução lhe era necessária ao seu equilíbrio mental e jurídico. (...) E, com effeito, nenhum problema social pode ser resolvido, alheando-o do seu emmaranhado" (13).

Essa multiplicidade de influências pode colocar em xeque a originalidade de seu pensamento ou, pelo menos, dificultar a descoberta de uma linha central que lhe unifique a obra. No entanto, a versatilidade intelectual de Paulo Egydio preserva a sua originalidade e salva-o do afogamento neste mar de influências em que imergiu. Se aí os mergulhos foram profundos a ponto de quase deixá-lo sufocado, soube voltar à tona onde o horizonte da realidade lhe abria novos espaços e onde sua visão pessoal lhe ditava o caminho próprio a seguir. No campo teórico, esta versatilidade, que lhe possibilitava desvencilhar-se

(13) Alberto SEABRA, in Estudos de Sociologia Criminal, p. 9.

de difíceis aporias, estava concretizada na sua indeclinável posição crítica. Por isso, a um movimento de imersão no pensamento de um autor, correspondia nele sempre um movimento de emersão. Este duplo movimento que, por assim dizer, constitui o seu discurso teórico, desenvolveu uma linha determinada de orientação, feita, sem dúvida, de entradas e saídas, mas no final resultou num conjunto bem original.

Se transparece em toda a sua obra um positivismo na linha epistemológica é porque foi influenciado preponderantemente pelo pensamento de COMTE, MILL, SPENCER e DURKHEIM; trata-se, assim, de um **positivismo crítico**, já que Paulo Egydio só acatou estes autores através do crivo de uma análise onde procurava contrabalançar os desacertos neles encontrados para a compreensão, tanto científica, quanto filosófica, da realidade social. Se assumiu o positivismo como credo filosófico, em todo o decorrer da sua análise social, estava ele ciente dos percalços que esta opção acarretaria. A partir deste enfoque, podemos compreender porque adotou tantas perspectivas e porque não dogmatizou nenhuma delas. A linha de um positivismo crítico deu firmeza a uma configuração pessoal de seu pensamento.

3. O FILÓSOFO SOCIAL

A procura das variantes filosóficas que influíram na cosmovisão social de Paulo Egydio não nos colocará na origem de onde partem os grandes sistemas, mas sim num pólo em que ele faz convergir muitos dentre eles. Por isso, se podemos encontrar nele uma maneira pessoal de pensar, isto não supõe que tenha criado um sistema filosófico absolutamente novo. Afinal, em se tratando de filosofia social não podemos mesmo exigir a criação de uma filosofia pura, mas apenas de um pensamento aplicado. Queiramos ou não, este campo da reflexão atende a uma realidade específica, mais próxima da roda viva da existência humana do que das evoluções abstratas da idéia pura.

É através das polêmicas travadas com outros estudiosos e pensadores sociais que Paulo Egydio deixa transparecer as linhas gerais que configuram seu pensamento filosófico.

Ao refutar as críticas à doutrina da evolução aplicada à ciência jurídica afirma, por exemplo, que nenhum dos princípios das escolas idealistas é sacrificado pela doutrina do organismo social e, em aceitação a SPENCER, Paulo Egydio diz: "Ao invés disto, a razão, a consciência, o contracto, a liberdade,

cientificamente compreendida, são forças e coeficientes no desenvolvimento dos phenomenos da vida social” (14).

Ao discordar de DURKHEIM na concepção de normalidade ou de patologia social, relacionada ao crime, manifesta-se claramente a favor dos fundamentos da novíssima Escola Criminalista italiana de CARNEVALE, ALIMENA e MAGRI, para afirmar que “esse phenomeno social tem sido sempre considerado como phenomeno contrario a realização dos grandes fins das sociedades, de sua conservação, perpetuação e desenvolvimento, como phenomeno de doença social, que deve ser combatida por meio de todas as forças humanas, harmonicamente combinadas” (15).

Afeto às análises complexas e em busca de respostas científicas para os problemas do existir humano, Paulo Egydio contesta DURKHEIM quando este se posiciona na visão puramente filosófica do crime e da patologia social. É sob o crivo de uma postura de filósofo social que, acreditamos, não consegue aceitar a posição durkheiminiana na análise do crime, da normalidade ou patologia social, embora aceitasse a importância, validade e rigor do método sociológico para uma análise científica destas questões.

Positivista na aceitação do método, a preocupação crítica de Paulo Egydio leva-o a concluir que (16) a teoria traçada pelo mestre de Bordeaux era em parte insuficiente, e, em parte, fora incompletamente aplicada na observação sobre o conceito do crime, porque, DURKHEIM “havia deduzido o conceito geral do crime, segundo o qual este facto sociologico apparece como um phenomeno de character normal, que deve ser estudado, não pela pathologia social mas pela physiologia social. Vimos, em todo o curso de nosso estudo, quão erroneo é este conceito, que consequencias absurdas e paradoxaes quão detestaveis para a practica social estão logicamente contidas neste postulado” (17).

Estas ilustrações procuram enfatizar a multiplicidade de visões que Paulo Egydio buscava para compreensão da realidade social, dentro de sua orientação crítica. Os vários enfoques apresentados, ilustram alguns ângulos que, em sua ordem de idéias, compunham por partes a ótica universalista sob a qual ele visualiza o homem. Esta sua visão universalista do homem e de sociedade não chegou a definir-se sob um único prisma, numa posição esclarecidamente

(14) Paulo Egydio de Oliveira CARVALHO, *Algumas Questões de Direito e de Economia Política*, p. 140.

(15) Paulo E. de O. CARVALHO, *Estudos de Sociologia Criminal*, p. 260.

(16) Cf. *Ibid.*, p. 256.

(17) Cf. *Ibid.*, p. 257.

unificada. Paulo Egydio pode, assim, deixar-se passar por eclético. Entretanto, julgamos que esta dificuldade de identificação de seu pensamento advém sobretudo do fato de não ser ele um **filósofo puro**. Seu pensamento não é um pensamento pensando pura e simplesmente. Mas um pensamento pensando “alguma coisa”. E “alguma coisa” é para ele a sociedade como grupo humano e de onde partiu construindo o seu arcabouço de idéias.

3.1. A Visão do Homem

A universalidade sob a qual Paulo Egydio estuda os complexos problemas sociais de seu tempo, esconde por vezes uma angústia filosófica que, um tanto inconsciente, não chega a ser explicitada totalmente por ele, mas que transparece quando tematiza certos dramas da condição humana na sociedade brasileira. Não há assim um prisma único sob o qual Paulo Egydio enfoque o homem. Porém, é isto mesmo que revela a sua angústia na análise do homem e o que o faz desenvolver vários enfoques sobre ele. A complementaridade das várias visões do homem é concebida quase como solução e justifica a adoção de várias delas, por exemplo, na concepção do crime. A explicação deste exige uma compreensão do homem fisiológica, antropológica, psicológica e outras mais. Segundo o próprio Paulo Egydio: “Em ultima analyse (...), sociologia criminal, anthropologia e psychologia, direito penal e legislação criminal, tal é o grupo de disciplinas scientificas das quaes esperam as sociedades as reformas urgentes das leis penaes em prol de uma lucta efficaz contra o crime” (18). No decorrer de seus trabalhos e publicações há, no entanto, indícios claros de que o aspecto mais explorado por ele foi o social.

Toda a problemática social que envolvia o homem brasileiro de fins do século XIX, passou pelo crivo analítico de sua concepção filosófica que, com aquela, faz corpo. Ora combatendo interesses partidaristas, ora posicionando-se contra o dirigismo estatal e a favor da liberdade individual e das associações livres nas relações econômicas; outras vezes batalhando contra injustiças sociais, como no caso do processo abolicionista e na transformação da mão-de-obra escravocrata pela do imigrante, sempre se apresenta preocupado com a ordem e o bem-estar social onde o homem é o pólo convergente de suas

(18) Paulo Egydio de OLIVEIRA CARVALHO, *Estudos de Sociologia Criminal*, p. 42.

preocupações. Podemos dizer que visualizava o social através do prisma antropológico, exigindo, para isso, descortínio de sua visão filosófica.

A proposição de cooperativas e de caixas econômicas, esta última transformada em Decreto-lei e disseminada por todo o Estado de São Paulo, bem demonstra o quanto o homem brasileiro se constituiu centro de preocupações de fundo filosófico em Paulo Egydio (19). Em suas concepções, as sociedades cooperativas e as caixas econômicas eram incontestavelmente dois pressupostos decisivos contra um bom número de enfermidades sociais que oprimiam as sociedades européias e que poderiam, também, oprimir quaisquer outras. Por isso, era sua aspiração que cada cidade do país possuísse uma instituição dessa ordem. Para Paulo Egydio, as Caixas Econômicas eram tão importantes como a educação, pois, diz ele: “as caixas econômicas representam a prática da eminente virtude da previdência, que tão caracteristicamente distingue o homem civilizado do homem primitivo” (20).

As cooperativas, das quais destaca a de consumo, apresentava-as como única forma de reservas econômicas onde os grupos menos favorecidos poderiam desenvolver-se e organizar-se para a criação de pequenas indústrias.

Deste modo, é por estar envolvido em problemas práticos na ordem social que Paulo Egydio pôde situar vivencialmente sua preocupação filosófica pelo homem. É o que justifica ter ele buscado em SPENCER, BERNS, MILL, DURKHEIM e mesmo nos postulados da Novíssima Terceira Escola Criminalista italiana, concepções que melhor o instrumentassem no entendimento e propostas de soluções para os problemas sociais que já àquele tempo atingiam o homem brasileiro.

3.2.A Visão do Fenômeno Social

Positivista confesso, discípulo de SPENCER também por adesão, Paulo Egydio se preocupou, antes de tudo, em dar a esta tendência o endereço de um realismo crítico. Assim é que se propõe, primeiro, a uma apreciação analítica das críticas dirigidas à filosofia spenceriana, antes de efetuar a exposição dogmática da teoria da evolução aplicada às ciências jurídicas (21). Adepto do método objetivo, não consegue todavia encarar o fato social como

(19) Cf. Paulo E. de O. CARVALHO, *Algumas Questões de Direito e de Economia Política*, p. 18.

(20) *Ibid.*, p. 19.

(21) Paulo E. de O. CARVALHO, *Estudos de Sociologia Criminal*, p. 95.

coisa em si, segundo a filosofia positivista. Contesta DURKHEIM, e propõe reformulações à teoria durkheiminiana de fato social. Ele, que advogava a urgente adoção dos métodos empíricos para explicação da realidade, criticamente extrapola a limitação imposta pelo método no rigor da análise e demonstra que: "...a observação sociológica deve ser ao mesmo tempo objetiva e subjetiva, porque os fatos sociais exprimem idéas e sentimentos nelles consolidados, como também aspirações novas que tendem a consolidar, realizando no futuro; e todo o interesse, todo o intuito do observador não pode deixar de ser o de apoderar-se desde logo, desse fundo de Phenomenos da Psychologia social que dão à pesquisa toda a sua importancia e valor (22)".

Ao encarar o fenômeno social como uma realidade bipolar, subjetiva e objetiva ao mesmo tempo, Paulo Egydio faz uma fenomenologia do fato social. O mesmo ocorre quando discorda de DURKHEIM na questão das "prenoções" (23) que, segundo o método objetivo devem ser abandonadas no início da pesquisa social para garantir a sua cientificidade. Para Paulo Egydio (24) uma análise real do fato social não pode separar a exterioridade deste e o valor que esse fato representa para o indivíduo, isto é, seu real valor, porque, como os fatos sociais afetam os homens de maneiras diferentes, nascem daí, também, modos diversos de representá-los e compreendê-los, e cada um poderá, assim, exprimir um aspecto verdadeiro desses fatos. Todas as representações reunidas poderão, afinal, exprimir a soma completa dos caracteres do fato social analisado.

Nessa postura mais filosófica que sociológica de análise do fenômeno social revelou-se ainda uma vez, e de forma humanística, o filósofo Paulo Egydio que, apoiando-se inclusive nos postulados da escola correccionalista de Roden(25) e da escola penitenciária, coloca-se a favor das penas preventivas e reabilitadoras do homem culpado, opondo-se a GAROFALO quanto à rudeza da pena punitiva.

3.3. A Visão da Ciência Social

Em Paulo Egydio, cedo se constata a vocação científica. Mente lúcida, a lógica de seu pensamento logo lhe demonstrou que o conhecimento natural, ainda que aprofundado dos fatos, não lhe abriria as portas do saber

(22) Paulo Egydio de OLIVEIRA CARVALHO, *Estudos de Sociologia Criminal*, p. 95.

(23) *Ibid.*, p. 102 e 103.

(24) Prenoções são para Paulo Egydio, noções vulgares, conhecimento comum, análise ideológica, in *Estudos de Sociologia Criminal*, p. 48.

(25) *Ibid.*, p. 40 e 41.

científico. Para ele (26), a doutrina dos grandes homens, longe de ser capaz de interpretar os grandes fenômenos sociais, precisa ao contrário, de ser também explicada de modo natural, conveniente e científico.

Do labor jurídico e das lides políticas, os complexos problemas de ordem social compunham vasto campo a desafiar-lo para uma luta desigual. Essa batalha, sabia-o Paulo Egydio que só poderia ser travada em posições de igualdade: Quanto maiores os reclamos do social, maior deveria ser o arsenal instrumentador de análise. Deste modo, quando se propôs a realizar uma exposição sistemática da ciência jurídica, assim se definiu: "Só depois de fixados os fundamentos da sciencia por meio dos variados processos do methodo objetivo, unico que pode guiar o espirito humano na descoberta de conhecimentos exactos e positivos, é que se deverá encetar o estudo particular da materia juridica e a sua exposição scientifica" (27).

Assim, acompanhando de perto os estudos avançados que no terreno sociológico eram efetuados no exterior do país, rapidamente assimila os pressupostos científicos da explicação sociológica.

Na escola positivista de COMTE e SPENCER a DURKHEIM, Paulo Egydio encontra o instrumental metodológico que procurava. Se, desta forma, não elabora uma construção sistemática, ao menos traça as coordenadas de uma filosofia da ciência social. No entanto, na precisão com que conduziu a análise detalhada das regras do método objetivo, a propósito da teoria de DURKHEIM (28) no conceito geral do crime, Paulo Egydio se coloca na vanguarda dos cientistas sociais de seu tempo, no Brasil, e muitas de suas colocações permanecem atuais em nossos dias.

Utilizar-se de todos os métodos disponíveis e com toda a precisão possível, mas respeitando a especificidade do humano, eis em síntese, a máxima de Paulo Egydio. A cientificidade dos métodos valem enquanto não afetam o homem em sua originalidade.

3.4. As Vicissitudes de um Discurso

A clareza terminológica e o rigor científico sobretudo de suas últimas publicações não impedirão uma série de reparos que a filosofia

(26) Cf. Paulo E. de O. CARVALHO, *Contribuição para a Historia Philosophica da Sociologia*, p. 15.

(27) Paulo E. de O. CARVALHO, *Ensaio Sobre Algumas Questões de Direito*, p. 6.

(28) Cf. Paulo E. de O. CARVALHO, *Estudos de Sociologia Criminal*, p. 109 a 129.

acadêmica poderá efetuar sobre o discurso de Paulo Egydio. Mesmo ao olhar mais leigo, não passarão despercebidos, por exemplo, a conotação literária, o veio poético, as elocubrações épicas sobretudo das primeiras obras, como, por exemplo, quando se refere à abolição dos escravos, em **A Província de São Paulo em 1 888**: “A aurora propicia que raiou então para milhares de criaturas humanas derramadas no solo sagrado da pátria, projectára entre nós os seus primeiros rubores (...). Esses factos que bastariam por si sós para acendrerem o nosso orgulho e rodearem-nos das sympatias do mundo, dão ao anno de 1 888 inextinguíveis traços de uma grandeza homérica e o constituem o mais celebre momento historico de nossa cara provincia” (29).

À medida que se imbuí de conhecimentos científicos e adquire as condições metodológicas e de domínio na aplicação do método objetivo da filosofia positivista, Paulo Egydio se apresenta mais preciso na exposição e na segurança pedagógica com que conduz as linhas gerais de seu pensamento. Todavia, o tom dogmático não desaparece, permeando muitas de suas colocações. Note-se aqui, que o dogmatismo de seu discurso decorre de outra não menos dogmática posição de seu sociologismo: “A Sociologia, chegando então a sua máxima perfeição relativa, organizará, por completo, a sua grandiosa syntese, suas grandes leis universaes, o conjuncto de seus theoremas; e sobre este elevado systema de concepções scientificas se poderá instituir uma direcção verdadeiramente racional em todas as espheras da actividade humana” (30).

Em justiça a Paulo Egydio, uma observação se faz necessária: grande era, para o nosso autor, a necessidade de ser por todos compreendido e, por isso, conscientemente, não procurava elaborar logomaquias filosóficas. A composição do discurso de Paulo Egydio na fase final de sua obra — o que se pode datar a partir de 1 896 — é de uma segurança e clareza incontestáveis. Ele não escreveu apenas para a classe de filósofos ou de intelectuais, mas para ser perfeitamente entendido por todos os seus leitores.

Academicamente discutível, prestando-se mais ao gênero divulgativo que acadêmico, o discurso de Paulo Egydio apresenta, contudo, a clareza terminológica necessária para precisar a colocação científica dos problemas que ele abordou.

Afinal, para o contexto intelectual de fins do século passado no Brasil, o discurso de Paulo Egydio teve o grande mérito de divulgar científica-

(29) Paulo E. de O. CARVALHO, **A Província de São Paulo em 1 888**. p. 6.

(30) Paulo E. de OLIVEIRA CARVALHO, **Contribuição para a Hísthoria Philosophica da Sociologia**, p. 48.

mente, não só o seu pensamento, mas também o dos grandes filósofos que se projetaram no panorama filosófico contemporâneo.

4. O PAPEL DE PAULO EGYDIO NO PENSAMENTO BRASILEIRO

Paulo Egydio foi um pioneiro no seu tempo. Se não legou ao pensamento social brasileiro uma filosofia social acabada, deixou todo um campo aberto, numa postura própria dos desbravadores e pioneiros.

Embasado em filósofos estrangeiros, pelas vicissitudes intelectuais brasileiras de seu tempo, o positivismo crítico de Paulo Egydio nunca o desvinculou de sua própria realidade social. Das doutrinas filosófico-sociológicas contemporâneas, extraiu conceitos e instrumental relevantes para a análise social mas a nenhuma delas adotou por modelo particular.

Como introdutor da doutrina de DURKHEIM no Brasil, Paulo Egydio teve o mérito de verticalizar os debates spencerianos que na sua época caracterizavam os interesses sociológicos ainda sem raízes no Brasil (31). Divulgou o método objetivo do Mestre de Bordeaux através de conferências e de dois cursos livres de Sociologia. Com invulgar brilhantismo e fidelidade, abordou primeiro a apresentação e justificação teórica da matéria e, posteriormente, a doutrina do método de DURKHEIM. Tentou ainda elaborar uma Sociologia de Direito. Muito embora não tenha formado seguidores, manteve o interesse sociológico de pessoas de valor pela adesão ou rejeição, dando continuidade à formação científica do embrionário pensamento sociológico no Brasil.

Paulo Egydio tinha consciência dos obstáculos e das dificuldades que anteparam as investidas de vanguarda em qualquer campo, mas prosseguiu. Estava certo quanto à importância de sua missão, quando escreveu: “Nosso plano é, como se vê, completamente novo em nosso país. (...) Reconhecemos francamente quão árdua é a sua realização. Entretanto, vamos tentá-la, animados pelo desejo de sermos úteis ao nosso país e pela poderosa convicção de que todo o seu futuro social pende em grande parte, como o de toda a humanidade, da alta cultura das ciências e, mais que todas, da alta cultura da bella e nobre sciencia da justiça (...). Si não tivermos, porém, a felicidade de realizá-lo dignamente (...) ficará, em todo caso, aberta a nova rota que, unica, deverá conduzir, como cremos, ao termo almejado por todo o homem intelligente que, pondo o seu entendimento ao serviço de tão bellos estudos,

(31) Cf. Vamireh CHACON, *História das Idéias Sociológicas no Brasil*, p. 61 e 62.

quizerem encadear os phenomenos mais complexos da vida — os phenomenos sociaes — a relações constantes e uniformes, a causas e a leis naturaes” (32).

Se no “stricto sensu”, a filosofia social de Paulo Egydio, posto que profunda, permaneceu inacabada, em “lato sensu” não só o pensamento filosófico como a realidade social brasileira muito devem a esse brilhante pensador e filósofo social. Das lides jurídicas às de labor sociológico, todo um acervo de trabalhos e de realizações marcam sua passagem pelo cenário social brasileiro.

CONCLUSÃO

Nas limitações impostas por este trabalho, não chegamos a esgotar as múltiplas facetas do pensamento e da obra de Paulo Egydio. Animou-nos, tão-somente, o ensejo de trazer a público, todo um vasto acervo de escritos, toda uma filosofia que, por inacabada, oferece amplo campo para pesquisa e considerações de interessados, na busca de respostas que poderão ensejar frutíferas pesquisas.

Homem afeto às letras, jornalista militante, figura política de mais alta envergadura no Senado, legou ao país proposições importantes que foram transformadas em decretos, tais como: as caixas econômicas e a reforma das penitenciárias. Pelo brilhantismo de suas exposições teóricas e o equilíbrio de suas realizações políticas, Paulo Egydio tem seu nome ligado à Constituição Republicana (33) do país, carta magna de cuja elaboração participou.

Jurista, erudito nas letras, orador emérito nas bancadas do senado paulista, sociólogo positivista e filósofo social, Paulo Egydio de OLIVEIRA CARVALHO é um dos vultos notáveis de seu tempo que a história brasileira rapidamente esqueceu.

A esse respeito, uma questão enseja duas hipóteses que poderão ser, esperamos, o ponto de referência para outras pesquisas sobre o nosso autor: Por que um vulto filosófico da envergadura de Paulo Egydio não logrou maior influência no pensamento social brasileiro ?

Das hipóteses por nós levantadas, uma se coloca na ordem subjetiva, enquanto outra se formula a nível objetivo e independente de nosso

(32) Paulo Egydio de O. CARVALHO, *Ensaio Sobre Algumas Questões de Direito e de Economia Política*, p. 16 e 17.

(33) Cf. *Folha da Manhã*, São Paulo, 19 — 1 — 1 936.

autor. A primeira, está relacionada à importância e validade de seu pensamento. Aí não podemos encontrar razões pelas quais Paulo Egydio não pudesse ter exercido influência. As exposições anteriores o demonstram largamente. Seu pensamento, muito embora incompleto, tinha fecundidade suficiente para abrir os horizontes de um movimento de idéias.

A segunda hipótese se põe no âmbito do seu contexto social. Podem ter sido os fatores externos que obstaculizaram o movimento filosófico social que ele iniciou e, por consequência, lhe bloquearam a expansão. Dentre esses fatores, coloca-se o "modismo" que, por muitas décadas deste século, fez ainda com que o pensamento social brasileiro vagasse ao sabor de doutrinação e proposições estrangeiras, alheio à sua realidade social, aos seus valores e aos reclamos de suas necessidades reais, não se detendo na descoberta das mensagens dos seus filósofos autênticos. Por outro lado, o surto de industrialização no país e, mais especificamente, em São Paulo, com seu desafio tecnológico, poderá, também, explicar a fixação do interesse dos seus estudantes e intelectuais no bitolamento técnico com que um pensamento filosófico como de Paulo Egydio, posto que valioso, tenha sido relegado ao ostracismo.

Essas considerações, como meras hipóteses, poderão suscitar outros questionamentos. A todos, as obras e o pensamento de Paulo Egydio oferecerão, com toda certeza, campo propício para uma pesquisa, como um solo fértil de onde poderão emanar muitas das respostas com as quais deveríamos satisfazer, enquanto brasileiros, nossos anseios de autenticidade.

BIBLIOGRAFIA GERAL

Obras do Autor:

CARVALHO, Paulo E. de O., "Impressões Ocasionadas pela Leitura do Sr. Casimiro de ABREO" in **Trabalhos Littrarios**, São Paulo. 1 860.

_____, "Apontamentos sobre a Opinião de CONDILLAC na Questão da Linguagem", in **Trabalhos Literários**, 1 960.

CARVALHO, Paulo E. de O., "O Ecletismo em Suas Relações Filosóficas-históricas" — **Revista do Instituto Científico**, São Paulo, 1 862, nº 2, p. 26 e 50.

_____, "Vista Geral Sobre a Theoria da Codificação Civil com Aplicação ao Brasil", in **Ensaio Sobre Algumas Questões do Direito**, São Paulo, 1 869.

_____, "Rescisão de Contrato por Lesão-Interdição por Embriaguez - Appellação Civil Numero 145" — Atibaia Typografia do "Diario", S. Paulo, 1 875 — 1 Folheto.

_____, "Banco de Credito Real de São Paulo — Estudo Economico", S. Paulo, Typ. Kink, 1 888, 101 p.

_____, **Antes da Republica**, S. Paulo, 1 888.

_____, **A Provincia de São Paulo em 1 888: Ensaio Histórico-politico**, S. Paulo, Louzada, 1 889, 128 p.

_____, "Do Ensino Official do Direito em Nossas Faculdades", (p. 23).

_____, "Cartas Sobre Reforma Penitenciária" (p. 161).

_____, "Das Sociedades Cooperativas" (p. 259).

_____, "Das Caixas Economicas — Necessidade de uma Revisão Profunda da Legislação Brasileira a Respeito (p. 301), in **Ensaio Sobre Algumas Questões de Direito**, São Paulo, 1 896.

_____, "Do **Determinismo Juridico**, São Paulo, Gazeta juridica, 1 897, vol. 13.

_____, **Do Estudo da Sociologia como Base do Estudo do Direito** — conferencia, S. Paulo, Typ. do "Diario Official", 1 898, 43 p.

CARVALHO, Paulo E. de O., **Contribuição para a História Philosophica da Sociologia**, S. Paulo, Typ. Ribeiro, 1 899, 50 p.

_____, **Do Conceito Geral do Crime**, São Paulo, Typ. da Casa Eclectica, 1 900. (revisão)

_____, "O Direito Publico e sua Reconstrução Scientifica (Introdução ao Estudo do Direito Constitucional)" in **Rev. da Faculdade Livre do Direito de Minas Gerais**, 1 901.

_____, "As Cartas Andradinas de 1 824 a 1 829 in **Rev. do Instituto Historico e Geographico**, S. Paulo.

_____, "O Problema Sociologico (Estudo de Conjunto das Theorias Sociais)" A Cultura Academica, Recife, ano II, Tomo I, 1 906.

_____, **Estudos de Sociologia Criminal: Do Conceito Geral de Crime segundo o Methodo Contemporaneo (A Proposito da Theoria de E. DURKHEIM**, São Paulo, Empreza Graphica da "Revista dos Tribunaes" 1 941, 264 p.

Obras Complementares:

ÁVILA, Pe. Fernando B. de, S. J., **Introdução à Sociologia**, Rio de Janeiro, Agir, 2ª ed., 1 964, 277 p.

CHACON, Vamirh, **História das Idéias Sociológicas no Brasil**, São Paulo, Grijalbo, 1 977, 139 p.

LEMONS, Arnaldo (filho) e outros, "Construção da Realidade Social em DURKHEIM, WEBER e MARX" in **Rev. de Psicologia do Curso de Psicologia Clínica de Atibaia, ano 1 — nº 3** fevereiro de 1 975, p. 48 a 59.

MOYA, Carlos, **Imagem Crítica da Sociologia**, São Paulo, Cultrix, 1 970, Trad. Amélia COHN, 183 p.

REALE, Miguel, **Filosofia em São Paulo**, São Paulo, Grijalbo, 1 976, ed. 2ª, 181 p.

VITA, Luís W., **Antologia do Pensamento Social e Político no Brasil**, São Paulo, Grijalbo, 1 968, 485 p.

_____, **Pequenas História da Filosofia**, São Paulo, Saraiva, 273 p.

SIGNIFICAÇÃO FILOSÓFICA DA SOCIOLOGIA CRÍTICA DE OCTÁVIO IANNI

Josele de Paiva Mendes França
Maria do Carmo Marangoni Renesto *

INTRODUÇÃO

Nos anos de 1 953 e 1 954, o Prof. Florestan Fernandes, tendo recentemente assumido a cadeira de Sociologia I na Universidade de São Paulo, reuniu em torno de si um grupo de ex-alunos para, juntos, produzirem Sociologia. Sob sua orientação formaram-se alguns dos profissionais mais conhecidos atualmente, dentre os quais, Octávio IANNI.

Formado nessa "escola" de Florestan, marcada pelo desejo de realizar um trabalho científico com bases teóricas muito seguras e com a realidade brasileira por objeto de estudo, Octávio IANNI firma-se hoje em nosso contexto sociológico como autor dos mais importantes.

Sua contribuição abrange o tratamento de problemática variada. Aborda problemas de relações raciais, da industrialização, do planejamento da economia nacional e do papel de Estado no desenvolvimento, da constituição das classes da sociedade moderna, além de preocupar-se com os problemas que "estavam na rua" na época em que cursou a Faculdade (bacharelou-se em 1 958) e em que, a seguir, iniciou sua carreira como professor universitário (1 958 a 1 969):

* Mestrandas em Filosofia da PUCC.

1. o nacionalismo e a luta pela independência econômica nacional e a questão do petróleo;

2. a democratização do ensino (escola pública x escola privada, laicização do ensino, ensino técnico x ensino bacharelesco, elitismo da escola brasileira);

3. a reforma da Universidade Brasileira;

4. a reforma agrária;

5. a rebelião da juventude;

6. o problema do desenvolvimento do campo e as grandes migrações internas.

Inicialmente vinculou-se à orientação de Florestan FERNANDES ao trabalhar no projeto "O Preconceito Racial no Brasil" (1), custeado com doação da UNESCO, realizando os estudos sobre a área de Florianópolis (em colaboração com F. H. CARDOSO) e de Curitiba.

Posteriormente passou a trabalhar no grupo de pesquisas sobre "Economia e Sociedade no Brasil — análise sociológica do subdesenvolvimento", sob a direção de F. FERNANDES (2), tendo recebido uma doação da Confederação Nacional da Indústria, cabendo-lhe coordenar o estudo da participação do Estado.

Atualmente, filiado ao CEBRAP — Centro Brasileiro de Análise e Planejamento — onde continua a pesquisar e escrever sobre a realidade social brasileira e latino-americana.

Neste trabalho pretende-se uma análise do pensamento de Octávio IANNI do ponto de vista da realização ou não de uma sociologia crítica, e, em caso positivo, das condições em que a realiza. Para tanto, o trabalho foi dividido em duas partes. A primeira faz uma verificação da evolução de seu pensamento, onde se pode constatar uma ruptura com modelos positivistas e adoção de novos modelos, agora "críticos". A respeito da sociologia crítica, o próprio autor se posiciona e, veremos que neste "posicionar-se" tenta combinar

(1) A formulação deste encontra-se publicada em F. FERNANDES, **O preconceito racial em São Paulo**, Instituto de Administração da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP, 1 951, também como Apêndice I no livro de F. FERNANDES e Roger BASTIDE, **Branco e Negro em São Paulo**, 2ª Ed., Cia. Ed. Nacional, São Paulo, 1 959.

(2) O projeto encontra-se publicado no livro de F. FERNANDES **A Sociologia numa Era de Revolução Social**, Cia. Editora Nacional, 1 963.

Marx e Max Weber. Na segunda parte, através de citações do estudo que faz do processo de industrialização no Brasil, ilustra-se essa postura do autor.

1. A RUPTURA METODOLÓGICA DO PENSAMENTO DE OCTÁVIO IANNI

O pensamento de Octávio IANNI pode ser considerado hoje como tendo duas fases com orientações metodológicas distintas. A primeira, até 1961, aproximadamente, decisiva pelo modelo de ciência proposto: o positivista. Nesta fase, seus estudos orientam-se para os problemas de relações raciais.

Uma obra representativa desta fase é **As Metamorfoses do Escravo**, na qual aborda o problema do negro recém-saído da escravidão, e sua posição no contexto da sociedade (1). Destacam-se também estudos sobre imigração. Os problemas pesquisados nesta fase referem-se a estudos monográficos sobre relações raciais e miscigenação, mudanças sociais, europeização étnica e cultural das instituições políticas.

Não apenas IANNI, mas todo o grupo de sociólogos liderado pela escola de pensamento de Florestan FERNANDES fazem o estudo desses temas, em consequência da lenta e sistemática destruição da antiga civilização agrária no Brasil, e com o nascimento do mundo urbano industrial ...“Para romper de maneira drástica com os ensaios histórico-sociais produzidos no passado, ...grande parte dos estudiosos formados pelas universidades e escolas criadas a partir de 1930, preferiu o que lhes foi apresentado como “científico”, “positivo”, “mais refinado”, em contraposição ao que se lhes afigurava “especulativo” ou “pré-científico” (2).

Nesta fase o autor utiliza o método funcionalista de interpretação, considerando a sociedade como um conjunto de funções, posições, cada qual com um papel. Os problemas sociais são representados pela desorganização e anomia e os sistemas de racionalização são sistemas de controle, concebendo-se a ordem social urbana e industrial formada a partir de elementos heterogêneos. Quando estuda o contato racial, pressupõe a possibilidade de equilíbrio funcional.

Assim, por exemplo, quando estuda a situação social do polonês (3) se propõe, partindo da necessidade de haver estudos brasileiros sobre

(1) Este estudo faz parte de um programa de investigação sobre a sociedade escravocrata e o negro no Brasil Meridional, sob a orientação de Florestan Fernandes, e do qual participaram outros sociólogos, como por exemplo, F. H. CARDOSO, que publicou **Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional**.

(2) Octávio IANNI, **Sociologia da Sociologia Latino Americana**, p. 70.

(3) Octávio IANNI, **Raças e Classes Sociais no Brasil**, p. 169 a 198.

as relações interétnicas, (entre os quais se destaca o conhecimento sociológico) numa sociedade formada por contingentes raciais distintos e miscigenados, a ...“focalizar alguns fenômenos ligados ao ajustamento social entre certo tipo de europeu... com grupos de imigrados, seus descendentes, ou brasileiros” (4).

Outras afirmações como: ...“as tensões e os problemas que emergem continuamente com as transformações das posições sociais relativas dos componentes dos diferentes grupos”. ... (5) vão deixando clara sua posição funcionalista.

A partir da leitura de **O Capital**, realizada com o grupo de assistentes da Universidade de São Paulo à qual pertencia, completa uma ruptura com essas posições metodológicas (6).

A mudança observada na obra do autor consiste na adoção do “marxismo metodológico” ou “marxismo crítico”, isto é, do uso do método de Marx permeando outras correntes. IANNI é considerado como um dos representantes que mais realizou em suas análises, principalmente do populismo, o marxismo metodológico combinado com posições metodológicas de filiação Weberiana (7).

À medida que adota esta nova postura, faz reparos à Escola de F. FERNANDES (8) juntamente com uma crítica à importação de ciência, procurando um rompimento com a utilização da problemática empírica proposta a partir dos “objetos teóricos” formulados nos centros dominantes. ...“O reconhecimento e a análise crítica das condições científicas e extracientíficas em que se dá a produção sociológica parece ser uma condição indispensável para o desenvolvimento da sociologia na América Latina” (9).

(4) *Ibidem*, p. 172.

(5) *Ibidem*, p. 195.

(6) Cf. F. H. CARDOSO, **Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional**, p. 12, ...“Muito antes que se transformasse na coqueluche universitária mundial, um grupo de assistentes da Universidade de São Paulo e de alunos mais amadurecidos intelectualmente dedicou-se à pachorrenta tarefa de ler integralmente aquela magna obra. Não lemos o *Capital*, entretanto, com os olhos ingênuos dos que nada leram antes nem com a beatífica benevolência dos conversos. Lêmo-lo depois de muito Weber, Descartes, Durkheim, Dilthey, Mannheim, Husserl, alguma antropologia, história e economia”.

(7) Cf. Vamireh CHACON, **História das Idéias Sociológicas no Brasil**, p. 85.

(8) Octávio IANNI, **Sociologia da Sociologia Latino-Americana**, p. 125, ...“é de se lamentar apenas que F. Fernandes não tenha examinado mais detidamente também as implicações filosóficas subjacentes ao dilema da “síntese” das perspectivas da sociologia... As suas reflexões... não ultrapassam o âmbito relativo à natureza e às condições da análise sociológica daqueles autores, o que deixou o problema colocado de maneira incompleta. Salvo uma referência sumária, não encontramos digressões que revelassem as orientações do seu pensamento acerca do assunto ... (Elas podem ser, portanto superadas, desde que se encontrem os princípios que permitem unificar pela base a própria explicação sociológica. F. FERNANDES) E deixa sem explicar: quais seriam esses princípios ? em que termos se deve colocar a formulação filosófica do problema ? etc.”

(9) *Ibidem*, p. 63.

Essa postura metodológica requer uma problemática científica a respeito da realidade social, que, tendo seu ponto de partida nos pensadores clássicos europeus, detenha-se, inicialmente, na questão do “ajustamento” dos modelos teóricos às condições históricas peculiares das nações de origem colonial. Nesta proposta metodológica foi importante o contato de IANNI com a problemática econômica e social do pensamento cepalino (10).

IANNI fundamenta sua proposta antipositivista num texto metodológico publicado em 1962 e inserido em seu livro **Sociologia da Sociologia Latino Americana**, obra que melhor caracteriza esta fase: ...“o equilíbrio do sistema é princípio básico de normalidade; e esse equilíbrio não é outra coisa senão o resultado da atuação de outro princípio, o da causação plural. Por isso se justifica e se requer a segmentação infinita da realidade, cujas partes poderiam ser conhecidas “em si”. Em consequência, os pesquisadores deveriam “descobrir” as múltiplas pequenas causas responsáveis pelos eventos. E para agir como homens práticos precisariam tornar-se reformadores de fragmentos. Dessa maneira, a ciência é esterilizada, reduzindo-se a um instrumento de preservação da “normalidade” presente (11).

Isso quer dizer que a teoria positivista elabora-se “a partir da atitude e posição do técnico. Não se procuram pontos de vista normativos e idéias úteis para orientação prática. Apenas é possível ministrar recomendações técnicas com vistas à realização e execução de fins fixados de antemão; isto é, sua influência se restringe à escolha dos meios. A racionalização da prática social tornada assim possível incide e vem referida unicamente ao aspecto da mesma” (12).

O rompimento metodológico com o positivismo acarreta uma reformulação, passando o autor a encarar a sociologia sob um novo enfoque, que é definida por ele mesmo como sociologia crítica. Assim sendo, em sua obra **Sociologia da Sociologia Latino Americana** conceitua a sociologia crítica como ...“aquela que mais tem contribuído para o conhecimento das condições de existência social das diferentes classes sociais na América Latina. Ela tem colaborado na interpretação do modo pelo qual as classes sociais desenvolvem as suas relações de acomodação, tensão e negação recíproca. Além disso, essa

(10) Veja-se o Capítulo I, “Condições Estruturais da Industrialização”, de O. IANNI, **Industrialização e Desenvolvimento Social no Brasil**, p. 17 – 26.

(11) Octávio IANNI, *op. cit.*, p. 153.

(12) Cf. Hans ALBERT, referindo-se às posições do “marxista crítico” Jürgen Habermas, em “El mito de la razón total”, in T. W. ADORNO et alii, **La disputa de positivismo en la sociología alemana**, p. 183.

produção sociológica tem concorrido para ampliar a compreensão das estruturas de dominação política e apropriação econômica, nos diferentes países latino-americanos. Em suas análises incorporam-se, de modo explícito, tanto as dimensões políticas como as econômicas dos fatos sociais, para melhor compreendê-los. Em geral, essa sociologia não abandona a perspectiva crítica que perpassa tanto a interpretação dos problemas sociais como os próprios métodos de trabalho do sociólogo” (13).

Referências à sociologia crítica encontram-se também na obra **Sociologia e Sociedade no Brasil**, onde o autor expõe os significados da sociologia crítica e sociologia técnica.

Considera a sociologia técnica como a que engloba as várias modalidades de trabalhos sociológico nas quais ...“a descrição e interpretação tomam os fatos como coisas, numa perspectiva deliberadamente externa” (14).

O sociólogo, neste caso, ...“não está interessado em transbordar o nível imediato da objetividade imediata das coisas” (15). ...“É um tipo de trabalho que se limita ao reino das aparências” (16). O que significa estar preso à objetividade imediata ? O que é esta objetivização ?

LUKACS define a reificação, ou a “estrutura da objetividade moderna”, do mesmo modo que Weber, como um “processo de organização estritamente racional” inerente à economia e ao Estado modernos. Seu sentido (o sentido que tem para seus agentes) é a possibilidade de repousar inteiramente no cálculo. “A essência do cálculo racional repousa sobre o fato de que o curso forçoso — conforme as leis e independente do “arbitrio” individual — dos fenômenos determinados é de antemão conhecido e calculado”. “O caráter contemplativo da atitude capitalista do sujeito” (...) manifesta-se no fato de que o “comportamento do homem se esgota no cálculo correto dos eventos prováveis desse curso (no qual ele encontra “leis” sob forma “dada” e “acabada”) “...” e pela aplicação de dispositivos de proteção e medidas de defesa “...” A diferença entre a atividade do trabalhador diante da máquina, especializada, a do empresário diante do tipo dado de evolução do maquinismo e a do técnico diante do avanço da ciência e da rentabilidade de suas aplicações técnicas, é uma diferença puramente quantitativa e de grau, e não uma diferença qualitativa na estrutura da consciência “...” E, se neste contexto, não ressaltamos o caráter classista do

(13) Octávio IANNI, *Sociologia da Sociologia Latino-Americana*, p. 1 e 2.

(14) Octávio IANNI, *Sociologia e Sociedade no Brasil*, p. 77.

(15) *Ibidem*, p. 77.

(16) Octávio IANNI, *Sociologia e Sociedade no Brasil*, p. 78.

Estado é porque é nossa intenção especificar a reificação como fenômeno fundamental geral e estrutural de toda sociedade burguesa (17)''.

É uma forma de trabalho sociológico que, desejando distinguir-se rigorosamente das outras ciências sociais, não se interessa pela investigação que apanha os fenômenos em seu processo de formação, desenvolvimento ou transformação, a prazo mais longo (isto seria objeto da história). ...''Os fenômenos explicam-se com base no princípio de causação funcional que não é sensível às modificações de duração, salvo para períodos curtos de tempo'' (18).

Esta sociologia estaria orientada no sentido do aperfeiçoamento do ''status quo'', pois que, qualquer questionamento da ordem presente é rechaçado como ideológico. ...''No empenho de alcançar uma objetividade científica que lhe é estranha, porque emprestada das ciências naturais e da indução estatística, essa sociologia acaba por contentar-se com a objetividade dos seus procedimentos metodológicos'' (19).

Há uma preferência pela integridade do método de trabalho científico como ele teria sido consagrado em outras ciências naturais. Seus conceitos básicos são revolução de expectativas, tradicional e moderno, modernização, entre outros, de cunho funcionalista.

Em contrapartida, em linhas gerais, a sociologia crítica aborda os fenômenos em termos de relações, processos, qualidades, significações históricas, estruturas internas e externas... ''Não se restringe aos fatos sociológicos, mas sim aos fatos significativos, sejam eles sociais, econômicos, políticos ou culturais que se revelam nas relações, processos e estruturas que caracterizam o problema em estudo. Nessa orientação, a pesquisa e a análise vão, contínua e recorrentemente, das aparências às essências dos fatos. Nessa orientação, o sociólogo procura demorar-se diante do fato, enquanto um sistema de relações sociais em sentido lato, até que esse fato se torne transparente'' (20).

Para tanto é indispensável que a análise trabalhe com base no princípio da contradição, focalizando a realidade não como um sistema (a ser aperfeiçoado) mas como uma configuração histórica, e, conseqüentemente, em movimento.

''Em síntese, na sociologia crítica, a primazia no processo de produção intelectual cabe ao objeto. Isto não significa que as questões relativas à

(17) Georg LUKACS, *Histoire et Conscience de Classe*, Les Éditions de Minuit, Paris, 1 960, p. 124 – 127.

(18) Octávio IANNI, *Sociologia e Sociedade no Brasil*, p. 78 – 79.

(19) *Ibidem*, p. 78 – 79.

(20) *Ibidem*, p. 78 – 79.

objetividade e à verificabilidade são menosprezadas. Apenas são postas em outros termos, evitando-se a reificação dos meios de pesquisa. Tanto assim que esta sociologia está sempre buscando maneiras e modos de conhecer os encadeamentos e as descontinuidades entre o que as pessoas, grupos, classes e partidos, governos e outras categorias sociais dizem de si e o que realmente são na trama de relações sociais, econômicas e políticas” (21). Na sociologia crítica pois, há um interesse na preservação da integridade do objeto de trabalho científico. O método passa a ser produto da própria especificidade do objeto, fundado no princípio da contradição que não é emprestado de outras ciências. É produto da realidade social, quando esta se conhece a si mesma. ...“Somente a realidade social vista em termos históricos, se organiza, movimenta, reproduz e transforma antagonicamente” (22).

Segundo MARTINS (23) ...“a sociologia não se defronta apenas com o que vagamente se chama de ‘realidade’. Diversamente de outras ciências, ela lida, ao mesmo tempo com as interpretações que são feitas sobre essa mesma ‘realidade’. O conhecimento científico da vida social não se baseia apenas no ‘fato’, mas na concepção do fato e na relação entre a concepção e o fato. Uma sociologia crítica e científica é sempre uma Sociologia do Conhecimento, uma sociologia que analisa simultaneamente os fenômenos sociais e a sociologia que se debruça sobre eles. Em outras palavras, a reflexão sociológica só se completa quando a sociologia analisa sociologicamente a própria sociologia”.

Para ADORNO (24) ...“la ciencia puede ser algo más que simple duplicación de lo real en el pensamiento, sólo si está impregnada del espíritu de la crítica. Explicar la realidad significa siempre romper el cerco mágico de la duplicación. Crítica no significa aquí subjetivismo sino confrontación de la cosa con su propio concepto. Lo dado se ofrece sólo a una visión que lo considere desde el punto de vista de un verdadero interés: de una sociedad libre, de un Estado justo, del desarrollo de lo humano. Y el que no compara las cosas humanas con lo que ellas quieren significar, las ve, en definitiva, en forma no solo superficial, sino además, falsa.”

A sociologia se converte em crítica da sociedade no momento em que não se limita a descrever e examinar as instituições e processos sociais,

(21) Octávio IANNI, *op. cit.* p. 80.

(22) *Ibidem*, p. 80.

(23) Marialice M. FORACHI e José de Souza MARTINS, *Sociologia e Sociedade* (leituras de introdução à sociologia), p. 2.

(24) Theodor W. ADORNO e Max HORKHEIMER, *La Sociedad*, lecciones de sociología, p. 22.

mas quando os confronta com esse substrato — a vida daqueles a quem essas instituições se sobrepõem, ou seja, a convivência dos homens objetivada e institucionalizada.

A sociologia crítica é uma proposta de trabalho em que o enfoque principal é o de que o conhecimento científico da vida social são interpretações da própria realidade. Esta é vista em termos históricos, que traz consigo o movimento e suas contradições. Portanto, o objeto passa a determinar o método de trabalho.

A realidade passa a ter importância sob o ponto de vista da realização da humanidade do homem: liberdade, atividade criadora e consciência, entendida como responsabilidade moral perante o outro.

Este ponto de vista foi bem resumido por LUKACS: "O problema da transcendência do substrato material" ou da coesão da totalidade como é concebido pelas ciências particulares, "mostra que estas renunciam conscientemente à tarefa de resolvê-lo, enredando-se no substrato material de seu aparelho conceitual e deixando a tarefa à filosofia". Esta porém, enquanto não "romper as barreiras do formalismo implícito na especialização." ... "não alcançará a totalidade material e concreta". Por isso, freqüentemente, "o valor do conhecimento formal, diante da "vida vivida", pode ser colocado em questão de modo geral (a filosofia irracionalista)" (25).

2. A SOCIOLOGIA CRÍTICA DE OCTÁVIO IANNI

Podemos analisar a sociologia crítica de IANNI sob dois pontos de vista: metodológico e de abordagem da realidade concreta.

Sua proposta, sob o ponto de vista metodológico, é a de uma crítica ao positivismo (relação sujeito-objeto) revelando o uso combinado do método dialético com idéias weberianas.

Em primeiro lugar, utiliza a categoria de aparências (da dialética marxista) ao propor para a sociologia crítica a interpretação do ... "modo pelo qual as classes sociais desenvolvem as suas relações de acomodação, tensão e negação recíproca" (1). A seguir, propõe uma ampliação da compreensão das ... "estruturas de dominação política e apropriação econômica, as dimensões políticas e econômicas dos fatos sociais", conceitos weberianos (2).

Aquí porém não considera o conceito de totalidade, esboçado antes, ou seja, a síntese do pensamento que capta a unidade real entre as diversas

(25) George LUKACS, *op. cit.* p. 139 — 141.

(1) Vide p. 6.

(2) Vide p. 6.

manifestações aparentes (determinações singulares), que capta as contradições do movimento interno. A noção de totalidade não separaria instâncias empíricas (ações com sentido) políticas, econômicas etc.

Por outro lado, quando afirma que a sociologia crítica ...“não se restringe aos fatos sociológicos, mas sim aos fatos significativos ...que se revelam nas relações, processos e estruturas que caracterizam o problema em estudo” (3), faz uma crítica weberiana a Durkheim. Coloca o problema dos fatos sociais considerados como “coisas” em confronto com as “relações” significativas.

Do ponto de vista da abordagem da realidade concreta, analisamos aqui a crítica que o autor propõe à sociedade urbano-industrial na forma capitalista.

Esta proposta segue duas etapas:

1ª conceituação sobre a formação da sociedade urbano-industrial (a indústria capitalista e o seu cortejo de relações sociais reificadas) e o desenvolvimento necessário dentro dessa sociedade de uma consciência da **negação** — a consciência operária, do ponto de vista da estruturação de uma nova ordem econômica e o papel do Estado nesse processo.

2ª a crítica da “falsa consciência”, proposta formulada teoricamente pela chamada “escola de Frankfurt” (HABERMAS, ADORNO, HORKHEIMER) (4) como problemática das ideologias.

2.1. Indústria e formação da classe operária

IANNI vê o processo de industrialização como resultante da crise da civilização agrária que obriga a busca do desenvolvimento das forças produtivas.

...“A sociedade brasileira somente ingressou na era do desenvolvimento ... em consequência da conjugação dinâmica de múltiplas condições econômico-sociais e políticas favoráveis. Ainda que essas condições tivessem surgido em décadas anteriores e já estivessem mesmo operando desde os primórdios da independência política do País (1822), foi somente a partir de 1930 que a nação formulou um programa nacional de transformação de sua economia e da organização sócio-política” (5).

(3) Vide p. 8.

(4) Cf. T. W. ADORNO et alii, *La disputa del positivismo en la sociología alemana*.

Cf. T. W. ADORNO e Max HORKHEIMER, *La Sociedad*, lecciones de sociología.

(5) Octávio IANNI et alii, *Política e Revolução Social no Brasil*, p. 15.

Para a industrialização brasileira, a Revolução de 30 foi ...“um movimento armado destinado a forçar e precipitar a explosão final da estrutura econômico-social e política rígida, de base agrária, criada e sustentada pelo capitalismo internacional” (6), e acelerar a libertação das forças produtivas, a fim de que se instalasse a civilização capitalista de base industrial.

Nesse contexto, ...“o Estado se projeta como centro máximo de decisões. As políticas fiscal, tarifária, cambial e monetária se integram em escala crescente, de modo a propiciar créditos e incentivos a investimentos cada vez mais controlados pelo poder público” (7).

IANNI mostra que, a partir de 1930, com a expansão das forças produtivas, através da diversificação da estrutura econômica e do crescimento da produção industrial, ...“instaura-se o reino da mais valia relativa, categoria fundante da produção industrial do tipo capitalista” (8).

Ao focalizar as condições econômicas, sociais e culturais de formação do sistema capitalista, considera sinônimos capitalismo e indústria, não insistindo suficientemente na análise do sistema como relação social básica fundada num modo de produção específico.

Por isso, vai estudar separadamente a formação dos elementos constituintes, tais como o trabalho assalariado, o capital, a tecnologia e a capacidade empresarial, fundamentos do processo de acumulação de capital.

Em primeiro lugar, a formação de um mercado de trabalho concretiza-se pela ...“formação de um contingente de trabalhadores livres, com a imigração, a abolição da escravatura e o início da reabsorção dos agricultores autônomos, colonos, agregados etc., dispersos em núcleos de economia e subsistência pelo território nacional” (9).

Depois, IANNI verifica a acumulação de capital dinheiro e investimento produtivo na atividade transformadora – indústria – através de uma diferenciação da agricultura e de uma contraposição entre esta e a indústria ...“O capital gerado na agricultura, em seu desdobramento em capital comercial e capital financeiro, não se fixava totalmente no exterior ...Em certos casos, dada a demanda crescente diferenciada de meios de consumo, uma parte do referido capital era canalizada para investimentos em unidades artesanais e fabris.

(6) Octávio IANNI et alli, *op. cit.*, p. 21.

(7) Octávio IANNI, *Estado e Capitalismo*, p. 143.

(8) Octávio IANNI, *Estado e Capitalismo*, p. 145.

(9) Octávio IANNI, *Industrialização e Desenvolvimento Social no Brasil*, p. 110.

Algumas vezes, o colono das fazendas de café transforma-se em artesão, e, depois, em industrial” (10).

Como a industrialização tornara-se a opção possível face à expansão do capitalismo industrial no mundo, e como a força de trabalho, o capital (regulando o câmbio) e a tecnologia (regulando a importação tecnológica) se tornaram relativamente disponíveis por uma legislação especial, emerge a capacidade empresarial e aparecem os empreendedores, como decorrência necessária e inevitável do desenvolvimento das forças produtivas.

A nosso ver, ficam de pé a questão da articulação entre esses elementos, e o problema correlato da natureza especial desse desenvolvimento industrial, periférico que é em relação aos centros dominantes da economia mundial.

IANNI, embora não defina bem o conceito de exploração (11), mostra que até 1930, alguns fatores davam sentido a um comportamento político operário. Em primeiro lugar, a indústria não era a forma dominante, estando os instrumentos de poder nas mãos da burguesia agrário-comercial tradicional que, por sua vez, ...“não estava em condições de desenvolver um comportamento político, em face do operariado, segundo os requisitos internos de um capitalismo industrial” (12). Isto se dá em vista das expectativas recíprocas de comportamento geradas no mundo rural — baseadas num sistema autocrático, herança do período da escravidão. Por isso mesmo, a questão social era ...“simples questão de polícia” (13) onde há falta de garantias legais para a organização e ação política proletária. Fechando esta etapa da situação operária antes de 1930, IANNI coloca a influência ideológica anarquista proveniente do grupo de emigrados europeus que vinham com uma prática e experiência de atuação política, incontrolláveis, muitas vezes, com as possibilidades das condições locais.

“A partir de 1930, outra configuração se organiza, onde as relações entre o proletariado e a burguesia industrial se encaminham em outras direções. Expande-se a indústria, cresce o contingente proletário, a burguesia industrial, mais numerosa, passa a dominar cada vez mais o poder, e as tensões

(10) Octávio IANNI, *Raças e Classes Sociais no Brasil*, p. 23.

(11) Octávio IANNI, *Industrialização e Desenvolvimento Social no Brasil*, p. 116, ...“em primeiro lugar, os membros dessa classe se encontram integrados ao sistema social segundo uma maneira específica, isto é, como vendedores de força de trabalho aos proprietários dos meios de produção, o que determina a alienação do trabalhador, gerando condições sociais precárias de trabalho. Mas este assunto não precisa ser discutido aqui (grifo nosso).

(12) *Ibidem* p. 116.

(13) *Ibidem* p. 114.

entre as classes se “resolvem” numa legislação trabalhista sistemática, que prevê e canaliza num sentido predeterminado o comportamento político operário” (14).

Nesse contexto de análise do comportamento político da classe operária, IANNI constata uma política de paz social, onde a atuação política do proletariado não parece condizente com suas reais condições de trabalho.

Segundo IANNI, o Governo de Vargas, contrariamente à concepção estamental vigente na República Velha e própria das condições de vida das elites oligárquicas rurais, a qual rotulava a questão operária como “caso de polícia”, reconhece a necessidade de uma legislação social em que são previstos com anterioridade soluções legítimas aos problemas das relações entre o proletariado e os industriais a fim de que não germinem as comoções sociais. ...“Reconhecendo a importância das relações não conflituosas entre as classes, para a expansão do capitalismo no País, eles abandonam a antiga orientação e elaboram, pouco a pouco, uma diretriz racional” (15). A partir disto, é visto como justificável a organização da classe operária em sindicatos, sob o estímulo da necessidade comum e dos interesses de classe. Porém, para a maioria do operariado, aqueles são vistos como algo estranho, não sabendo como se formou nem para que se destina. São vistos mais como entidades assistenciais do que como instrumentos da luta política da classe. ...“O sindicato não é visto como algo feito por eles, mas algo feito por outros para eles. ...Esse é o “sindicato de carimbo”, dirigido por “pelegos”; é “o sindicato brando, com preocupação fundamental de aplacar a ânsia de luta dos trabalhadores” (16).

Além do ideal da ascensão social, da outorgação de uma legislação trabalhista, outras instituições foram criadas (SESI, Círculos, Juventudes) que envolveram a classe operária num sistema político destinado a obstar a formação da consciência proletária.

Deixando para trás uma proposta teórica que punha ênfase no confronto econômico e político entre classes, como realidade com estatuto específico, IANNI passa ao plano da consciência individual, em cuja problemática as classes aparecem como agrupamentos (grupos) e o Estado intervém em

(14) *Ibidem*, p. 118.

(15) Octávio IANNI, *Industrialização e Desenvolvimento Social no Brasil*, p. 25, citação de Getúlio VARGAS, *A Nova Política do Brasil*, vol. V., p. 205, ...“O Governo não deseja em nenhuma hipótese o dissídio das classes, nem a predominância de uma sobre as outras”. ...“O Estado não quer, não reconhece luta de classes”. ...“As leis trabalhistas são leis de harmonia social”.

(16) *Ibidem*, p. 126 – 127.

uma possibilidade efetiva: mediar as relações entre essas entidades (coisas) com sentido subjetivo próprio. ...“O poder público se arroga a função mediadora destinada a pacificar as relações de classe” (17). É um objeto de investigação diverso daquele proposto inicialmente.

Além dessa função, o Estado torna-se agente de uma mudança estrutural determinada. A partir de 1930, surgem na atividade estatal, funções do mundo da produção, que vêm a ser: o mercado, a complementariedade necessária entre as diferentes atividades produtivas, a divisão social do trabalho, e as modificações e reintegrações inerentes ao sistema capitalista de produção. IANNI quando se refere às “reintegrações inerentes ao sistema”, encara uma intervenção racionalizante por parte do Estado, que aparece como uma instituição onde o sistema adquire maior integração. Para tanto, na época de grandes transformações estruturais, o Estado realiza ...“diferentes gradações da racionalidade possível, ...controla os componentes anárquicos do mercado diante do reconhecimento de que as forças produtivas podem ser orientadas e dinamizadas” (18).

Neste enfoque, econômico, nota-se a influência do pensamento weberiano quanto à utilização do conceito de racionalidade para explicar o aparecimento do Estado democrático, onde a separação do trabalhador e meios de produção é condição para a formação de uma classe que maximiza no mercado o seu trabalho. Esta situação, apesar de criar situações divergentes, cria também interesses diferentes, mas potencialmente comuns às classes. ...“O Estado se apresentava como uma instituição inserida numa sociedade de classes com interesses divergentes e até mesmo antagonísticos o que não era conforme o estilo patrimonial anterior a 30” (19).

O Estado democrático aparece aí como uma forma de equilíbrio. Para Weber, ...“foi possível ao capitalismo tornar-se a força mais decisiva na vida humana apenas por já ter-se desenvolvido no interior de um modo de vida racional” (20).

“É que, a organização social apoiada na produção capitalista, pode encontrar diferentes níveis de realização. A própria expansão da civilização

(17) Octávio IANNI, *Estado e Capitalismo*, p. 144.

(18) Octávio IANNI, *Estado e Capitalismo*, p. 253.

(19) *Ibidem*, p. 136.

(20) Karl LOEWITH, “Racionalização e liberdade: o sentido da ação social” in FORACHI, Marialice, e MARTINS, J. S., *Sociologia e Sociedade*, p. 151.

industrial está na dependência da expansão da racionalidade mínima inerente ao capitalismo” (21).

Há desta forma, várias gradações abertas à racionalidade adequada ao sistema. Por isso mesmo, revestiu-se de importância a necessidade de progredir e renovar a prática política por parte da liderança burguesa.

Em virtude de propor-se a uma crítica à industrialização do ponto de vista da consciência operária, vê-se na contingência de realizar uma explicação da expansão e funcionamento do setor industrial, bem como das razões de permanência do “status quo”, através da conceituação de uma ordem racional.

2.2. Consciência de Classe e “falsa consciência”

A sociologia, neste momento da análise, aparece no seu papel histórico de “denúncia” social. Como expressão do ponto de vista de uma classe da sociedade, ela aparece como a síntese de uma consciência que, por sua prática, é intrínseca e espontaneamente “totalizante”. Conforme a fórmula LUKACS, a confrontação da coisa com o seu próprio conceito se colocaria assim, neste caso: “Com a universalização da categoria mercadoria esta relação modifica radicalmente e qualitativamente. O destino do trabalhador vem a ser o destino geral de toda a sociedade”. “O trabalhador “livre” só pode aparecer quando toda a vida da sociedade foi pulverizada desta maneira em atos isolados de intercâmbio de mercadorias. Ao mesmo tempo, porém, seu destino deve tornar-se o destino típico de toda sociedade”. Aquilo que, em seu destino, é típico para a estrutura de toda a sociedade, encontra-se no fato de ao se objetivar e se tornar mercadoria, uma função do homem põe de manifesto com um vigor extremo o caráter desumanizado e desumanizante da relação mercantil”. LUKACS cita Marx: “Quando ele anuncia a dissolução do estado de coisas existente, ele não faz mais que enunciar o segredo de sua própria existência, porque ele constitui por si próprio a dissolução efetiva deste estado de coisas —”, e remata: “O conhecimento de si é então ao mesmo tempo o conhecimento objetivo da essência da sociedade” (22). Essa formulação coloca todo o problema do “relacionamento” entre as classes como uma “relação” específica de uma classe consigo própria, da sua consciência com ela própria.

(21) Octávio IANNI, *Estado e Capitalismo*, p. 234. *Ibidem*, p. 235.

(22) Georg LUKACS, *Histoire et Conscience de Classe*, p. 118 – 120, 189.

Do ponto de vista da Sociologia crítica, a crítica filosófica das “aparências formais” do pensamento burguês torna-se então o fulcro, que toma como seu o ponto de vista de uma classe que totalizaria o “dever” da sociedade moderna.

Ao fazer a análise da renovação da prática política, a que se antecipou “preventivamente” a classe burguesa, através de sua liderança encastelada desde o Estado Novo nos aparelhos do poder, IANNI critica a força política do nacionalismo que se constituiria em uma forma de mascarar a luta de classes e desmobilizar o proletariado. “A legitimação do convívio com o proletariado através do sindicato, do pelego, do empreguismo, oferece à burguesia industrial uma ampla margem de manobras. ...No fulcro dos movimentos nacionalistas está a instauração de outras gradações da racionalidade possível, indispensáveis à expansão do mercado nacional, à modificação de valores e padrões de comportamento, à adequação entre as várias estruturas de que se compõe o sistema” (23).

Ainda em outro texto, IANNI propõe a denúncia, desde o ponto de vista de uma classe do nacionalismo como ideologia: sua importância na década de 50 seria explicada basicamente pela ação da burguesia que a teria propagado ...“às outras camadas da sociedade além daquela diretamente vinculada ao fenômeno, isto é, a burguesia industrial brasileira, que está diretamente interessada no desenvolvimento da indústria nacional e na preservação do mercado interno”. Mas “nunca coloca em pauta os verdadeiros fatores e causas, nem todos os objetivos da burguesia industrial, mas somente visa a identificar os interesses desta com os de toda coletividade” (24). A partir deste posicionamento inicial deduz-se a função mistificadora do nacionalismo. Mistificadora para quem? Para a consciência da classe trabalhadora em relação ao problema da apropriação do excedente (25).

Vê-se que o eixo da análise desloca-se da problemática das relações entre as classes (26) para centrar-se na “relação” da classe trabalhadora brasileira consigo própria.

(23) Octávio IANNI, **Estado e Capitalismo**, p. 235.

(24) Octávio IANNI, **Industrialização e Desenvolvimento Social no Brasil**, p. 60.

(25) **Ibidem**, p. 60.

(26) Cf. Octávio IANNI, **Política e Revolução Social no Brasil**, p. 35 ...“a visão que o proletariado possui ou constrói de si e das suas condições de vida está marcada também pela situação relativa em que se acha em face das outras classes da sociedade global — ...ele se concebe em situação privilegiada, relativamente àquela em que ele próprio se encontrava anteriormente. Por outro lado, cf. Octávio IANNI, **Industrialização e Desenvolvimento Social no Brasil**, p. 122 – 123 ...“os direitos adquiridos na cidade criam no trabalhador expectativas de comportamento, dando-lhe a impressão de que os mitos do meio industrial são entidades possíveis ao seu alcance. ...É nesse período que a “consciência de mobilidade” obsta a formação da consciência de classe, dividindo os grupos profissionais e os indivíduos como se eles não pertencessem à mesma classe. ...O comportamento político operário será determinado ou motivado por interesses estranhos aos da classe operária”.

3. CONCLUSÕES

O conhecimento do pensamento de IANNI, com as duas fases identificáveis até o momento, permite-nos tecer algumas considerações sobre sua proposta e sua filiação.

Na chamada primeira fase, parece-nos que, sociologicamente, o autor está no campo da Sociologia Diferencial, definida por F. FERNANDES como a que ...“procura explicar a ordem existente nas relações dos fenômenos sociais através das condições, fatores e efeitos que operam em um campo histórico,” (1) estando, dessa forma, vinculado à corrente positivista de pensamento. Ao fazer Sociologia Diferencial, estuda os processos sociais que envolvem consciência social das condições histórico-sociais da existência e organização do comportamento coletivo, conforme orientações no sentido de conservar ou alterar a ordem social estabelecida.

Quanto à segunda fase, uma análise do conceito de sociologia crítica proposto por IANNI nos revela o uso combinado do método dialético com idéias weberianas.

Ao fazer a sociologia da sociologia latino-americana, está concretizando a proposta de MARTINS, ou seja, realizar a sociologia crítica e científica como uma sociologia do conhecimento.

Suas obras atuais denotam como proposta uma crítica da reificação das relações sociais, a qual seria inerente à sociedade capitalista, o que é também, no plano metodológico, uma crítica ao modelo positivista de ciência — crítica ao pensamento reificado. É uma crítica absoluta, feita pela consciência totalizante ao mundo material absolutamente reificado. É uma crítica engajada, por que se faz necessariamente como o ponto de vista de uma classe da sociedade capitalista — a classe portadora da consciência crítica, em virtude de sua posição no modo de produção.

Entre a fórmula radical (sociologia crítica, segundo ADORNO, como consciência absoluta) e a fórmula liberal (democracia de valores, segundo WEBER, consciência relativa) critica a reificação das relações sociais (política operária) mas de outro lado, coloca o Estado democrático, não como compromisso de classe mas como fórmula liberal necessária — é a

(1) Florestan FERNANDES, *Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada*, p. 27.

natureza do Estado na época capitalista (quando ocorre historicamente a diferenciação de valores de classes).

Continua produzindo, sempre buscando, se propondo a uma postura crítica em face à realidade nacional, bem como frente à procura de uma identidade latino-americana.

Suas análises se caracterizam pelo uso do chamado “marxismo metodológico”, ou seja, do uso do método dialético, permeado por posições metodológicas weberianas. Por isso, o leitor menos familiarizado com as categorias de uma e de outra corrente de pensamento pode confundir-se na leitura de suas obras.

Essa característica da obra de O. IANNI é problemática, pois, como afirma F. FERNANDES, (2) ...“não se pode somar os contrários, conciliando Marx e Durkheim” (como pretendia Cuvillier) ou Marx e Max Weber (como sustentava Freyer).

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, Theodor W. e allii, **La disputa del positivismo en la sociologia alemana**, trad. Jacobo Muñoz, Ed. Grijalbo, Barcelona, 1 973, 325 p.

ADORNO, T. W. e HORKHEIMER, M. **La sociedad** Lecciones de Sociologia, trad. F. Mazia e I. Cusien, Ed. Proteo, Buenos Aires, 1 971, 2ª ed., 205 p.

CARDOSO, F. H., **Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional**, o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1 977, 303 p.

CHACON, Vamireh, **História das Idéias Sociológicas no Brasil**, Ed. Grijalbo e EDUSP, 1 977, 139 p.

(2) Florestan FERNANDES, **A Sociologia no Brasil**, p. 173.

FERNANDES, Florestan, **Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada**, Livraria Pioneira Editora, São Paulo, 1 971, 423 p.

_____, **Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica**, Cia. Editora Nacional, São Paulo, 2ª Edição (1ª reimpressão), 1 972, 345 p.

_____, **A Sociologia no Brasil**, Ed. Vozes, Petrópolis, 1 977, 270 p.

FORACHI, Marialice M. e MARTINS, José de Souza, **Sociologia e Sociedade**, Leituras de Introdução à Sociologia, Ed. Livros Técnicos e Científicos, Rio de Janeiro, 1 977, 365 p.

IANNI, Octávio, **As Metamorfoses do Escravo**, Ed. Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1 962, 312 p.

_____, **Industrialização e Desenvolvimento Social no Brasil**, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1 963, 269 p.

_____, **Estado e Capitalismo**, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1 965,

IANNI, Octávio, e outros, **Política e Revolução Social no Brasil**, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1 965, 198 p.

_____, **O colapso do populismo no Brasil**, Ed. Civilização Brasileira, 1 968, 236 p.

_____, **Raças e Classes Sociais no Brasil**, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2ª Edição Revista e Modificada, 1 972, 248 p.

_____, **Sociologia e Sociedade no Brasil**, Ed. Alfa Omega, São Paulo, 1 975, 136 p.

_____, **Sociologia da Sociologia Latino Americana**, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2ª Edição 1 976, 183 p.

LUKACS, Georg, **Histoire e Conscience de Classe**, traduit par K. Axelos et J. Bois, Les Éditions de Minuit, Paris, 1 960, 381 p.

A SOCIOLOGIA DIALÉTICA NA FILOSOFIA SOCIAL DO ISEB: A CONTRIBUIÇÃO DE GUERREIRO RAMOS

Maria Soares de Camargo e
Maria Virgínia Fernandes *

INTRODUÇÃO

O ISEB volta a ser objeto de estudo por parte dos analistas; vários trabalhos acadêmicos têm sido elaborados principalmente quanto à ideologia “Nacional-Desenvolvimentista” que o caracterizou.

O período de existência do ISEB (55 – 64) foi de importância relevante em nossa história, quando ocorreram transformações econômico-sociais de grande repercussão na vida política e cultural do país. Do ponto de vista histórico, muito se poderia falar a este respeito. Porém, nossa proposta nesse trabalho se limita a esboçar, em linhas gerais, a dimensão filosófica na compreensão do social da produção isebiana. Enfocaremos o pensamento de Alberto Guerreiro Ramos, numa tentativa de caracterizar a sua sociologia confrontando-a com a chamada sociologia dialética.

O ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) foi proposto pelo Ministro da Educação e Cultura Professor Cândido Mota Filho e criado pelo Presidente João Café Filho através do Decreto nº 37 608 de 14 de julho de 1 955. Este órgão propunha-se a trabalhar para a “compreensão crítica da realidade brasileira e a elaboração de instrumentos teóricos adequados que

*Mestrandas em Filosofia na PUCC.

permitam interpretar o desenvolvimento nacional e possibilitem o seu incentivo e a sua promoção" (1).

O grupo de intelectuais que pertencia ao ISEB era bastante heterogêneo, sendo sua primeira Diretoria assim constituída: Diretor – Roland Corbisier; Departamento de História – Cândido Antonio Mendes de Almeida; Departamento de Filosofia – Álvaro Vieira Pinto; Ciência Política – Hélio Jaguaribe; Sociologia – Alberto Guerreiro Ramos.

A primeira publicação do ISEB, **Introdução aos Problemas Brasileiros** (1º semestre de 1956), traz em seu prefácio a proposta do Instituto: elaborar uma ideologia do desenvolvimento. "Contribuindo para a formação dessa ideologia acreditamos estar cumprindo a parte que nos compete na obra comum de emancipação do Brasil" (2). Nessa fase inicial as atividades do ISEB restringiam-se a conferências, cursos e publicações.

Durante o governo Kubitschek o ISEB foi mobilizado para atuar em nível de planejamento governamental. Sua influência é nítida no Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek que, segundo Néelson Werneck Sodré, em última análise propunha o aceleração do "crescimento da economia brasileira pela generalização e aprofundamento das relações capitalistas... conciliando essa aceleração com os interesses do imperialismo, mantida a estrutura agrária" (3).

Quando da execução do plano, evidenciou-se a inevitável cisão dentro desse grupo heterogêneo em duas alas: uma, que defendia o desenvolvimento ligado à entrada de capitais estrangeiros, e outra, propugnando o desenvolvimento em base puramente nacionalista.

Em conseqüência, em 58/59 dois fundadores e chefes de departamento do Instituto, Alberto Guerreiro Ramos e Hélio Jaguaribe afastaram-se da instituição.

O otimismo em relação à industrialização como sinônimo de desenvolvimento, característico do governo J.K. foi, no início, compartilhado pelos isebianos. Porém, ao constatarem mistificada a industrialização, que realmente não trazia a desenvolvimento social esperado, radicalizaram sua posição que se consolidou no governo de Joao Goulart com o movimento pelas

(1) Cândido MOTA FILHO in **Revista Brasileira de Filosofia**, vol. V, p. 472/473.

(2) Néelson WERNECK SODRÉ, "História do ISEB – 1 – Formação", in **Temas de Ciências Humanas**, p. 106.

(3) Néelson WERNECK SODRÉ, "História do ISEB – 1 – Formação", in **Temas de Ciências Humanas**, p. 113.

“Reformas de Base”. Nesses últimos anos permaneceram apenas Álvaro Vieira Pinto e Nelson Werneck Sodré, passando a orientação teórico-política para jovens professores e líderes estudantis da época.

O ISEB foi extinto em 13 de abril de 1964 pela Revolução vitoriosa, sendo seus componentes considerados suspeitos de subversão, sua sede saqueada, arquivos e publicações incendiados.

A FILOSOFIA SOCIAL DO ISEB

Os fundadores do ISEB são considerados por Pe. H. Lima Vaz como expressivos representantes de uma das importantes correntes do pensamento brasileiro atual, o “culturalismo” (4).

Esses pensadores empreenderam a tentativa de aplicar seu culturalismo na elaboração e solução dos problemas nacionais, procurando assumir conscientemente os condicionamentos históricos do processo em marcha, tentando imprimir-lhe uma direção.

A proposta fundamental do ISEB: promover a autodeterminação do país, cortando criticamente os laços de dependência, exprime-se em todos os campos: político, econômico, social, científico e filosófico.

A preocupação comum desse grupo era ter como ponto de partida a realidade concreta, numa perspectiva de conhecimento para transformação. Esta tomada de posição assume relevância também na tentativa de mudar os rumos da filosofia no Brasil. Até então, no dizer de Hélio Jaguaribe, todas as preocupações da filosofia brasileira eram desvinculadas da realidade, situando-se num nível puramente especulativo.

O ISEB tinha em seu quadro alguns filósofos de profissão, como Álvaro Vieira Pinto, e outros intelectuais que refletiam e escreviam sobre filosofia, como Roland Corbisier e Hélio Jaguaribe. Embora não constituíssem um grupo homogêneo, partiam, em linhas gerais, de uma mesma visão antro-

(4) Esta corrente tem como tema fundamental de reflexão “a ‘cultura’ entendida como processo autônomo de criação especificamente humana, e definindo, ao mesmo tempo, a esfera ontológica dentro da qual os valores humanos adquirem sentido. Assim sendo, esse grupo de pensadores, através de variadas ramificações, vai encontrar na ‘razão histórica’ dyltheyana, e aceita em princípio a distinção de Rickert entre ‘ciências da natureza’ e ‘ciências do espírito’. Por isso mesmo seu esforço se desenvolve numa linha de superação do positivismo e do naturalismo oitocentistas, e permanece constantemente voltado para os condicionamentos históricos do processo cultural”. Pe, Henrique VAZ, “O Pensamento Filosófico no Brasil de Hoje”, p. 355.

lógica, e também a visão do social lhes era comum. É neste sentido que se pode falar de uma filosofia social do ISEB.

Toda a problemática era enfocada em termos de **nação**, minimizadas outras categorias de análise. Consideravam colonialismo e subdesenvolvimento como sinônimos: “tudo é colonial na colônia” e “tudo é subdesenvolvido no país subdesenvolvido” (5). Consideravam a sociedade brasileira, antes de mais nada, como sociedade dependente. Essa dependência era vista em função de suas relações externas com os países desenvolvidos, pela sua posição de “periferia” ou “proletariado externo” no mundo desenvolvido ou área metropolitana.

Observamos que o enfoque é dialético, porém a relação capital-trabalho não é valorizada. O conceito de “proletariado” – aplicado por Marx apenas em termos de classe social – é extrapolado para o âmbito das relações entre nações (periferia x metrópole).

A alienação, conceito central na visão dialética isebiana, é entendida como resultante da “situação colonial” do país, caracterizada como uma totalidade. A sociedade brasileira é “globalmente alienada”, não só na sua estrutura econômica, como também na superestrutura ideológica e cultural. Ao fim do desenvolvimento econômico corresponderia necessariamente o fim de toda alienação: a econômica e, em consequência, a política e cultural.

O desenvolvimento econômico como fim de todas as alienações, nos moldes isebianos, distintamente dos marxistas, não implica mudança no modo de produção; é preconizado dentro do mesmo sistema capitalista, embora em bases nacionais. O nacionalismo surge como o ponto de união e mobilização de todos os grupos e classes sociais visando à superação do subdesenvolvimento (6). As contradições sociais internas parecem não ser reveladas, e as grandes diferenças econômicas deveriam ser niveladas pela industrialização nascente.

O ISEB, apesar de tachado de marxista e perseguido como tal, não focalizava as mudanças sociais em termos da tomada do poder pelas classes

(5) Roland CORBISIER, citado em C. N. TOLEDO, *ISEB, Fábrica de Ideologias*, p. 68.

(6) Como ilustração, transcreeveremos uma passagem de Roland CORBISIER citada por C. G. MOTA em *Ideologia da Cultura Brasileira* p. 166: “No caso brasileiro, a reação contra o semicolonialismo e o subdesenvolvimento só se poderá fazer com o apoio das classes que o suportam como um entrave à própria expansão — expansão de indústria nacional e do mercado interno — quer dizer, a burguesia industrial, o comércio ligado a essa burguesia, os setores esclarecidos da classe média e o proletariado industrial. É com apoio nessas classes, nos seus interesses e nas suas reivindicações, **que coincidem, aliás com os interesses do desenvolvimento do País**, que a ‘intelligentsia’ brasileira deverá ‘forjar a ideologia da libertação nacional’” (grifo nosso).

populares, pois acreditava na representatividade democrática. Considerava os governantes e legisladores eleitos pelo povo como legítimos representantes de sua vontade, valorizando o papel do Estado.

Os intelectuais situavam-se ao lado dos dirigentes, colocando seus conhecimentos científicos a serviço do planejamento governamental. Para eles a ciência não tinha sentido como saber especulativo, tendo validade enquanto colocada a serviço do povo. Sua contribuição mais relevante à nação seria a elaboração do pensamento ideológico, considerado como a mola propulsora do desenvolvimento.

Para atingir o desenvolvimento, o fator privilegiado em quase todos os trabalhos isebianos é a **consciência**, numa perspectiva nitidamente idealista.

O filósofo Álvaro Vieira Pinto é quem melhor ilustra tal posição, dedicando grande parte de sua obra ao estudo da consciência, da passagem da consciência ingênua, característica do subdesenvolvimento, à consciência crítica (“autêntica” ou “verídica”) da nação desenvolvida.

A transformação da consciência, de ingênua em crítica, tem no trabalho seu fator essencial: “o caráter transfigurador do trabalho é a via de acesso à realidade. Por ele o mundo se abre à consciência... não há outro modo de captar o real senão introduzir-se na sua mobilidade, esposando-lhe a dinâmica” (7).

A consciência dos trabalhadores, porém, não apresenta os elementos suficientemente sistematizados para elaborar uma ideologia, cabendo aos intelectuais explicitá-los e concatená-los. A tarefa dos isebianos seria trabalhar a “matéria-prima” fornecida pelas massas através de um suporte lógico-conceitual, ou seja: “apropriar-se das representações da consciência popular... recolhê-la nas suas legítimas origens e interpretá-la com o auxílio do instrumento lógico-categorial... sem distorcê-la, sem violentá-la, e sem mistificá-la” (8).

Assim o ISEB procura elaborar a ideologia do desenvolvimento, que, correspondendo aos anseios populares, propagar-se-ia sem a conotação impositiva de outras propagandas ideológicas e teria necessariamente caráter operatório, isto é, seria capaz de mobilizar as forças populares que nela veriam autenticamente expressas suas aspirações.

(7) Álvaro VIEIRA PINTO, citado por C. N. TOLEDO, *op. cit.* p. 44

(8) *Ibid.*, p. 46.

Em suma, a proposta isebiana fundamental era: substituir pela ideologia nacional desenvolvimentista a ideologia alienada, expressa em todas as manifestações culturais do país.

A respeito da cultura brasileira, o ISEB publicou uma série de teses demonstrando que as análises feitas até então, partindo de categorias “transplantadas” do exterior, interpretavam pouco cientificamente a realidade brasileira e careciam de “consciência crítica de história” (9). Por exemplo, nos estudos sociológicos e antropológicos, a “substância” do homem brasileiro foi estereotipada na sua passividade, preguiça, subserviência, verbalismo, cordialidade, pacifismo... em vez de serem essas características consideradas como traços de um comportamento alienado devido ao subdesenvolvimento.

Esta posição, inúmeras vezes reafirmada, denota toda a preocupação dos isebianos em romper com a dependência cultural externa e assentar as bases de uma ciência e de uma filosofia autenticamente “nacionais”.

No entanto, são também tributários do pensamento filosófico dominante em seu tempo: o pensamento europeu pós-guerra, caracterizado pelas correntes existencialistas.

A análise de Caio Navarro de Toledo, evidencia esta influência. Os conceitos de “alienação, projeto, práxis, trabalho, ‘estar no mundo’, autenticidade, destino, liberdade e outros, revelam também, através do tratamento que receberam no interior de algumas produções isebianas, uma inequívoca influência daquela filosofia metropolitana” (10).

Essa perspectiva existencialista influencia também a visão antropológica subjacente na abordagem do social. O homem é visto como um ser situado no tempo e no espaço, em constante devir. A consciência é privilegiada, passando de ingênua à crítica configurando o homem como sujeito de sua história. A influência da antropologia existencialista, porém, não é a única. O ser humano nunca é considerado individualmente, mas sempre inserido num contexto social, numa visão de totalidade onde as estruturas se interpenetram, dependendo basicamente da economia, prenunciando a influência das correntes marxistas que, na década atual têm preponderância no pensamento filosófico social brasileiro.

As referências a esses movimentos filosóficos não são quase explicitadas nos trabalhos isebianos, cuja preocupação maior era romper os

(9) R. CORBISIER, citado em Guilherme MOTA, *op. cit.* p. 167.

(10) Caio N. de TOLEDO, *op. cit.* p. 91.

vínculos de dependência científica cultural e ideológica com as metrópoles, objetivando alcançar uma formulação original acerca do subdesenvolvimento. Observamos, com Caio Navarro de Toledo, que a produção de Guerreiro Ramos é a que contém mais indicações teóricas a respeito do pensamento sociológico e filosófico moderno (11).

A CONTRIBUIÇÃO DE GUERREIRO RAMOS

Alberto Guerreiro Ramos, um dos fundadores do ISEB, exerceu grande influência e liderança durante a mais expressiva fase daquela instituição.

O referido autor, nascido na Bahia, formou-se em Ciências Sociais pela Faculdade Nacional de Filosofia e bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Foi durante cerca de 20 anos técnico de administração do DASP, tendo exercido ainda as funções de assessor do Conselho do Desenvolvimento do Ministério de Viação e Obras Públicas e da Casa Civil da Presidência da República. Como delegado do Brasil à XVI Assembléia Geral da ONU participou da Comissão de Assuntos Econômicos.

Guerreiro Ramos foi professor de Sociologia na Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas desde a criação da Escola, em 1952. Com a Revolução de 1964 perdeu a cátedra e depois de algumas tentativas de prosseguir seu trabalho no Brasil, acabou sendo obrigado a deixar o país, encontrando-se atualmente na Universidade da Califórnia. A própria Revolução suspendeu seus direitos políticos e cassou-lhe o mandato de deputado federal pelo P.T.B.

Antes da criação do ISEB, já havia publicado diversas obras dentre as quais ressaltamos: **Sociologia do Orçamento Familiar** (1950); **A Sociologia Industrial** (1952); **Aspectos Sociológicos da Puericultura** (1954); **Relaciones Humanas del Trabajo** (México, 1954); **Sociologia de la Mortalidad Infantil** (México, 1955). Uma de suas principais obras; **Cartilha Brasileira do Aprendiz de Sociólogo** foi editada pela primeira vez em 1954 e, posteriormente, republicada pelo ISEB em 1957, juntamente com outros trabalhos, no livro **Introdução Crítica à Sociologia Brasileira**.

Como chefe do Departamento de Sociologia do ISEB, Guerreiro Ramos desenvolveu várias pesquisas, inclusive sobre relações raciais

(11) Caio Navarro de TOLEDO, *op. cit.* p. 98 a 102.

abrindo nova perspectiva para abordagem deste tema. É nessa fase de intensa produção intelectual que publica vários artigos e sua principal obra **A Redução Sociológica**.

Em dezembro de 1958 desligou-se do ISEB, alegando que a instituição transformara-se numa “agência eleitoreira” e uma “escola de marxismo-leninismo,... doutrina que historicamente, sob o disfarce de ciência, tem sido instrumento de direção monopolística em escala mundial de movimentos políticos e agitações de massa” (12). Por outro lado, Néelson Werneck Sodré, em seu depoimento sobre o ISEB, afirma que o desligamento do autor não se deve a razões ideológicas, mas sim a questões de caráter pessoal, uma vez que pretendia exercer o “monopólio” sobre a instituição (13).

Guerreiro Ramos continuou a desenvolver acirrada polêmica contra seus ex-companheiros, como podemos notar em suas obras posteriores: **O Problema Nacional do Brasil** (1960); **A Crise do Poder no Brasil** (1961); **Mito e Verdade da Revolução Brasileira** (1963); bem como na 2ª edição de **A Redução Sociológica** (1965).

Com relação ao valor científico de sua obra, existe muita controvérsia. Assim, autores como Jacob Goreneder o situam como eclético por pretender sintetizar, ao mesmo tempo “Karl Marx, Comte, Spencer, Georg Simmel, F. Toennies, Max Weber, Max Scheler, Durkeim, Gabriel Tarde, V. Pareto e outros. A isto se acrescentam esforços especiais para combinar o Existencialismo com o marxismo. O Ecletismo não se detém aí diante de qualquer limite. Seria este um dos piores pontos de partida para chegar a uma teoria sociológica íntegra e correta” (14).

Considerações deste tipo nos levam a questionar até que ponto o autor pode ser situado, como deseja, na linha da sociologia dialética, pois parece que as contradições, ao invés de serem superadas numa síntese, são acomodadas em construções ecléticas.

Guerreiro Ramos defende-se desta acusação dizendo: “somos pós-marxistas, como Marx foi pós-hegeliano, pós-feuerbachiano. Não somos solipsistas. Chamar de ‘ecletismo’ a redução ou acusar-nos de pretender fazer ‘acondicionamentos’ de uma teoria em outra, porque circulamos em áreas diversas das correntes filosóficas de nossa época é completamente estapafúrdio.

(12) Guerreiro RAMOS, **Mito e Verdade da Revolução Brasileira**, p. 10.

(13) Néelson WERNECK SODRÉ, “História do ISEB – Crise” in **Temas de Ciências Humanas** – 2, p. 119 a 143.

(14) Jacob GORENDER, citado por Guerreiro RAMOS em **A Redução Sociológica**, p. 42 e 255.

O saber também tem história. Como esforço de atualização do saber, o marxismo transcende Marx, o existencialismo transcende Heidegger, Jaspers, Sartre, a fenomenologia transcende Husserl” (15).

Apesar de toda a controvérsia não se pode negar a importância de Guerreiro Ramos e do grupo de intelectuais a ele ligado enquanto pioneiros na tentativa de formular um pensamento social a partir da realidade nacional.

O autor em questão partia do pressuposto de que “só aquele que se acha imerso na realidade social pode captá-la teoricamente” (16). Afirmava que todos os seus estudos se originaram da necessidade de compreender e encaminhar soluções a problemas vividos:

Na minha vida profissional,... a prática precedeu a teoria. A nova teoria sobre relações de raça no Brasil, que consegui fazer vitoriosa em nosso meio, representa a indução de uma práxis do “problema” e depois dela é que cheguei à teoria. O mesmo aconteceu com meus estudos sobre mortalidade infantil e sobre problemas administrativos, econômicos e políticos do país. Quem não age, quem não participa do processo societário não compreende a sociedade” (17).

Especificamente como sociólogo, propunha como tarefa primordial a promoção da autoconsciência nacional, sendo o papel essencial da sociologia “tornar-se uma teoria militante da própria realidade nacional” (18).

Embora seja radical na defesa da sociologia em bases nacionais, não nega evidentemente que esta, como toda ciência, é universal. “A universalidade da ciência como técnica de pensar, não impede que a sociologia se diferencie nacionalmente. Desde que o sociólogo só existe nacionalmente, na medida em que seu pensamento seja autêntico, terá de refletir as peculiaridades da circunstância em que vive” (19).

Nessa perspectiva, seu trabalho foi inicialmente crítico, no sentido de romper com a “tradição consular” de adotar as teorias estrangeiras como dogmas, transplantando-se à realidade local sem qualquer crítica. A isso ela chama “sociologia enlatada”, importada, pronta para ser consumida. Faz notar o caráter alienado e alienante dessa sociologia desvinculada do contexto histórico e

(15) Guerreiro RAMOS. **A Redução Sociológica**, p. 47.

(16) Hans FREYER, citado pelo autor em **Introdução Crítica à Sociologia Brasileira**, p. 23.

(17) Guerreiro RAMOS, **Introdução Crítica à Sociologia Brasileira**, p. 210.

(18) Guerreiro RAMOS, *op. cit.* p. 26.

(19) Guerreiro RAMOS, *op. cit.* p. 25.

econômico, preocupada em analisar aspectos particulares, estanques, em detrimento da compreensão global do social.

Justifica a posição da sociologia no Brasil dada a situação de dependência em que se encontrava o país (“dependência colonial”). Assim, num país colonial, só poderia haver uma sociologia dependente. Na década de 50–60, a industrialização desencadeia o processo de autodeterminação que se reflete no plano teórico. “São as condições reais da fase atual da sociedade que permitem, hoje, se inicie de modo plenamente consciente o trabalho de formulação de uma sociologia nacional” (20).

Guerreiro Ramos explica o esquema de divisão das Ciências Sociais, correspondente ao período de apogeu do capitalismo nos países europeus, período este ultrapassado, tornando em conseqüência aquele esquema totalmente obsoleto. No seu modo de ver, a moderna Ciência Social tem por tarefa substituir as visões parceladas da realidade por uma “teoria globalista apta a servir de instrumento para a realização de mudanças em que os povos estão empenhados” (21). Essa posição, pioneira na época, e mal compreendida, é, hoje, um dos fundamentos da mais recente escola de pensamento sociológico, ou seja, da Sociologia Crítica” (22).

O autor considera “a Ciência Social do século XX como uma teoria culturalista de caráter radicalmente historicista e dialético... É radicalmente dialética no tríplice sentido de que:

a) não admite o primado sistemático de nenhum critério operatório de dialetização, nem tampouco se admite como um monismo determinista dialético;

b) não admite a conclusão do processo histórico-dialético, nem sabe de antemão aonde conduz este processo; dialetiza as relações entre teoria e prática” (23).

Essa postura dialética não é tão nítida em todo o conjunto de sua obra, principalmente em A Redução Sociológica. Busca os fundamentos

(20) *Ibid.* p. 25.

(21) *Ibid.* p. 209.

(22) Os sociólogos contemporâneos reconhecem que a visão integrada das Ciências Sociais é indispensável. Por exemplo, lemos em Octávio Ianni, em **Sociologia da Sociologia Latino-Americana** p. 31: “Quando acompanhamos os desenvolvimentos mais recentes da Sociologia na América Latina, verificamos que ela retoma continuamente os seus contatos com a economia política, a história, a ciência política, a antropologia. Os grandes temas das sociedades latino-americanas, pelo fato de estarem fundamentalmente relacionados às transformações estruturais globais, impõem aos cientistas sociais o alargamento das contribuições de cada disciplina”.

(23) Guerreiro RAMOS, **Introdução Crítica à Sociologia Brasileira**, p. 210.

teórico-filosóficos deste método na fenomenologia de Husserl e na ontologia de Heidegger, e os antecedentes sociológicos da redução nos materialistas franceses como Condillac, Holbach e fenomenólogos sociais como M. Scheler e G. Gurvitch (24). É digna de nota a influência de Karl Mannheim, afirmada pelo próprio Guerreiro Ramos, que o considera “um dos raros sociólogos contemporâneos que tiveram a preocupação sistemática de incorporar as idéias filosóficas atuais à sociologia, sendo visível sua familiaridade com o pensamento fenomenológico e culturalista, ao qual se prende a redução sociológica (25).

Guerreiro Ramos apresenta a redução sociológica em linhas gerais, como “a eliminação de tudo aquilo que, pelo seu caráter acessório e secundário, perturba o esforço de compreensão e a obtenção do essencial de um dado”. ... “É uma atitude metódica que tem por fim descobrir os pressupostos referenciais, da natureza histórica dos objetos e fatos da realidade social” (26).

O método consiste primeiramente na assimilação crítica da produção sociológica estrangeira, tentando detectar seus pressupostos ideológicos (considera o autor aquela sociologia mais ideologia conservadora do que verdadeira ciência). Para essa assimilação crítica os cientistas sociais, livres de pressões econômicas e políticas, deveriam proceder a uma seleção crítica das transplantações teóricas estrangeiras, dirigidos por uma aspiração universal, porém mediatizada pela realidade local, regional e nacional.

Em suma, trata-se de uma atitude metódica que pressupõe: cada fenômeno social não é isolado; deve ser analisado em suas relações recíprocas, numa visão global do processo social. O método é perspectivista, considerando que o sentido de um objeto está sempre ligado a um contexto determinado, não havendo, portanto, repetições na realidade social.

Guerreiro Ramos apresenta a redução sociológica como “a essência do criticismo sociológico mais radical”. Formula, baseado nos fundamentos teóricos anteriormente citados, as “leis da redução sociológica”, assim enunciadas:

1ª) Lei do comprometimento: “Nos países periféricos, a idéia e a prática da redução sociológica somente podem ocorrer ao cientista social que tenha adotado sistematicamente uma posição de engajamento ou de compromisso consciente com o seu contexto”.

(24) Guerreiro RAMOS, *A Redução Sociológica*, p. 96 a 111.

(25) *Ibid.* p. 108.

(26) *Ibid.* p. 81.

2ª) **Lei do caráter subsidiário da produção científica estrangeira:** “À luz da redução sociológica toda produção científica estrangeira é, em princípio, subsidiária”.

3ª) **Lei da universalidade dos enunciados gerais da ciência:** “A redução sociológica só admite a universalidade da ciência tão-somente no domínio dos enunciados gerais”.

4ª) **Lei das fases:** “À luz da redução sociológica, a razão dos problemas de uma sociedade particular é sempre dada pela fase em que tal sociedade se encontra” (27).

Nesta lei o autor recorre ao conceito de totalidade, insistindo em que os fenômenos sociais só podem ser compreendidos quando em referência à totalidade histórico-social (fase), cujas partes estão dialeticamente relacionadas. Faz longas citações de Marx, reconhecendo-se tributário de seu pensamento neste ponto.

Realmente, observamos que a redução sociológica é permeada por correntes filosóficas diversas, autores de orientação ideológica e mesmo científica variadas e contraditórias: Husserl, Marx, Heidegger, Mannheim... não podendo este método ser considerado válido para a sociologia dialética.

Receamos que Guerreiro Ramos não tenha conseguido superar as tendências ecléticas características dos pensadores brasileiros que o antecederam, pois embora tenha intuído a exigência de cortar os laços de dependência intelectual, não conseguiu concretizar esta intuição. Desconhecemos outros cientistas que utilizassem a redução sociológica para análise dos diferentes problemas nacionais. Talvez não o tenham feito por questionar a validade científica deste método; ou talvez porque, devido às circunstâncias do momento histórico, o pensamento de Guerreiro Ramos tenha sido marginalizado.

De qualquer forma, não se pode negar ter sido ele um marco capital na sociologia brasileira. Manfredo Berger afirma que Guerreiro Ramos “possibilitou e apoiou decisivamente o desenvolvimento de uma sociologia autóctone e superadora da situação de dependência” (28).

Guerreiro Ramos deixa, a partir de sua reflexão sociológica, uma contribuição digna de nota ao pensamento filosófico brasileiro. Esta contribuição é ressaltada por Pe. Henrique de Lima Vaz, observando que, ao definir a redução sociológica, Guerreiro Ramos associa a noção husserliana de

(27) Guerreiro RAMOS, *A Redução Sociológica*, p. 111 a 138.

(28) Manfredo BERGER, *Educação e Dependência*, p. 315.

consciência à noção orteguiana de perspectiva, porém, sempre aplicando-se num contexto sociológico, isto é, “ao processo de transformação do grupo social em que a consciência se insere e cuja lógica imanente ela deve exprimir pela atitude redutora” (29). O problema filosófico levantado é quanto à possibilidade de um conhecimento universal e objetivo num universo cultural determinado.

Padre Vaz inclui Guerreiro Ramos entre os culturalistas, mencionando que “sua concepção original de razão sociológica implica uma bem definida filosofia da cultura”. Afirma que o autor se defronta com o problema crucial de toda filosofia da cultura: “o dilema entre participação e validade objetiva, entre perspectiva e universalidade, problema que surge necessariamente no termo de uma reflexão que visa a projetar os invariantes das proposições científicas no terreno móvel dos relativismos culturais” (30).

CONCLUSÃO

Após o estudo realizado, queremos ressaltar a importância histórica do ISEB para a emancipação da cultura nacional. Pela primeira vez um grupo de cientistas, de diferentes áreas, se propõe a um sério trabalho interdisciplinar com duplo propósito: formular, em bases científicas, uma teoria sobre a sociedade brasileira, e contribuir para a superação da situação de subdesenvolvimento e dependência através da elaboração da ideologia nacional desenvolvimentista.

Em contraste com os intelectuais brasileiros de épocas anteriores, de postura caracterizadamente especulativa e nem sempre comprometidos com a realidade local, os isebianos foram exemplo típico de cientistas engajados, abordando questões nas quais se viam profundamente inseridos. Coerentes com a visão globalista do social que ensinavam, não desvincularam os aspectos econômicos dos culturais e políticos, chegando inclusive a assumir posições políticas bastante definidas.

Embora seu pensamento tenha sido, em geral, identificado ao surto das idéias marxistas no Brasil, não foi tão influenciado por Marx como pelo

(29) Pe. Henrique VAZ, “O pensamento filosófico no Brasil de hoje”, in Pe. Leonel FRANCA, *Noções de História de Filosofia*, p. 358.

(30) *Ibid.* p. 358 – 359.

pensamento existencialista europeu. Não ocorre com os isebianos a atitude de admiração fácil e de dócil submissão adotada costumeiramente pelos pensadores brasileiros diante dos mestres europeus. A preocupação do ISEB nunca deixou de ser a assimilação crítica da produção teórica estrangeira, e a consideração da realidade nacional como o ponto de partida para qualquer tipo de análise.

Segundo Caio Navarro de Toledo, “a maioria dos isebianos são movidos basicamente por razões de ordem estritamente ético-humanística, sensibilizam-se diante das injustiças, das opressões, da miséria de seu povo. Pretendem urgentemente agir, porém, procuram fazê-lo através do único instrumento que lhes está à disposição: a elaboração teórica, ou melhor, o pensamento ideológico” (31).

Especificamente no campo da sociologia, o contributo de Guerreiro Ramos é inegável. Seu trabalho crítico na linha de sociologia do conhecimento sociológico foi marcante, e não só para o contexto nacional. Vamireh Chacon nota a participação do autor no debate internacional da “Sociologia da Sociologia”, de certo modo antecipando-se em relação aos E.E.U.U. e Europa (32).

O método por ele elaborado, a redução sociológica, embora passível de críticas no tocante à sua cientificidade, tem valor permanente como primeiro passo na superação da sociologia de dependência, em prol de uma sociologia autóctone.

BIBLIOGRAFIA

BERGER, Manfredo, **Educação e Dependência**, Porto Alegre, DIFEL, 1976, 354 p.

CHACON, Vamireh, **História das Idéias Sociológicas no Brasil**, São Paulo, Grijalbo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1977, 139 p.

(31) Caio Navarro de TOLEDO, **ISEB – Fábrica de Ideologias**, p.111.

(32) Vamireh CHACON, **História das Idéias Sociológicas no Brasil**, p. 131 – 132.

IANNI, Octávio, **Sociologia da Sociologia Latino-Americana**, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1 976, 2ª edição, 186 p.

JAGUARIBE, Hélio. **A Filosofia no Brasil**, Rio de Janeiro, MEC-ISEB, 1 957, 52 p.

MOTA, Carlos Guilherme, **Ideologia da Cultura Brasileira**, São Paulo, Ed. Ática, 1 977, 303 p.

PINTO, Álvaro Vieira, **Consciência e Realidade Nacional**, Rio de Janeiro, ISEB-MEC, 1 960, vol. I — A Consciência Ingênua, 438 p., vol. II — A Consciência Crítica, 639 p.

RAMOS, Guerreiro, **Introdução Crítica à Sociologia Brasileira**, Rio de Janeiro, Editorial Andes Ltda., 1 957, 216 p.

_____, **A Redução Sociológica**, Rio de Janeiro, Edição Tempo Brasileiro Ltda. Coleção Tempo Novo — 2, 1 965, 268 p.

_____, **A Sociologia Industrial**, Rio de Janeiro, s.c.p., 1 952, 176 p.

_____, **Mito e Verdade da Revolução Brasileira**, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1 963, 218 p.

REVISTA BRASILEIRA DE FILOSOFIA, vol. V, fascículo III, julho a setembro de 1 955.

SODRÉ, Nelson Werneck, "História do ISEB", in **Temas de Ciências Humanas** — 1, São Paulo, Editorial Grijalbo, 1 977, 167 p.

_____, "História do ISEB", in **Temas de Ciências Humanas** — 2, São Paulo, Editorial Grijalbo, 1 977, 178 p.

TOLEDO, Caio Navarro, **ISEB — Fábrica de Ideologias**, São Paulo, Ed. Ática, 1 977, 194 p.

VAZ, Henrique C. de Lima s.j., "O Pensamento Filosófico no Brasil de Hoje", in
FRANCA, Leonel s.j., **Noções de História da Filosofia**, Rio de Janeiro,
Agir, 1 969, 20ª edição, 379 p.

VITA, Luís Washington, **Tríptico de Idéias**, São Paulo, Editorial Grijalbo Ltda.,
1 967, 181 p.

A IMPLANTAÇÃO DA TECNOLOGIA COMPUTACIONAL NA ESCOLA: UMA ABORDAGEM FILOSÓFICA

Tarcísio Moura *

INTRODUÇÃO

Assistimos hoje à paulatina implantação da tecnologia do computador em nossas escolas. As conseqüências deste evento não se restringem simplesmente à área técnica. Por isso, perguntamos: que implicações sobretudo teóricas advêm de tal fato ?

Parece-nos que o filósofo deve ser chamado a opinar, uma vez que gravíssimas mudanças estão ocorrendo dentro do campo da educação. Colocamos, como hipótese básica, que o método de sistemas, implantado com o computador, apesar de sua quase ilimitada capacidade operacional, não é capaz de reduzir a um algoritmo as coordenadas da educação. Exorbitam de seu campo de controle certos elementos que se encontram fora da ordem puramente objetiva. O inconsciente, o emocional, a liberdade, o irracional, por exemplo, não adquirem foros de cidadania no ramo da cibernética. Há intenções que não se reduzem a dados de computador.

Outras considerações pertinentes deverão fazer parte desta abordagem: a aparente neutralidade do computador; este como a expressão, em forma de máquina, da consciência objetiva. E sobretudo considerações mais relacionadas à ordem escolar: quem será o mestre no modelo da escola cibernética ? Como será o aluno ? E a escola em seu conjunto ?

*Professor de Filosofia da PUCC; Mestrando em Filosofia da Educação na PUCSP.

Tudo leva a colocar uma questão crucial: qual o conceito de educação implicado em toda esta estrutura ?

O papel do filósofo será imprescindível para esclarecer a questão. Ele poderá encaminhar uma comprovação à nossa hipótese.

1. UMA NOVA ERA PARA A EDUCAÇÃO: O MÉTODO DE SISTEMAS

Num momento em que a escola, longe de demonstrar seu cansaço institucional, parece mais se arregimentar a fim de levar adiante, agora por novos caminhos, a função formadora da sociedade, o brado desescolarizador de Ivan ILLICH (1) soa, senão ininteligível, ao menos fora de sincronia. Não estamos na hora de um **réquiem** pela escola mas, sim, vemos despontar um revigoreamento. Ingressamos na era da automação e a escola quer-se pôr, como guia, à nossa frente.

Se entramos em conflito com a visão de Illich, não iremos negar, entretanto, as boas intenções subjacentes às suas críticas. Deveremos assumi-las de alguma forma. Realmente, a “desescolarização da cultura” poderia ser um meio de concretizarmos muitas de nossas esperanças. Desprender-nos-íamos da “estrutura” ou “currículo oculto” das escolas para podermos estabelecer uma aprendizagem autenticamente livre. Diz Illich: “A desescolarização da sociedade é nada menos do que uma mutação cultural, pela qual um povo recupera o uso efetivo das suas liberdades constitucionais: a aprendizagem e o ensino feitos por homens que sabem ter nascido livres, e não por homens ‘tratados’ para a liberdade.” (2).

Enquanto idealizadoras, fórmulas como esta, além de revolucionárias, são também fascinantes. Mas, como realizadoras, elas carecem de maior grau de concretidade. O processo desenvolvimentista e, impulsionando-o, o processo da automação por que vem passando a sociedade dos homens são um fato irrecusável, como irrecusável é a sua assimilação pela escola. Ao invés de “desescolarização”, devemos esperar por uma nova era em educação. Está-se implantando uma nova forma de escolarização. Antes de surgirem os fatores que

(1) Ivan ILLICH, **Sociedade sem Escolas**, SP, Vozes, 1 973.

(2) Peter BUCKMAN (org.), **Educação sem Escolas**, RJ, Eldorado, 1 973, p. 28.

poderiam provocar o desaparecimento da escola, esta se prepara para combatê-los. A escola instrumenta-se para criar a sociedade do futuro.

É certo que, nesta perspectiva, a escola perpetua e radicaliza seu papel institucionalizador denunciado por Illich. Mas queremos encarar aqui os fatos e não propor soluções geniais. O próprio Illich, embora tenha dado lugar, em seu quadro desescolarizador, à tecnologia e mesmo ao computador, não lhes dedicou análise mais ampla. Ademais, se pretendemos fazer uma crítica à escola, não será sem a escola. Nossa crítica a ela é escolarizada.

a) A invasão dos computadores

Com a introdução do computador na escola, o que era apenas ficção científica tornou-se realidade para a educação. Consumou-se irreversivelmente, para a sociedade e suas instituições, o fato da automação. A ficção, neste setor, tornou-se algo do passado. Hoje somos os personagens reais de uma estória cujas semelhanças com a realidade deixou de ser mera coincidência.

A computação invade todos os campos. Se não abrimos os olhos, seremos dirigidos por comandos de programação, e se os abrimos, estes mesmos comandos irão convencer-nos de que não há como proceder, mais racionalmente, de outra forma. Vemos, hoje, que regiões capitais da ciência humana estão transportando seu "ethos" para o vasto mundo da cibernética. A Psicologia, a Sociologia, a Medicina, apenas para citar os que nos vêm à memória pelos mais recentes simpósios promovidos com o único e urgente objetivo de tratar da questão. A revolução por que passamos no mundo de hoje advém do computador, que reformula todas as concepções de vida social, de relações humanas, de política e economia, de informação e comunicação, de educação. "É o computador que está mudando a face da terra e abrindo perspectivas insuspeitadas para o futuro da humanidade, cujos conceitos sobre convivência, bem-estar, segurança, administração pública e particular, relações internacionais, guerra e paz, deverão ser revistos e isto de maneira permanente, à medida que as gerações desses aparelhos se sucedem, cada qual mais perfeita." (3)

A vasta ressonância desta revolução global foi sentida pelos organismos responsáveis pela educação, que estão procurando pôr-se em dia para não ter de sucumbir à voragem suscitada pela avalanche desenvolvimentista. De

(3) João de SCANTIMBURGO, *A Extensão Humana. Introdução à Filosofia da Técnica*, SP, Companhia Editora Nacional/EDUSP, 1 970, p. 14.

maneira que a escola não só assimilou o processo, mas está procurando passar adiante e tentando, na sua função específica, reproduzi-lo.

De ora em diante, também a escolarização sofre um processo irreversível: não pode subsistir institucionalmente senão traduzindo seu "ethos" para uma linguagem de automação.

b) O computador e o método de sistemas na escola

No Estado de Colorado (E.U.A.) uma cidade-computador modelo foi criada: Capsburg. No entanto, ela só existe em um conjunto de cartões perfurados e constitui apenas um modelo para estudos levados a efeito pelo Departamento de Educação de Colorado. Segundo J. Pfeiffer, que nos descreve a experiência, "o projeto Capsburg é apenas um exemplo de programa de desenvolvimento que já vem tendo importante impacto sobre a educação e outros setores, impacto que é de esperar se intensifique nos anos próximos." (4)

O grupo que trabalha o projeto denomina-se grupo do "método de sistemas" e se propõe solucionar problemas que hoje assolam o campo educacional. Trata-se de um método que visa a "harmonizar objetivos e recursos a fim de se alcançar equilíbrio claramente estabelecido entre o que se deseja e o que é de esperar conseguir (...) Novo serviço está sendo criado para o planejamento em todos os níveis de organização." (5)

A respeito deste método, um pesquisador nosso de educação afirmou: "É esse método que hoje se está introduzindo na problemática de guerra, de comércio, de produção e, de 1965 para cá, de educação. Para se compreender o que se passa, é indispensável ter em vista a escala de quantificação, a densidade de organização e o grau de homogeneização a que vem chegando a vida em consequência dos processos maciços de "produção" e de "organização" que a estão modelando." (6)

O método de sistemas não é algo definitivo e estabelecido com precisão, nem dispõe de regras claras. Sua aplicação pode ser feita de maneiras variadas. Pode sofrer adaptações segundo a situação escolar, a região, o país. O que permanece, no entanto, é a importância por ele assumida a partir de sua entrada em cena. Tal importância revela-se sobremaneira no campo das decisões,

(4) J. PFEIFFER, *Uma Visão Nova da Educação – "Systems Analysis" ou análise de sistemas em nossas escolas e faculdades*, SP, Ed. Nacional, 1971, p. 2.

(5) *id.*, *ibid.*, pp. 2 – 3.

(6) Anísio TEIXEIRA, "Systems Analysis" em educação, *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 59, out/dez., 1973.

no momento em que as alternativas tecnicamente mais adequadas preponderam acima das demais. “Em verdade, o método de sistemas preocupa-se antes de tudo com o processo de tomar decisões (...) A base essencial do método está em que oferece sólida fundamentação objetiva para as decisões.” (7)

A aplicação do método à educação, influenciando no processo decisório, torna, ao pé da letra, sua ação realmente **decisiva** neste campo. Uma vez constatado isto, não podemos fugir de encarar o fato. Neste sentido, as palavras de Anísio Teixeira têm o valor de um conselho: “Acompanhando, coordenando ou dirigindo a situação, o educador tem que tomar decisões. Para isto, precisa de todos os fatos, a fim de descobrir o que deve buscar, as alternativas com que o possa conseguir e os resultados que possa antecipar. A educação vai depender dessas decisões tomadas agora à luz de alternativas mais ricas, mais flexíveis e mais lúcidas e não, como dantes, numa única abordagem global para a solução também única e global do problema.” (8) Estas palavras, no entanto, não dizem que o processo decisório não pode reduzir-se a um mecanismo seletor de alternativas, nem que a importância do processo decisório tenha sido suficientemente considerada e amplamente abordada pelo simples fato de terem, o computador e sua “staff”, adquirido imensa importância no campo da educação.

2. O NOVO CORDÃO UMBILICAL DA ESCOLA

Em vez de decretar, como Ivan Illich, a morte da escola, devemos constatar que ela está apenas renascendo. Infelizmente, para um espírito illichiano, a automação veio dar novo alento à escolarização. A Segunda Revolução Industrial veio a ser antes de tudo também uma revolução para a escola.

Devemos trocar, entretanto, nossa atitude de fascínio perante o impacto da automação sobre o processo escolar para a de analisar suas ocorrências no interior deste processo. Aí encontraremos, talvez mais agravados, os motivos pelos quais Illich teria proposto a desescolarização. Por isso, embora se coloque em posição diversa da nossa, suas críticas à burocratização e à institucionalização das escolas poderão ajudar-nos muito.

Em sua preocupação por se modernizar e se adaptar à condição desenvolvimentista da sociedade envolvente, a escola apela para meios mais

(7) J. PFEIFFER, *op. cit.*, p. 3.

(8) Anísio TEIXEIRA, “Systems Analysis” em educação, *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 59, jan/mar., 1 973.

eficientes e rápidos. O Centro de Computação passa a fazer parte essencial da escola e imprescindível no apoio à sua modernização administrativa. Cada vez mais ele se constitui o seu centro de decisão. As características específicas do método de sistema quase inevitavelmente conduzem a isto. Pois a escola fica dependendo da escolha da melhor alternativa, a mais "rica e mais flexível", apresentada no **output** de um programa.

O poder de decisão se exerce por todos os setores da escola de forma que, se não são comandados por ele, é como se não existissem. Assim, o computador passa não somente a GERIR a escola, mas também a GERAR a escola. Neste "renascimento" da escola, o computador é seu novo cordão umbilical.

Quando a tecnocracia invade as escolas, a direção destas passa às mãos de "especialistas". A este propósito, basta transpormos para a escola as palavras de T. Roszak: "Um especialista é uma pessoa a quem recorreremos porque possui conhecimentos seguros sobre o assunto que nos interessa. No caso da tecnocracia, os especialistas são aqueles que nos governam porque conhecem (com segurança) tudo quanto diz respeito à nossa sobrevivência e felicidade: necessidades humanas, engenharia social, planejamento econômico, relações internacionais, invenção, educação etc." (9)

A escola vai agora adorar um novo mito: o que Roszak chama de "mito da consciência objetiva". Sempre houve, na História da Educação, um ponto de apoio sobre o qual se assentou a escola: a autoridade de um mestre, um método de trabalho intelectual, uma lógica, uma disciplina. Hoje, este ponto de apoio está na segurança racional do conhecimento científico. Daí a projeção da figura do "especialista". É criando o mito da consciência objetiva que a tecnocracia é capaz de exercer poder psicológico sobre as pessoas. E quando este poder invade a escola, cabe a esta apenas submeter-se à orientação daqueles que são os únicos capazes de dar expressão, com inquestionável autoridade, à consciência objetiva. "A todo nível de experiência humana, pretensos cientistas se adiantam para endossar o mito da consciência objetiva, com o que se qualificam como especialistas. E porque eles **sabem**, e nós não sabemos, submetemo-nos à sua orientação." (10)

(9) T. ROSZAK, *A Contracultura*, SP, Vozes, 1 972, p. 212.

(10) id., *ibid.*, p. 213.

3. A CONSCIÊNCIA OBJETIVA TORNADA MÁQUINA

Pretender que todas as nossas funções vitais sejam controladas e supervisionadas pelo cérebro é desejar que nosso organismo funcione com a mesma eficiência de máquina bem programada. “Quando a consciência humana passa a ser concebida dessa forma, o passo seguinte consiste em substituí-la por máquina, tão boa quanto ela... ou melhor. Chegamos assim à ironia suprema: a máquina, que é uma criatura do ser humano, torna-se — de preferência na forma do processo de computerização — o ideal de seu criador. A máquina atinge o estado perfeito de consciência objetiva, e por isso torna-se o padrão para todas as coisas. Corporifica o mito da consciência objetiva tal como Jesus encarnou a concepção cristã de divindade.” (11)

Não é difícil mostrar como o computador é fruto, o mais acabado talvez, da consciência objetiva. Algoritmação, fluxogramação, programação, processamento de dados; comandos de programação, linguagem de máquina; memória central e auxiliar, gravação, impressão, armazenamento; “início”, há mais dados?”, “quantas vezes o dado aparece?”, “Há erro?”, “imprimir totais”: são manifestações refinadas da consciência objetiva. Dentro de uma máquina o intelecto encontrou um paraíso. Não devemos esperar por uma Terceira Revolução Industrial: a inteligência humana conseguiu criar outro “igual” a si.

A primeira atitude gerada pela máquina computador como demonstração clara da consciência objetiva é a atitude dogmática. Isto porque constitui uma excelente qualidade do computador a sua quase absoluta inerrância. A excelência desta qualidade, entretanto, não é tão absoluta. “O que mais entrava o progresso científico são as posições dogmáticas. O erro, tão vituperado em lógica formal, significa certa carência dentro de uma teoria. Contudo, Bachelard mostrou que o erro é um elemento essencial da teoria, tendo sentido positivo. Teoria sem erro é teoria dogmática.” (12)

Quanto ao método de sistemas implicado na tecnologia computacional como um todo, “sua base essencial está em que oferece sólida fundamentação objetiva para as decisões” e sua força “reside, fundamentalmente, no indiscutível fato de que pode promover e ampliar a agudeza do pensamento. Tal como se salientou, identificando e definindo objetivos em

(11) *id.*, *ibid.*, p. 232.

(12) H. JAPIASSU, *O Mito da Neutralidade Científica*, RJ, Imago, 1 975, p. 27.

termos operacionais, orientados para a ação, o método dispõe de meios para colocar os problemas sob foco mais intenso. De certo ângulo, pode ele ser encarado como passo importante para aplicação do método científico à arte de bem fazer as coisas". (13) A razão delegou assim, a um mecanismo, a maneira certa e objetiva de se fazer as coisas.

4. A SUSPEITA NEUTRALIDADE DA MÁQUINA

Uma consciência sensível à conotação humana das criações do homem deverá bradar: a objetividade em ciência não é senão um mito; não há objetividade pura enquanto tal! Mesmo em setores os mais indiferentes na aparência, como a física, a neutralidade deve ser encarada com suspeição. "Talvez, como afirmou Michael Polanyi, não exista isso a que se chama de objetividade, mesmo nas ciências físicas." (14) Para K. Popper, "o velho ideal científico de **episteme** – de conhecimento absolutamente certo e demonstrável – é um ídolo. A busca de objetividade científica faz inevitavelmente com que todo enunciado científico continue a ser uma **tentativa para sempre**. Na realidade, ele pode ser confirmado, mas toda confirmação relaciona-se com outros enunciados, que por sua vez são tentativas..." (15)

Há, mesmo na mais objetiva e precisa das ações, uma conotação valorativa. Seremos capazes de encontrar até nos espíritos mais objetivos atitudes as mais irracionais. "Para Weber, não se tratava, com o fim de chegar à **objetividade** nas ciências humanas, de impedir que os cientistas propusessem **soluções** ou fizessem **avaliações**. É até mesmo freqüente que aqueles que pretendem abster-se de qualquer juízo de valor, são, os primeiros a **ser** infiéis à sua resolução, quer porque se tornam vítimas de instintos, de simpatias e antipatias incontroladas, que porque consideram como **verdade científica** a doutrina que triunfa no momento ou que tende a impor-se." (16)

Um inevitável pressuposto axiológico subjaz a toda investigação científica. Sendo assim, a tecnologia computacional, como fruto mais elaborado do trabalho da ciência, não é neutra em si. Podemos avaliar quão tendenciosa é a atitude daqueles que pretendem impor determinados comportamentos através de tecnologias com a justificativa de que, sendo estas as mais

(13) J. PFEIFFER, *op. cit.*, p. 13 – 14.

(14) T. ROSZAK, *op. cit.*, p. 218.

(15) cit. por A. KOESTLER, *O Fantasma da Máquina*, RJ, Zahar, 1 969, p. 53.

(16) H. JAPIASSU, *op. cit.*, p. 31.

objetivas, não encerram em si mesmas qualquer juízo de valor. Tecnologia pura é abstração.

A pretensa neutralidade da máquina só pode ser encarada com uma atribuição ideológica. Rubem Alves fala de uma "ideologia silenciosa que acompanha o cotidiano da prática científica". (17) H. Japiassu confirma esta opinião: "Acontece, porém, que a tecnologia, em si mesma, não existe, é pura abstração. Nesse nível, a neutralidade não pode significar isenção de valor. Ela é uma **ideologia**. Enquanto tal, é um pensamento a serviço de algum interesse, pensamento justificador: racionalização ou justificativa racional dos interesses de um grupo. Para realizar-se, a ideologia assume um tom moralizante e persuasivo, tentando distorcer os fatos em seu favor e sugerindo um 'dever ser'." (18)

A máquina por si própria já constitui pelo menos o esboço de uma atitude, mesmo quando o homem não se tenha predisposto a manuseá-la para o bem ou para o mal. É necessário, por isso, discordar do mestre Anísio Teixeira ao afirmar que a especificidade de cada situação escolar destrói o mito do computador como o elemento de controle das situações educacionais, pondo-o como simples servo à disposição de seu senhor que é o educador. (19) Também a autora R. M. Muraro irá receber aqui o mesmo tipo de observação às suas palavras: "A tecnologia, motor do progresso humano, motor (...) da própria transformação do ser humano, é neutra em si. Ela não traz inelutavelmente nem o bem nem o mal. Conforme o uso que o homem lhe der, ela pode servir para a sua escravidão ou para a sua libertação." (20)

Na prática escolar, a aparente neutralidade da tecnologia computacional é nefastamente enganosa. Uma ordem de prioridade pode muitas vezes ser imposta indevidamente, porque os dados objetiváveis a justificam e não os fatos outros que, insusceptíveis de uma captação objetiva, com ela coexistem. Se cabe ao computador decidir pela alternativa mais adequada, podemos perguntar: em que alternativa estão incluídos os fatores insusceptíveis de serem transformados em dados de computação ?

Não podemos, é certo, denegrir a importância da clareza objetiva numa tomada de posição educativa. No entanto, esta faixa de objetividade não é precisa a ponto de liberar incondicionalmente a decisão tomada de forma dogmática por uma tecnologia calculista.

(17) Rubem ALVES, "Pesquisa: para quê ? ", *Reflexão* 1 (1), set/1 975, p. 35.

(18) H. JAPIASSU, *op. cit.*, p. 43.

(19) Anísio TEIXEIRA, *op. cit.*

(20) R. M. MURARO, *A Automação e o Futuro do Homem*, SP, Vozes, 1 974, p. 17.

Por isso, uma administração escolar que pretenda implantar um tipo refinado de racionalidade de trabalho como a computacional, deve ter a consciência de seu próprio envolvimento ideológico.

5. UMA ANTROPOLOGIA SEM O HOMEM. A PSICOLOGIA DE COMPUTADOR

Segundo J. Ellul, o mito que atua sobre os técnicos é simplesmente o **mito do Homem**. (21) Não o homem situado **aqui e agora**, mas o Homem-Entidade. A técnica está a serviço da felicidade do homem. Procura criar o homem superior, sem problemas, com total domínio sobre a natureza.

Constatando a “convergência das técnicas para o homem” (22), vemos a “medonha possibilidade de que os seres humanos se convertam em autômatos puramente impessoais, capazes de uma objetividade total em todas as suas tarefas.” (23) Paradoxalmente, o processo tecnológico destrói o homem ao procurar a sua felicidade. Ele constitui uma “antropologia sem o homem”. O homem que os técnicos procuram construir é, segundo Ellul, apenas um homem abstrato, entidade pura. O mundo criado para o homem faz dele um homem vazio, robotizado. Na tentativa de elaborar uma antropologia técnica, o homem da era da automação criou uma antropologia sem o próprio homem.

Quanto ao homem da escola, uma antropologia dentro de um computador é uma antropologia pobre. Um homem algoritmado, fluxogramado, codificado e programado não é bem um homem.

Outro aspecto revela as conseqüências desta desfiguração do homem escolar: a desprivatização de sua personalidade. Alerta quanto à aplicação da eficiência e da segurança objetivas do computador nas decisões escolares, L. G. Nascimento Silva revela seu espanto diante das constatações de alguns juristas americanos. “A preocupação que os juristas americanos

(21) J. ELLUL, *A Técnica e o Desafio do Século*, RJ, Paz e Terra, 1 968, p. 399.

(22) *id.*, *ibid.*, p. 401.

(23) T. ROSZAK, *op. cit.*, p. 233. Completando esta idéia, Roszak continua: “Neste ponto, quando o imperativo mecanicista tiver sido internalizado como o estilo de vida dominante de nossa sociedade, encontrar-nos-emos num mundo de perfeitos burocratas, gerentes, analistas de operações e engenheiros sociais que em nada se distinguirão dos sistemas cibernéticos por eles programados. Já encontramos essas imagens de seres humanos internamente robotizados em romances e filmes contemporâneos. Amantes sem paixão e assassinos sem furor já aparecem, com olhar vazio e reações automatizadas, nos filmes de Godard, Truffaut, Antonioni, Fellini. Da mesma forma, no teatro de absurdo de Harold Pinter e Samuel Beckett encontramos a conclusão lógica – ou psicológica, melhor dizendo – da vida dominada pela implacável despersonalização.” *ibid.* pp. 233 – 234.

manifestam com relação à intromissão do computador nos atos da vida privada mostra-nos que não se trata de um aspecto remoto, e sim de um fator atual de remodelação da vida da sociedade contemporânea.” (24) Vemos aí salientada a importância daquilo que os anglo-saxões chama de “privacy”. Há uma área a ser preservada no homem e não exponível a um tratamento operacional. Nela encontramos diversos elementos, o inconsciente, a liberdade, o *eros*, o irracional, que constituem uma verdadeira antropologia e que de forma alguma podem ser circunscritos pelo raio de ação de um computador.

Na escola sobretudo, o enfoque antropológico amplo deve prevalecer sobre o enfoque tecnológico. À educação interessa antes de tudo o educando enquanto tal. Ao usar a máquina na escola, não podemos perder de vista o homem. O homem deve livrar-se do domínio da máquina, quando ele se torna absorvente. “O sujeito, esta virtualidade infinita, que não é jamais limitado a um ponto no espaço ou a um momento do tempo; centro íntimo de agrupamentos de dados empíricos, que estabelecem comércio fecundo entre a matemática e as ciências naturais, coloca um novo problema ou coloca, de novo, em termos mais amplos, o problema inicial. Nessa marcha da ação, distinguem-se, pois, planos diferentes, que não podem, não devem ser confundidos, sob pena de cair o homem debaixo da tirania da máquina, do despotismo tecnológico, em última instância, de uma forma de cesarismo, armado pela ciência.” (25)

É interessante apontar aqui certos fatos curiosos. Observemos o ambiente psicológico criado pelo computador na escola. Podemos chamá-lo de “psicologia de computador”. Antes de tudo, uma vez investido de suas funções, o computador passa a ter uma personalidade marcante. O impacto de sua presença é notório, seja ao nível dos alunos, seja ao nível dos professores. Encontramos nos alunos a mentalidade de que há muita coisa que é decidida devido às orientações partidas do próprio computador. De fato este já se tornou, em práticas realizadas nos E.U.A., mestre e conselheiro de alunos. No nível dos

(24) L. G. NASCIMENTO SILVA, “A Liberdade e o Computador”, *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 52, out/dez., 1969. “Os estudos jurídicos a que me refiro caracterizam as modificações trazidas pelo computador como fenômenos tão profundos que se assinalariam como uma nova era histórica — a era dos computadores. Será um exagero? Não o creio: como o vapor e a eletricidade produziram uma nova sociedade, os computadores se constituirão no centro de uma ainda mais profunda transformação. Dado o seu insaciável apetite para a informação, sua incapacidade de esquecer qualquer coisa que lhe tenha sido transmitida e sua imagem de infalibilidade, não é difícil prever que o computador se colocará no centro de um sistema de vigilância e controle que converterá a sociedade em um mundo transparente, no qual nossos lares, nossos negócios, nossas relações, nossa vida privada em suma, ficarão expostos aos olhos de todos.” *Id.*, *ibid.*

(25) J. de SCANTIMBURGO, *op. cit.*, pp. 124 — 125.

professores, não cabe mais a estes uma decisão adaptada às circunstâncias sobre muitas das medidas a serem adotadas. Devem prestar contas ao computador que orienta e decide por todo o sistema escolar. O professor de hoje abdica do **magister dixit** dos antigos mestres. Ele participa bem pouco do processo decisório na educação. Não tem segurança em si mesmo. Seu apoio é a segura decisão do computador. J. Pfeiffer assinala a insegurança dos mestres de hoje e defende a necessidade do computador na escola: "Talvez, em parte, devido ao fato de se terem visto em período relativamente recente e expostos a uma grande depressão (final da década de 30) e a duas guerras mundiais, os professores estão, de certa maneira, menos seguros do que já estiveram acerca do que deve ser ensinado, de como ensinar e de a quem ensinar. Tem havido perda de confiança na eficácia de algumas das atitudes e dogmas de tempos passados. Pode levar a mais crítico exame dos objetivos e critérios e isso é, aparentemente, o que está acontecendo." (26) Questionamos: delegando ao computador a tomada de decisão, os mestres não estão agravando a própria insegurança ?

No nível da escola como um todo, o computador distribui, como num leque, a sua influência organizadora por todos os setores criando, dentro da escola, um ambiente social todo cibernetizado. É neste ambiente que vive o homem aluno.

6. O COMPUTADOR E A ESCOLA

Descrita, como foi, a posição do computador na escola, é de se perguntar, curiosamente, se foi o computador que se matriculou na escola ou se foi a escola que se inscreveu no jogo frio da computação. Se não sabemos responder a esta pergunta graciosa, podemos ao menos afirmar que o computador na escola não é mero aluno. Ele se tornou muito mais importante que isto. (Os brados de Illich deveriam aqui se intensificar). O computador deixa patente que, com a técnica e a consciência objetiva invadindo a escola, o aluno deixou de ser o elemento mais importante desta. Se foram anatematizados os "ismos" que tiveram presença em nossos sistemas escolares, como o "psicologismo", o "filosofismo", o "sociologismo" e outros, hoje nos encontramos com um "ismo" bem mais fácil talvez de anatematizar, mas bem mais difícil de erradicar: o objetivismo, sob qualquer de seus aspectos (científicismo, administrativismo, operacionalismo, ciberneticismo). "O científicismo está profundamente

(26) J. PFEIFFER, *op. cit.*, p. 11.

arraigado, hoje, nas mentalidades. Podemos até dizer que ele suplantou o prestígio das antigas religiões. Ele se insinua e penetra nos sistemas educacionais e “controla” o pensamento universitário.” (27)

a) O computador: mestre ou aluno ?

A carreira escolar do computador revela um fato surpreendente: a história de uma promoção tão rápida quanto a sua forma de operar. Se o computador se “formou” pela escola, em breve espaço de tempo ele se tornou mestre nesta escola. Não um mestre como os outros, mas o próprio mestre da escola. Só ele será doravante o verdadeiro “magister dixit”, pois somente o seu “dixit” encerra a melhor alternativa para a decisão. Todos os mestres devem consultá-lo para decidir. Não há quem conheça melhor as variáveis para encontrar a alternativa que melhor se aplica. O computador “dixit”.

De certa forma, no entanto, o computador é um aluno da escola: sua memória deve ser alimentada com dados de alunos e de programas. Para trabalhar, ele necessita de comandos. Para operar, ele tem que aprender e apreender o sistema da escola. É aqui o ponto em que o homem conserva ainda seu domínio sobre a máquina. Mas este domínio é relativo. A máquina, sim, obedece. Entretanto impõe ela mesma a sua forma de obediência. Ela impõe a sua linguagem própria, única que é capaz de compreender. Exige a manipulação dos dados para que ela possa compreendê-los sob uma forma perfurada ou magnetizada.

b) Uma vida em forma de algoritmo: o aluno

Para o computador, o aluno é apenas um problema que, se for adequadamente equacionado, terá uma fácil e rápida solução. O problema para a escola não será o aluno, mas sim “mais alunos”.

O computador pode representar uma ameaça à existência do aluno. Julga-se que o controle de todas as informações possíveis sobre o aluno seja um benefício para ele próprio. A grande falha está em desconhecer que aí está a fonte daquela ameaça. O computador registra os principais atos da vida individual, ficando exposta a “privacy” do aluno. Há um direito humano implicado neste mecanismo. Observamos que “a extraordinária expansão desses

(27) H. JAPIASSU, *op. cit.*, p. 88.

meios de conhecimento e de memória caminha para fazer refletir num registro social coletivo os mais importantes danos da vida individual.” (28) A inviolabilidade pessoal do indivíduo-aluno está ligada a um mínimo de espaço livre de atuação, através de registros, por parte de terceiros.

A ameaça à existência revela-se em máximo grau na redução, feita pelo computador, da vida do aluno. Ele a reduz ao esquema objetivo de um fluxograma e resolve-a por um algoritmo.

c) Máquinas de ensinar e máquinas de aprender

Os psicólogos behavioristas aprimoraram a arte de ensinar através de máquinas. Eles julgam ter alcançado um avançado grau de operacionalidade no campo da aprendizagem. No entanto, acreditamos que a fase mecânica das máquinas de ensinar tenha sido ultrapassada pela fase eletrônica. A máquina de ensinar através de condicionamento mecânico pertence ainda à Primeira Revolução Industrial. Com o computador, atingimos a Segunda Revolução Industrial da Aprendizagem. Por isso, o computador revela-se a melhor de todas as máquinas de ensinar. Ele ultrapassa o método de aprendizagem por condicionamento.

Entretanto, o computador é uma máquina de ensinar que apenas produz outro tipo de máquina: a máquina de aprender. O aluno é para ele apenas “máquina de aprender”. Somente deve executar aquilo que o computador determina após complexo processo de cálculo que inclui as operações de seleção, classificação, intercalação, comparação e exclusão de alternativas.

7. UMA NOVA TEORIA DA EDUCAÇÃO ?

Não achamos necessária uma descrição mais ampla para podermos chegar a certas conclusões que, no campo filosófico, se revelam do mais alto significado para a educação.

Vejamos as posições teóricas implicadas nesta visão tecnicizada do processo educativo.

Antes de tudo, se o computador veio revolucionar a maneira de educar e trazer uma nova forma de escolarização, não teve, contudo, o mérito

(28) L. G. NASCIMENTO SILVA, *op. cit.*

de suscitar conjuntamente uma abordagem teórica nova da própria educação que enriquecesse a história do pensamento pedagógico. Suscitou apenas a criação de uma ideologia: a ideologia da técnica. E não foi bem uma criação, pois foi apenas um transporte desta ideologia para o campo educacional.

Os pressupostos encontrados neste tipo de aplicação da máquina e implicados no método de sistemas, correm todos na mesma linha: a do objetivismo cientificista. Embora como método seja realmente inovador (as transformações radicais por ele ocasionadas foram assinaladas), não vemos nele nenhuma posição teórica nova. Dá seguimento à cosmovisão empírico-racionalista que teve seu clímax na operacionalidade da máquina. Tanto é que temos necessidade de nos desprendermos da máquina, fugir dela, ir além da transformação por ela provocada, para podermos chegar a uma visão como a de Maurice Blondel: "Pode-se dizer, justamente, que nossa cultura moderna, de base ideológica e científica, voltou-se contra as aspirações das quais ela secretamente procedia. Assim como assinalava Duhem, a ciência antiga se propunha um fim contemplativo e aristocrático, constringindo o esforço humano à resignação diante da servidão das forças naturais até justificar a escravidão. O pensamento moderno procede de uma concepção que coloca o homem acima da natureza, faz da ciência uma conquista do espírito sobre as potências físicas e tende a liberar nossa atividade dos constrangimentos materiais, em proveito de fins espirituais e de um destino infinito. Ora, é somente deste segundo ponto de vista que a concórdia das liberdades se torna possível e enriquecedora. Se se faz dos meios de prazer proporcionados pela ciência o fim da atividade humana e de sua infinitude, então os conflitos tornam-se inevitáveis e incuráveis, a despeito de todos os ensaios tentados para equilibrar apetites sempre insaciáveis. Ao contrário, se se restitui o papel de meios às condições materiais da vida, colocando no supremo degrau os bens de ordem espiritual, como a temperança dos desejos, como o espírito de concórdia, como a preocupação com as virtudes morais e os processos verdadeiros da humanidade, a convergência de esforços não mais provoca o conflito de interesses; ela não suprime as dificuldades e as provações, mas concorre para suplantá-los, a torná-los meritórios, a cimentar a união, como na família, provada pela indigência ou o luto, se desenvolve uma afeição mais íntima." (29) Numa perspectiva transcendentalista, diríamos: "Não basta transformar a natureza. É preciso ir além." (30)

(29) Maurice BLONDEL, *L'être et les êtres*, Paris, Alcan, 1 935. pp. 282 – 283.

(30) J. de SCANTIMBURGO, *op. cit.*, p. 26.

Não acreditamos seja possível um adequado conceito de educação a partir simplesmente da cosmovisão tecnocrática do computador. A educação não é um comportamento objetivável e que possa transformar-se num dado e depois processado. O que se detecta de um comportamento, aquilo que seria o “dado”, não é todo o comportamento. Há elementos não objetiváveis nele: elementos intencionais, inconscientes e, mesmo, irracionais não apreendíveis pelos dispositivos lógicos de computação. Há os ideais humanos que, na ordem espiritual, magistralmente Blondel nos acaba de descrever. Há sempre algo de não racional no processo criativo promovido pela educação. As grandes criações e descobertas não foram alcançadas simplesmente raciocinando em termos operacionais e objetivos. “Não apenas o pensamento verbal, mas também o pensamento consciente em geral desempenha somente um papel secundário na fase rápida e decisiva do ato criador em si próprio. Sua ênfase virtualmente unânime sobre as intuições espontâneas e palpites de origem inconsciente — que se acham incapazes de explicar — sugere que o papel dos processos estritamente racionais e verbais na descoberta científica tem sido enormemente superestimado desde a era das luzes. Há sempre grandes nacos de irracionalidade encravados no processo criativo, não apenas na arte (onde nos achamos prontos a aceitá-lo), mas também nas Ciências Exatas.” (31)

A consciência não é senão apenas um estado emergente de toda uma estrutura mais complexa. Interessante é a imagem apresentada em um conto de Alfred Hayes (*The Beach at Ocean View*), de um porquê implicado em outro porquê: “Porque sempre pensamos nas coisas como acontecendo em alguma espécie de sucessão. E então dizemos: porque. Pensando que o porquê explica. E então a gente examina o porquê, como o fiz, — oh, tantas vezes desde então — e ele se abre e dentro há outro porquê, menor, um porquê dentro do outro porquê, e a gente continua a abri-los e eles continuam a revelar outros porquês...” (32)

Há uma impossibilidade de se prever racionalmente e, assim, de controlar todo o comportamento humano. Há subintenções e subporquês que um computador, já programado, é incapaz de controlar e prever. Pois “o ego, que tem a responsabilidade suprema pelas ações do homem, nunca pode ser apanhado no raio focal de sua própria consciência e, conseqüentemente, suas ações nunca podem ser preditas pelo computador perfeito, por mais dados que lhe sejam fornecidos, porque os dados, necessariamente, sempre serão

(31) A. KOESTLER, *op. cit.* p. 215.

(32) Citado por A. KOESTLER, *op. cit.* p. 248.

incompletos. No fim, eles novamente conduzirão a uma série infinitamente regressiva de curvas de retorno dentro de curvas de retorno e de “porquês” dentro de porquês” ! (33) O organismo não é uma cadeia de unidades elementares de comportamento, como são tentados de pensar certos psicólogos.

Mesmo se o comportamento for um dado, se quisermos reduzir o comportamento a um dado, a educação, mesmo assim, não estaria aí plenamente tematizada, pois será o comportamento subjacente a ele. Como há sempre um “porquê” dentro de outro “porquê”. Há aqui um elemento teórico, cuja verdade não pode ser apreendida por código nem transformada em dado. “A individualidade nunca pode ser completamente representada em sua própria consciência, nem suas ações ser inteiramente preditas por qualquer dispositivo concebível de processamento de informações. Ambas as tentativas conduzem ao regresso infinito.” (34)

O verdadeiro sábio compreende que há algo que não pode ser dito. “Uma vez perca o cientista esse senso de mistério, pode continuar a ser excelente técnico, mas deixa de ser um **sábio**.” (35) Se assim encaramos a educação, é porque nela existem certas coordenadas, ou “variáveis”, que somente poderão ser apreendidas por uma mente com abertura filosófica. Daí a justificação de uma Filosofia da Educação e do papel do filósofo da educação numa indispensável assessoria em qualquer medida que se tome, a fim de desenvolver e transformar o processo educativo.

CONCLUSÃO

Tivemos a intenção de proporcionar um reflexão sobre a tecnologia em nossas escolas que fornecesse contribuição hoje a fim de se ter um conceito não parcial do processo educativo. Não apresentamos soluções acabadas. Apenas exploramos alguns de seus indispensáveis aspectos teóricos: seja os que já se fizeram presentes nas experiências realizadas, seja sobretudo os que deverão inevitavelmente fazer parte do processo de formação do homem de nosso tempo para que ele não venha sofrer conseqüências irrecuperáveis.

Acreditamos na técnica. Mas acreditamos sobretudo no homem. Se a técnica não erra, isto não acarreta a obrigação de o homem não errar. Há elementos não técnicos no homem que a técnica não compreende. Por

(33) A. KOESTLER, *op. cit.*, p. 256.

(34) *Id. ibid.*, pp. 397 – 398.

(35) *Id.*, *ibid.*, p. 259.

isso justificamos a presença de campos de pesquisa menos técnicos, embora não menos científicos. Acima de tudo uma Filosofia da Educação é necessária numa escola. Ela forma mentalidades abertas a valores não operacionais. Ela traz a certeza de que o homem pode continuar com aquilo que é seu: a sua liberdade, os seus riscos, as suas incertezas, o seu próprio eu. Ela traz a compreensão de que educar não é simplesmente controlar.

Deste modo, num processo escolar, não somente o técnico, o técnico de administração, o técnico de computador, o analista de sistemas devem ser consultados. Há um cientista não menos operativo que todos estes: há o filósofo da educação.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Rubem, "Pesquisa: para quê ? ", **Reflexão** 1 (1), set/1 975.

BLONDEL, Maurice, **L'être et les êtres**, Paris, Alcan, 1 935.

BUCKMAN, Peter (org.), **Educação sem Escolas**, RJ, Eldorado, 1 973.

ELLUL, J, **A Técnica e o Desafio do Século**, RJ, Paz e Terra, 1 968.

ILLICH, Ivan, **Sociedade sem Escolas**, SP, Vozes, 1 973.

JAPIASSU, H., **O Mito da Neutralidade Científica**, RJ, Imago, 1 975.

KOESTLER, A., **O Fantasma da Máquina**, RJ, Zahar, 1 969.

MURARO, R. M., **A Automação e o Futuro do Homem**, SP, Vozes, 1 974.

NASCIMENTO SILVA, L. G., "A Liberdade e o Computador", **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 52, out/dez, 1 969.

PFEIFFER, J., **Uma Visão Nova da Educação — "Systems Analysis" ou análise de sistemas em nossas escolas e faculdades**, SP, Ed. Nacional, 1 971.

ROSZAK, T., **A Contracultura**, SP, Vozes, 1 972.

SCANTIMBURGO, J. de, **A Extensão Humana. Introdução à Filosofia da Técnica**, SP, Cia. Ed. Nacional/EDUSP, 1 970.

TEIXEIRA, Anísio, "Systems Analysis" em educação", **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 59, out/dez., 1 973.

TEIXEIRA, Anísio, "Systems Analysis" em educação", **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 59, jan/mar., 1 973.

ALGUNS ASPECTOS DA ANTROPOLOGIA FILOSÓFICA FACE À PROBLEMÁTICA ÔNTICO-AXIOLÓGICA JURÍDICA

João Ribeiro Júnior *

I

O Direito, como instrumento histórico-cultural, como realidade ordenada, é uma necessidade humana enraizada nas camadas ônticas mais profundas do homem como ser-consciente-no-mundo.

Portanto, as leis ontológicas do ser-do-homem não são irrelevantes para o ordenamento jurídico. Assim, se situarmos o **dever** no plano ontológico, veremos que o Direito e a Antropologia Filosófica são intimamente conexos. Realmente, a Antropologia Filosófica face à experiência jurídica torna-se ponto de convergência da própria normatividade, estruturando todo o **obrigatório** na regulamentação social.

E como a norma jurídica emerge da própria natureza humana, traduzindo um imperativo, uma obrigatoriedade de comportamento, uma exigência de ação ou de omissão (1), através de uma relação intersubjetiva, a Antropologia Filosófica, em que se assenta o **obrigatório** tem suas raízes na ôntica integral do homem como ser-que-é-e-deve-ser-para-o-outro.

Sob esta ótica podemos apresentar o Direito como uma forma antropológica de coexistência, já que encontramos em sua essência uma

*Bacharel em Direito e em História; Mestrando em Filosofia da História na PUC.

(1) Cf. Miguel REALE, *Filosofia do Direito*, p. 289.

coordenação intersubjetiva em que se estrutura toda uma Antropologia jus-filosófica.

Mas — perguntar-se-á — como o ser-do-homem, possuidor da consciência-de-si, como ser-que-deve-ser, reconhece e compreende o outro, manifestando-se como dever-ser-para-o-outro na experiência intersubjetiva jurídica, para realizar o justo valor da Justiça ?

O propósito deste trabalho é fazer uma reflexão sobre alguns aspectos desta problemática, na tentativa de oferecer uma contribuição para a compreensão da experiência da realidade humana como um todo, dentro do sistema de relações jurídicas.

II

Como propõe Miguel Reale, tentaremos “reconquistar o enlace ôntico-axiológico essencial ao conceito integral de pessoa, para plena e concreta compreensão da experiência da moral e do direito, de sorte a conciliar fatores aparentemente antitéticos, o da sua unidade objetiva e o da sua variável circunstancialidade”. (2)

Assim, para bem entendermos a dimensão jurídica do homem como estrutura total, enquanto ser-que-deve-ser e deve-ser-porque-é, devemos, em primeiro lugar, compreender o homem que é ser-no-mundo, que age dentro de seu horizonte vivencial, tendo consciência de si mesmo. É esta consciência de-si-no-mundo que condiciona sua intersubjetividade e possibilita-lhe resolver seus compromissos no mundo.

Para tanto, faz-se mister voltarmos à clássica distinção do Direito, em Natural e Positivo, a fim de situarmos dentro do campo do Direito Natural, (sem, contudo, entrarmos no mérito da questão de que existem diversas maneiras de se concebê-lo) para que possamos mostrar a ligação fundamental desse Direito com a estrutura da experiência do homem como espírito encarnado, que é chamado a se realizar com a ajuda do mundo na intersubjetividade.

Isto posto, não será demais, a grosso modo, conceituarmos o Direito Natural e o Direito Positivo.

O Direito Natural é a exigência de justiça interior que decorre da própria natureza do homem como ser-encarnado-no-mundo, enquanto o

(2) Miguel REALE, *Pluralismo e Liberdade*, p. 65.

Direito Positivo nasce da vontade do legislador. É normativo sim, porém suas normas dependem da sociedade de que provêm, e a que se destinam.

Esclarece Del Vecchio que “o Direito Natural, como o Positivo pertencem a mesma espécie lógica, mas com a diferença de que o primeiro representa em sua plena e perfeita luz a idéia da qual o segundo só oferece reflexos parciais e defeituosos”. (3)

O Direito Positivo é, portanto, simples fundamento do Direito Natural.

Nesse sentido, encaramos o Direito Positivo como por si só insuficiente para se impor ao ser-do-homem como dever-ser-para-o-outro, pois precisa do princípio de Justiça para que se possa manter e se fazer respeitado.

O Direito Positivo só reconhece as leis promulgadas pelos homens, leis que eles não possuem realmente em si mesmos, mas que lhes foram outorgadas cientificamente. Contudo, o homem não é simples objeto do Direito, é fonte originária e sujeito do Direito, respeitável em si e por si. Conseqüentemente, o que pertence necessariamente a sua natureza e o que esta exige é devido em razão do Direito Natural, porquanto é algo que lhe é próprio, que lhe pertence. Destarte, o homem tem direitos que não são outorgados pelos outros homens, mas que traz consigo, dentro de si, como ser-encarnado-que-é, para ser reconhecido e respeitado pelos outros homens em seu devir histórico-social.

A partir desta perspectiva, temos por inaceitável a tese de Hans Kelsen que, com seu panteísmo jurídico, cai no exagero do normativismo e reduz o objeto da ciência jurídica a uma lógica jurídica, entendendo o Direito apenas como Positivo, como puro dever ser, sem qualquer pretensão à fundamentação sociológica, antropológica ou filosófica. (4)

Kelsen usa o método da “Crítica da Razão Pura”, de Kant, colocando o **dever ser** no lugar do **ser** kantiano, para eliminar do Direito todo e qualquer juízo de valor, seja moral ou político, seja social, antropológico ou filosófico (5).

O Direito, contudo, não é um instrumento a serviço da sociedade, exercido, simplesmente, em função dos interesses do Estado; porém, em sendo um produto cultural, estabelece a segurança e a ordem nas relações intersubjetivas, coordenando as situações do ser-do-homem, enquanto dever-ser para a realização do justo.

(3) Giorgio DEL VECCHIO, *Essenza del Diritto Naturale*, p. 32.

(4) Cf. Hans KELSEN, *Teoria Pura do Direito*, vol. 1, p. 1, 2, 7 e segs.

(5) Idem, *Teoria General del Derecho y del Estado*, p. 5 e segs.

Realmente, o Direito não pode estar embasado no Poder. Ele deve possuir um valor e uma estrutura própria; deve estar livre, por sua própria condição, das arbitrariedades e ingerências do homem, pois só assim, o Direito poderá garantir a ordem e a segurança da sociedade, como instrumento de realização e de libertação do homem no mundo intersubjetivo da experiência jurídica.

O Direito é, portanto, o que é devido à própria natureza do homem, que se esteia num princípio de Justiça, consistente em dar a cada um o que lhe é devido, e em não lesar esse bem.

Logo, o Direito é, a um tempo, lei natural e cultural, dotada de alto grau de importância em relação às exigências das experiências do *ser* e do *dever-ser*.

O Direito, assim, se exprime através de normas de conduta a fim de assegurar certa ordem nas atividades do homem como *ser-encarnado-no-mundo*, sem se intrometer no que se passa no seu íntimo; porém, abrange todas as ações ou omissões que dele resultam, acomodando a natureza às necessidades do sujeito como *ser-que-deve-ser-para-o-outro*.

Destarte, reconhecendo o Direito Natural como a fonte do Direito Positivo, que formula e aperfeiçoa o sistema de normas jurídicas, verificamos que na contextura específica da experiência jurídica “por ser o outro um sujeito-encarnado-no-mundo, seu direito ‘natural’ tem dois aspectos. É, de um lado, uma aptidão subjetiva (a possuir ou fazer alguma coisa), enquanto sua subjetividade ocorre como correlativa ao mínimo de meu ‘sim’ — à sua subjetividade, para o qual me convoca a essência de minha existência. De outro lado, seu direito ‘natural’ tem um aspecto ‘objetivo’, visto que o sujeito que é o outro não ocorre como sujeito intencional senão imerso no corpo e envolvido no mundo. Como correlatos de seu *ser-como-aptidão-subjetiva*, seu corpo e (em parte) seu mundo são ‘seus’ seu direito”. (6)

É na sua intersubjetividade, portanto, na sua convivência e experiência jurídica, que o homem descobre o mundo-do-outro, com as diferenças do mundo dele, mas com a unidade fundamental e básica observada no outro. Isto leva à idéia de um só mundo jurídico, convergindo a identidade fundamental do *ser-que-deve-ser-para-o-outro* na unicidade fundamental do justo.

(6) W. LUIJPEN, *Introdução à Fenomenologia Existencial*, p. 337.

III

Vemos, assim, que o homem como fonte-de-valores, é enquanto **deve ser**. Daí o correlacionamento do ser-do-homem, como “valor-fonte”, com o outro-eu, confundindo-se na intersubjetividade da “personalidade coletiva” para engendrar o **dever do valor**.

Esta valorização é a projeção do critério ôntico-axiológico, porquanto, é na consciência individual que se forma a relação entre o **valor** e o **dever**; é o juízo valorativo individual que transforma o **dever-ser** em **dever-fazer**, embasado na própria irredutibilidade do ser-eu-consciência-no-mundo.

Cada ser é um único em sua realidade histórica, mas mesmo sendo único, ele pode ser comparado com outro. É desta maneira que o ser-do-homem pode manifestar-se no mundo jurídico como um dever-ser-para-o-outro.

E o Direito do outro é o “mínimo de meu ‘sim’ — à sua subjetividade, para o qual me convoca minha existência como ter-que-ser-para-o-outro, ou seja, como ‘dever’ ao nível da intersubjetividade. O Direito de outro, portanto, é também um direito ‘natural’, ou melhor, um direito ‘essencial’, porque contido na ‘natureza’, ou antes, na ‘essência’ da existência. Ao que faz o homem autenticamente homem, ou seja, a sua ‘natureza’ ou ‘essência’, pertence sempre à execução de seu ter-que-ser-para-o-outro, de modo que, em certo sentido, ele não será homem, homem no nível de sua autenticidade, se não der execução a isso”. (7)

Portanto, é através da relação intersubjetiva ou bilateral que o sujeito reconhece no outro uma subjetividade, ao mesmo tempo que se reconhece em si uma objetividade — uma existência de objeto — em contraste com a subjetividade do outro, o que corresponde a uma exigibilidade de um lado e uma obrigação de outro.

“A primeira e mais simples forma de antítese entre sujeito e objeto, acrescenta-se ou sobrepõe-se aquela outra, mediante a qual ao sujeito corresponde não já simplesmente um objeto, mas um objeto que é, ao mesmo tempo, sujeito; o que significa, por implicação lógica, que o sujeito, primeiro termo da relação, põe-se então não já simplesmente como sujeito, mas também como objeto relativamente ao segundo termo.” (8) Verificando-se que “o sujeito

(7) W. LUIJPEN, op. cit., p. 337.

(8) Giorgio DEL VECCHIO, *A Justiça*, p. 72.

contrapondo-se objetivamente a outros se reconhece como pertencente a uma ordem de relações com outros; em suma, existe uma consciência de si em forma objetiva, mercê da qual a subjetividade se projeta numa coordenação". (9)

Podemos, destarte, afirmar que há uma constante ôntico-axiológica em toda experiência jurídica.

IV

Concluindo nossa reflexão, em síntese reconhecemos que o Direito, como expressão de cultura, não se refere ao homem em sua totalidade, mas encara-o como fonte de valores, como ser-encarnado-que-é, enquanto deve-ser, e que atua, objetivando ou contrariando algo de valioso, (10) na sociedade, em busca de aprimoramento contínuo, a fim de aproximar-se sempre mais da idéia de Justiça, entendida como "disposição a satisfazer o 'direito', concebido como os aspectos subjetivo e objetivo do mínimo contido no 'sim' da minha experiência à existência do outro". (11)

Destarte, parece-nos que, diante da crise do Direito de nosso tempo, onde uma ordem jurídica petrificada não é muito mais que um sedimento de Humanidade e um obstáculo para a realização de maior Humanidade, onde o Direito, sem potência ontológica e axiológica, não tem consistência alguma e é constantemente mutilado nas relações intersubjetivas, criando conflitos nas dimensões fundamentais da existência do homem como ser-encarnado-que-é-e-deve-ser-para-o-outro, só a Antropologia Jus-Filosófica poderá nos auxiliar na busca de um Humanismo Jurídico, através do conhecimento e da experiência do Direito e do Dever, colocados na medida do justo valor da Pessoa e da Justiça.

BIBLIOGRAFIA

DEL VECCHIO, Giorgio, **A Justiça**, SP, Saraiva (trad. Antonio P. Carvalho), 1 960.

(9) Ibidem, p. 74.

(10) Cf. Miguel REALE, **Filosofia do Direito**, p. 335: "Valor e Dever-ser implicam-se e exigem-se reciprocamente. Sem a idéia do valor, não temos a compreensão do dever-ser. Quando o dever-ser se origina do valor e é recebido e reconhecido racionalmente como motivo da atuação ou do ato, temos aquilo que se chama um fim. Fim é o dever-ser do valor, reconhecido racionalmente como motivo de agir".

(11) W. LUIJPEN, op. cit., p. 338.

_____, **Essenza del Diritto Naturale**, Roma, 2 ed., 1 954.

KELSEN, Hans, **Teoria Pura do Direito**, Coimbra, Armênio Amado Editor, 2 ed.
(trad. João B. Machado), 1 962.

_____, **Teoria General del Derecho y del Estado**, México, Imp.
Universitaria, 2 ed. (trad. Eduardo G. Maynez), 1 958.

LUIJPEN, W. **Introdução à Fenomenologia Existencial**, São Paulo, Ed. Ped.
Univ./EUSP, (trad. Carlos Lopes de Matos), 1 973.

REALE, Miguel **Filosofia do Direito**, São Paulo, Saraiva, 7 ed. 1 975.

_____, **Pluralismo e Liberdade**, São Paulo, Saraiva, 1 963.

INTRODUÇÃO

No discurso que o homem vem pronunciando (desde que é homem), ele fala de si mesmo. Fala de si mesmo para se construir e construir o mundo, porque a história do mundo é a história do próprio homem. Ao erigir-se no mundo o homem deixa suas marcas: suas cidades, seus instrumentos, suas crenças, seus mitos, seu inter-relacionamento, seus símbolos, enfim... o "seu" mundo. E essas marcas são os alfabetos pelos quais o homem lê o seu discurso e tenta entender de si.

Todo discurso humano, toda construção do mundo e de si, só é possível ao homem pela palavra. Assim, o alfabeto fundamental do discurso humano é a linguagem. Porém outra "marca", tão antiga no tempo quanto a linguagem, é a arte. Ela está com o homem desde suas cavernas, ela é **expressão** humana no sentido forte do termo. Ao se **expressar** o homem faz mais que **comunicar**: ele realiza seu ser, revelando-o. A linguagem utilitária é, antes, **comunicativa**, a linguagem poética, **expressiva**. Comenta DARTIGUES: "Assim, do mesmo modo que a liberdade-para-a-morte nascida da angústia esfumava as **significações banais do mundo** e revelava ao **Ser-aí sua relação ao Ser**, do mesmo modo o verso poético, brotando antes de toda linguagem utilitária e comum, revela essa relação com o Acontecimento ao mesmo tempo o mais próximo e o mais incompreensível" (1). Então a arte é a expressão desse encontro original do homem com o mundo, dessa fonte de significação primeira, a própria existência. Para Suzanne Langer, inclusive, a linguagem expressiva é anterior, em seu surgimento, à linguagem comunicativa (2).

Procuramos, no presente trabalho, em que a perspectiva da fenomenologia existencial hermenêutica foi adotada, partir da arte como expressão humana, situando-a no fenômeno da cultura. Na estrutura do fenômeno cultura estabelecemos a relação desse aspecto com outro: o educacional. Para tanto dividimos o estudo em duas partes: uma primeira, em que a cultura e a educação são vistas a partir do fenômeno humano e uma segunda, em que abordamos a arte e a relacionamos com a educação.

Acreditamos que muitas questões ficaram abertas e que alguns pontos comportam maiores aprofundamentos. Porém, nosso objetivo é somente

(1) André DARTIGUES, **O que é a Fenomenologia ?**, p. 133 (Grifos Nossos).

(2) Citado por José A. G. ALBUQUERQUE, **Cultura, Educação e Desenvolvimento**, p. 12.

estabelecer um lugar de partida, de onde se possa vislumbrar rumos a serem seguidos. E esse ponto de partida é o relacionamento arte-educação, que certamente abre-nos diversos caminhos no campo do estudo e da práxis educativa.

I – O HOMEM E A CULTURA

1. Homem, Mundo e Sentido

Todo estudo científico ou filosófico fala do homem. Mesmo ao fazermos ciências altamente específicas e “técnicas” (como a Química, a Física etc.), estamos falando do homem. Ou seja, estamos falando de como os fenômenos (físicos, químicos etc.) aparecem para o homem e pelo homem. Assim, todo discurso é um discurso humano; na base de todos os fenômenos está o fenômeno humano.

Sendo a fenomenologia o estudo do fenômeno (entendido como “o que aparece”, “o que se desvela”), e sendo o homem o fenômeno primordial, cumpre-se que, primeiramente a ele voltemos nosso olhar, antes de a qualquer outro. Não se trata, porém, de definir o homem (tarefa esta impossível, já que ele não pode ser reduzido a definições), mas de tentar entendê-lo, de tentar apreender o que nele o torna base de todos os outros fenômenos.

Ao se falar em homem, imediatamente tem-se de considerar seu pólo oposto, o “não-homem”: os animais, as plantas, a natureza os objetos..., ou seja, o mundo. A bem da verdade, a consideração anterior de homem e de mundo como pólos opostos não deve ser tomada ao pé da letra, isto é, como duas realidades antagônicas e de sentido inverso. Aliás essa dicotomia prevaleceu por toda a história da filosofia (e das ciências), recaindo a ênfase ora em um ora em outro pólo. Surgiu, então, a fenomenologia mostrando que homem e mundo não mantêm entre si relações de oposição, mas uma relação dialética, na qual ambos se definem mutuamente e um depende do outro para ser, para existir.

Podemos dizer que não há homem sem mundo, assim como não há mundo sem homem. Isto é, todo homem é um homem **no** mundo (ser-no-mundo); não podemos conceber um homem fora do mundo, sem um mundo em que “habita”, em que é (homem). Da mesma forma é impossível pensar num mundo sem o homem; o mundo só o é **com** o homem. Ele é assim como é porque o homem (a partir dele, mundo) o constrói, construindo seu

modo de percebê-lo (de vivê-lo). Homem e mundo se edificam, se fazem; estão, de tal forma unidos, que falar de um é pressupor o outro.

E essa ligação homem-mundo, este hífen entre os dois foi chamado pela fenomenologia de intencionalidade. “O princípio da intencionalidade é que a consciência é sempre ‘consciência de alguma coisa’, que ela só é consciência estando dirigida-para um objeto... Por sua vez, o objeto só pode ser definido em sua relação com a consciência, ele sempre objeto-para-um-sujeito” (3). A intencionalidade é, então, esse liame pelo qual homem e mundo se enlaçam e se constituem.

Pelo já exposto, devemos falar do homem como ser-no-mundo. Podemos agora ampliar o termo para ser-no-mundo-com-os-outros, pois nesse meu mundo existe a presença do outro. O outro que também percebe o mundo e mantém comigo um diálogo (4), pelo que chego a ser: ser-no-mundo-com-os-outros-em-diálogo.

Inscribe-se agora uma questão essencial: a da existência e seu sentido. Existir (“ex-sistere”) etimologicamente significa sair para, estar aberto a; e o homem é existência enquanto aberto ao mundo (pela intencionalidade). Essa abertura ao mundo é fundamentalmente a questão do sentido, isto é, eu percebo (vivo) o mundo desta forma e não de outra porque, em nosso jogo intencional, é este o sentido, é esta a significação que ele me dá e eu lhe dou. Eu e o mundo só somos assim porque existe um sentido. “Quer isto dizer que a questão do sentido é identicamente a da compreensão que podemos ter de nossa experiência do ser-no-mundo no contexto de um diálogo com os outros. (...) Na perspectiva da fenomenologia, a questão do sentido é a própria questão do fenômeno, isto é, do desvelamento, da manifestação de um mundo...” (5)

Assim, a questão do sentido é a “do logos, da palavra enquanto expressiva da inteligibilidade do mundo, e do discurso que entre nós proferimos a seu respeito” (6). Toda filosofia se orienta então, em suas bases, para uma filosofia da palavra humana, na medida em que é por ela e com ela que o homem dá sentido ao mundo e à sua existência.

(3) André DARTIGUES, *op. cit.*, p. 24.

(4) E neste diálogo está sempre (implícito) o mundo. Falamos sempre sobre o nosso mundo.

(5) Antônio Muniz de REZENDE, *Abordagem Filosófica do Tema da Educação*, p. 7.

(6) *Ibid.*, p. 7

2. Cultura e Educação

Na perspectiva da fenomenologia considera-se o fenômeno da cultura a partir da relação de intencionalidade que homem e mundo mantêm entre si. Dissemos que nessa relação o homem dá sentido à sua existência, torna-a significativa. Essa existência é concretizada na cultura. “Se a existência é significativa, a cultura o é duplamente, pois encarna no mundo o sentido que os homens, concretamente, deram ao seu próprio existir” (7). Assim, na cultura se exprime o **sentido** e nela o homem se faz e se reconhece como tal. Ela é a expressão do discurso humano.

Esse discurso humano se manifesta de maneiras diversas em diferentes grupos e diferentes momentos históricos. Portanto, podemos falar de cultura como “a forma própria que a existência de um grupo humano assume através de sua história” (8). Isto é, ela é forma enquanto imagem, fisionomia, revelação de sentido humano; e é própria porque é **somente** por ela que o homem se dá a conhecer (se desvela).

O sentido está na cultura, é a cultura: ele é esta máquina de escrever, este paletó, a minha ida à igreja, o horário que devo cumprir, o aperto de mãos. Ele exprime-se nos diversos setores da cultura: nas relações sociais, na produção de bens, no comportamento moral e religioso etc.

Sob a perspectiva da historicidade observamos que a cultura se processa dinamicamente, ora assumindo determinada forma, ora outra. Desta maneira, sendo ela a concretização do sentido e sendo dinâmica, podemos dizer que o sentido se altera, se movimenta, **circula** em seu interior. A cultura, sob este ângulo, pode ser descrita como a **circulação do sentido nas diversas expressões do homem através da história**. Entendida assim, resta-nos explicitar como o sentido se movimenta e se modifica no interior da cultura.

Primeiramente podemos considerar **forma** como sinônimo de **estrutura**, isto é, como “uma multiplicidade unificada por uma ordem cujo sentido é ser correspondência intencional a uma situação existencial (9). Ou seja, uma estrutura é certo arranjo de elementos que comporta sentido, ou melhor, é o sentido que faz com que os elementos se disponham desta maneira. E o sentido, lembrando o que já explicitamos, se dá pelo encontro homem-mundo,

(7) Antonio Muniz de REZENDE, *A Fenomenologia da Educação no Contexto das Correntes Atuais da Filosofia*, p. 14

(8) Antônio Muniz REZENDE, *Educação, Cultura e Desenvolvimento*, p. 2.

(9) Antonio Muniz de REZENDE, *A Noção Fenomenológica de Cultura*, p. 3.

na intencionalidade. Se a cultura é **forma** ela é **estrutura**; e estrutura cujo sentido circula comportando alterações (acréscimos).

Dando um passo além, podemos dizer que a estrutura da cultura é uma **estrutura simbólica**, isto é, o sentido não provém de um mundo imediato e material (somente), mas antes, é mediado por símbolos que o homem cria, reconhece e decodifica. Procederemos a um estudo mais aprofundado dos símbolos em outro local deste trabalho. Aqui nos interessa afirmar que os símbolos não se esgotam neles mesmos, mas nos remetem a outras coisas, a mais sentido. Sendo a cultura uma estrutura simbólica, conforme Merleau-Ponty (10), ela é uma **estrutura de estruturas**, pois comporta uma diversidade de elementos que em si próprios se estruturam e se integram formando um conjunto estruturado. Ao estudarmos diversos aspectos de uma cultura, como os bens produzidos, as ideologias, os mitos, estamos estudando estruturas parciais que se integram no todo estrutural que é a cultura.

O sentido circula então pela cultura de forma simbólica, **nos** símbolos e **pelos** símbolos; o homem (poderíamos acrescentar na expressão fenomenológica), é um ser-ao-mundo-com-os-outros-em-diálogo-pelos-símbolos. A linguagem é o ponto alto da estrutura simbólica humana. Sendo a palavra doadora de sentido à existência, a linguagem é circuladora deste sentido entre os homens.

Os símbolos não são unívocos, mas antes, polissêmicos, isto é, remetem-nos não a um, mas a vários significados. Isto confere o caráter de **estrutura aberta à cultura**, permitindo seja possível o acréscimo de sentido pelo sujeito intencional. Assim, o sentido em circulação vai sendo alterado e acrescido de novos significados. A história do homem, a evolução humana, é a história da criatividade, da interpretação de um sentido recebido e no acréscimo de um sentido dado.

Dentro da estrutura cultural um aspecto aparece-nos agora como importante: a Educação. Podemos considerá-la como um processo pelo qual os membros de determinada cultura adquirem a maneira de ser (pensar e agir) deste grupo. Ou seja, através da educação os indivíduos são postos em contato com o sentido em circulação, incorporando-o. Porém esse processo não deve visar apenas à reprodução do sentido, de um modelo rígido que deva ser transmitido e assimilado passivamente. Antes, deve favorecer a **aprendizagem significativa**, isto é, a **contatuação com o sentido em circulação e a proposição de**

(10) *Ibid.*, pp. 3 – 7

novos rumos, novas direções, novos sentidos. A educação, ao mesmo tempo que coloca o indivíduo em contato com o sentido já existente deve estimulá-lo a questionar este mesmo sentido e propor novas significações.

Quando a Educação (e em particular sua forma institucionalizada: a escola) procura integrar os membros do grupo de forma não significativa através de mera reprodução de valores e normas (11), podemos falar de alienação, a nível de processo e a nível dos indivíduos "educados". E alienação significaria: distância entre o vivido e o modelo imposto (que, por ser estático, não acompanha o acréscimo de sentido, que em termos humanos, nunca deixa de existir). Uma educação alienante fatalmente gera conflitos, na medida em que suas portas estejam fechadas à veiculação de novos sentidos, e estes comecem a emergir, "subvertendo" o modelo (12).

Podemos concluir, afirmando que o **desenvolvimento cultural** só se dá na medida em que o sentido em circulação não seja aceito de forma passiva, mas questionado e ampliado, e que **subdesenvolvimento cultural** significa precisamente a imposição de um modelo que deve permanecer estático, e no qual todos os membros do grupo se devam "integrar" (alienando-se).

II – UM ESTUDO FENOMENOLÓGICO DA ARTE

1. O Estético e Sua "Linguagem"

Como vimos anteriormente, o sentido da experiência do ser-no-mundo toma corpo e se concretiza na cultura. Dentro desta estrutura global (a cultura) o discurso humano assume formas diversas, sendo uma delas o estético. É deste aspecto que partiremos então: a Arte é uma das formas do discurso humano e, portanto, uma das maneiras do homem dar sentido à existência e colocá-lo em circulação.

Já afirmamos que o sentido primeiro é dado pelo homem através da palavra, e que, basicamente, sua circulação depende da linguagem. Uma questão então se inscreve: será a Arte uma linguagem ? Para respondê-la procuremos discernir o que caracteriza a linguagem (verbal) como tal, buscando auxílio na lingüística e na semiologia.

(11) As normas, exprimindo valores, exprimem o sentido em circulação e surgem do relacionamento entre o modelo veiculado e a vivência dos indivíduos no grupo.

(12) No Momento em que estas linhas eram escritas, tomamos conhecimento do fechamento das portas da Universidade Federal de Belo Horizonte, onde no III Encontro Nacional dos Estudantes, se debateria e proporia novos rumos para o ensino brasileiro.

A semiologia distingue três tipos de signos (13):

a) **O sinal** (ou índice) é aquele que mantém uma relação direta com o significado. Por exemplo: a fumaça é sinal de fogo.

b) **O ícone** é aquele que mantém com o significado alguma semelhança ou analogia. Por exemplo: uma fotografia, uma estátua.

c) **O símbolo** é aquele que mantém uma relação convencional, arbitrária, com o significado. As palavras faladas ou escritas na sua maioria são símbolos.

Esta distinção entre sinal, ícone e símbolo porém não é rígida, encontrando-se signos que podem ser enquadrados em mais de uma categoria. A cruz, por exemplo, é ícone enquanto instrumento de tortura, mas símbolo enquanto significativa do cristianismo. No campo das artes, entretanto, é que se encontra maior polivalência dos signos, mas os signos estéticos, mesmo sendo índices e/ou ícones, são **sempre** símbolos. As artes são essencialmente simbólicas.

Ao afirmar o caráter simbólico da arte estamos afirmando que ela **significa**, isto é, que ela sendo significante nos remete a um significado, a um sentido. Mas será esta ligação significante-significado das artes, idêntica à da linguagem verbal? Em outras palavras: os símbolos estéticos nos remetem a um sentido da mesma maneira que os símbolos lingüísticos? DUFRENNE (14) propõe uma classificação sumária dos campos semiológicos em:

a) **Campo infralingüístico** — congrega sistemas de signos que ainda não são significantes; existem signos mas estão estes mais para serem discernidos do que compreendidos; há um **código** mas não **mensagem**; a significação se reduz à **informação**. Aqui podemos citar, como exemplo, os sinais de trânsito (seus signos podem ser **ícones**, como a figura de um carro derrapando, ou símbolos, como as cores do semáforo).

b) **Campo lingüístico** — é a linguagem (verbal), por excelência, o lugar da significação; permite transmitir mensagens por meio de códigos; mensagens e códigos nela estão solidários.

c) **Campo supralingüístico** — aqui os sistemas são supersignificantes; eles permitem transmitir mensagens, mas sem códigos ou, em todo caso, tanto mais ambíguos quanto o código é menos restrito: a significação, neste caso, é **expressão**. Aqui se insere a Arte.

(13) Cf. Décio PIGNATARI, **Informação. Linguagem. Comunicação**, p. 28

(14) **Estética e Filosofia**, pp. 109 – 110.

Pelo exposto, podemos observar: basicamente o que caracteriza a linguagem verbal como “significativa” é a existência de elementos significantes (palavras) que podem ser combinados segundo regras determinadas (sintaxe). Esse código permite a transmissão de mensagens, a significação. As artes (pintura, música, dança etc.) também possuem elementos básicos (como por exemplo, as notas e os compassos na música, as linhas e as cores na pintura) mas que por si só não são significantes. Além disso, o código das artes não é definido nem rigoroso, ou seja, apesar de existirem algumas normas o artista não se escraviza a elas na criação, podendo mesmo transgredi-las, e o espectador não necessita necessariamente conhecê-las para apreciar a obra. A esse respeito comenta DUFRENNE (15): “(o código)... não é uma ferramenta para ele (o artista), a não ser uma ferramenta que ele forjaria no próprio ato da criação, e sua sintaxe também não é um sistema de coações que lhe seria imposto sem que dele pudesse libertar.” E, a respeito do espectador, acrescenta: “(na experiência estética)... os processos técnicos não são percebidos como a aplicação das regras de um código, nem os momentos ou os elementos da obra como as unidades de um léxico.” (6).

Desta forma, não podemos dizer que a arte seja uma “linguagem significativa”, mas sim uma “linguagem expressiva”. Isto quer dizer, primeiramente que a linguagem da arte não nos remete a um ou a vários sentidos determinados, mas que abre, em nós, uma multiplicidade de sentidos como possíveis. Depois, o termo **expressão** significa, segundo ABRAGNANO (17), não “um simples meio de comunicação, mas um modo de ser ou de realizar-se do homem”. E exemplifica, utilizando-se do ato sexual, do qual afirma: “...não se quer, no amor, o ato sexual (querê-lo significa inibi-lo); mas o próprio ato exprime o amor, isto é, o modo de sua realização.”

Finalmente, podemos concluir dizendo que as linguagens expressivas das artes não podem (como as linguagens verbais) ser traduzidas umas nas outras. Isto é, o sentido transmitido por elas não é explicitável; “sempre são inadequados os comentários que vêm posteriormente (à experiência estética), para os quais o intelecto recorre à linguagem verbal, essa metalinguagem não pode nem formalizar nem traduzir a linguagem estética; nenhuma prosa pode traduzir o que diz um poema, nem encontrar-lhe ‘correspondências’...” (18)

(15) *Ibid.*, p. 32.

(16) A respeito da “experiência estética” nos demoraremos mais no item seguinte.

(17) Dicionário de Filosofia, pp. 398 — 400.

(18) Mikel DUFRENNE, *op. cit.*, p. 144.

Uma questão agora se apresenta: o que é este sentido expresso na obra de arte? Dela nos ocuparemos a seguir.

2. Sensível e Sentido

Para responder à questão do sentido (expresso na obra de arte) devemos remeter-nos à experiência estética do ser-no-mundo. Nela o homem experiencia a beleza, como aspecto de seu relacionamento intencional com o mundo. Essa experiência não se situa no plano da reflexão, mas num plano anterior: do vivido, do irrefletido; situa-se no momento primeiro em que o homem se sente no mundo. “Estar no mundo não é ser uma coisa entre as coisas, é sentir-se em casa, entre as coisas, mesmo as mais surpreendentes e as mais terríveis, porque são elas expressivas.” (19)

Na experiência estética a **percepção** deixa de ser uma resposta prática, e a práxis cessa de ser utilitária. O objeto estético somente solicita a percepção desinteressada do espectador, e no encontro dos dois é que se localiza a questão do sentido. O objeto estético é um signo que não nos remete à outra coisa, mas a si mesmo. Seu sentido está em seu ser, e seu ser só se realiza na percepção; o objeto estético tem necessidade do espectador para ser. Não há dúvida que isto é verdade para qualquer objeto percebido, mas a percepção ordinária não se detém no fenômeno enquanto tal; sendo orientada para a inteligência ela interroga o aparecer do objeto como um signo, que logo a remete a outras coisas; seu ser reside fora dele, na relação com outras coisas. (20) Na percepção estética, porém, o ser do objeto é seu aparecer. Quer isto dizer que o **sentido** está no próprio **sensível**, deve ser experimentado no nível da sensibilidade. Mas o que é ainda este sentido?

Não pode ser um sentido conceitualizável, como se a obra de arte fosse uma linguagem apenas significativa, isto é, um simples **transporte** para a comunicação de um significado exterior, arbitrário. Ela é uma linguagem expressiva, que inventa e carrega em si o seu sentido. “Sentido implícito, conseqüentemente ou, ao menos, todo envolvido no sensível, sentido nascente, claro e indistinto, irrefutável e, contudo sem prova: um **pré-sentido**, de certo modo. Visto que o sentido não comporta nenhuma determinação explícita, ele

(19) *Ibid.*, p. 25.

(20) As “coisas” se desvelam (para o homem) primeiramente como utensílios, como objetos de uso. O aparecer de um objeto suscita a pergunta: “para que serve ? ”. E a resposta relaciona o objeto a outros (e a atos humanos): a caneta serve para **escrever em um papel**.

figura a possibilidade luminosa de uma multiplicidade indefinida de sentidos ...”
(21)

Assim, mesmo na pintura figurativa o sentido não é o objeto representado, mas a própria obra, a própria figuração. “A cadeira de Van Gogh não me conta uma história de cadeiras (nem da “cadeira-modelo” de que se serviu o pintor, acrescentaríamos nós), ela oferece o mundo de Van Gogh, mundo no qual as paixões têm uma cor porque as cores são paixões ...” (22) O objeto estético não me fala de uma verdade a respeito do mundo, mas me abre um mundo como fonte de verdade. Um mundo que, sendo **possível**, faz parte também do mundo, permitindo que eu possa viver seu sentido, deslumbrando-me e nele me reconhecendo. “Pois o mundo não é para mim um objeto de saber antes de ser um objeto de deslumbramento e de reconhecimento”. (23) Quando DUFRENNE fala do mundo “mundo no qual as paixões têm uma cor”, ao se referir a Van Gogh, podemos lembrar que etimologicamente **paixão** (“pathos”) significa “exposição” (do homem ao mundo).

A experiência estética (realizada pela percepção estética) é, portanto, uma experiência de contacto direto com o mundo, uma experiência do sentido que não apela somente para a razão ou para a afetividade, como aspectos isolados do ser-no-mundo, mas antes, para a totalidade deste ser.

Gostaríamos de aqui, comentar brevemente o nosso poema que abre este trabalho (lembrando-nos sempre que seu sentido não pode ser “traduzido” em nossos comentários). Ele fala basicamente da experiência estética, enquanto encontro primeiro homem-mundo, enquanto “pré-sentido”. O sujeito mergulha na caverna do sentido implícito em seu relacionamento com o mundo; no sentido que é horizonte de toda sua compreensão, pano de fundo de sua vida cotidiana; que ele nunca “viu”, mas que esteve sempre dentro de si.

Assim, busca a palavra primeira, expressiva, através da linguagem, e por línguas diversas. Vai ver as coisas pelas raízes e constatar que antes de línguas (fala-“languages”) há línguas (órgãos-“tongues”). E as línguas se cruzam, para o sujeito encontrar o eu-primeiro: na junção “pr’meet y(v)o” lê-se “meet” (encontrar) e “yo” (eu), ao mesmo tempo que “primitivo”. As palavras se dissolvem num balbucio consonantal e desembocam num signo último (ou primeiro ?).

(21) Mikel DUFRENNE, *op. cit.*, p. 52.

(22) *Ibid.*, pp. 52 – 53.

(23) *Ibid.*, p. 53.

Retornando à questão do sentido vimos que ele é captado pela percepção estética não através da razão ou da sensibilidade, mas num plano mais amplo, do qual estas fazem parte. E este plano é o da imaginação. Imaginação que não junta um (significado) imaginário ao real (obra de arte), mas amplia o real até o imaginário. Pela imaginação é que percebo este mundo, que o **sensível** exprime, como um mundo possível. E percebo-o como possível, como horizonte ilimitado porque ele abre minhas profundezas para nelas encontrar eco. Não sou espectador “passivo”, mas (re)construtor do sentido através de minha imaginação.

No artista a imaginação se reveste de um aspecto um pouco diferente. Primeiramente não podemos também identificar o **sentido** da obra com um **conceito** ou um **projeto** que ele tenha dentro de si. O conceito está no próprio (mundo do) artista, ele é o artista e só se torna sentido na obra acabada. Positivamente: o sentido não pode ser encontrado fora da obra, no artista ou no espectador, mas na própria obra, enquanto ela é, **por** um artista e **para** um espectador. A imaginação, por conseguinte, habita o corpo do artista e por ele fala. Ela “designa, então, essa motricidade secreta e, contudo, manifesta, pela qual a idéia se torna natureza ao se exprimir pela linguagem das mãos”. (24) Colocamos, assim, a imaginação como fundamento de toda experiência estética; o artista que cria a obra de arte e o espectador que nela “mergulha” se servem da imaginação.

Podemos, aqui, citar a contribuição da psicanálise quando diz que a vocação do ser humano é ser feliz. Mas esta felicidade está condicionada à satisfação do **princípio do prazer** que, por sua vez, tem de se defrontar com o **princípio da realidade** e a ele se submeter. Ao encontrar uma realidade dura, que se opõe a seus impulsos e o restringe, o homem dá o salto até a esfera da imaginação, onde pode transcender, ser senhor do mundo e dos deuses. Freud porém viu nesse salto apenas uma fuga, uma dimensão patológica do homem, encontrando nela a base das “doenças” mentais; a felicidade residiria apenas na adequação do prazer à realidade. Realmente o salto sem retorno joga o indivíduo na “desrazão”, mas acreditamos que o ser humano pleno deve saber habitar essas três esferas sem se aprisionar em nenhuma delas. “Sempre, **imaginar** será mais que **viver**”. (25)

(24) *Ibid.*, p. 98.

(25) Gaston BACHELARD, *A Poética do Espaço*, p. 76.

3. A arte na Cultura e na Educação

Como vimos, o sentido é imanente ao sensível na obra de arte. E ele me fala sempre de um mundo, da possibilidade de um mundo que eu e o artista construímos pela obra de arte; ele me liga a **um** mundo fazendo reviver em mim o contacto primeiro (antepredicativo) com o mundo. A obra atinge primeiramente um eu anterior ao eu pensado ou sentido, ela repercute nas profundezas da existência (pela imaginação), para depois retornar à superfície. “É depois da repercussão que podemos sentir as ressonâncias, repercussões sentimentais, recordações de nosso passado. Mas a imagem chegou às profundezas antes de movimentar a superfície.” (26)

Ora, isto faz da arte não apenas **portadora** de sentido mas o **próprio** sentido, na medida em que sensível e sentido nela estão enredados um no outro. Podemos agora situar o fenômeno estético dentro de uma cultura: o sentido da obra de arte está em consonância com o sentido veiculado por aquele grupo humano; o **estilo** de uma época, que se define por determinado código estético, é a **expressão** do sentido dado pelo grupo naquele momento histórico. Fazemos nossas as palavras de DUFRENNE: “O código é, em si mesmo, um fenômeno de cultura, e não só quando é formulado e, através disso, institucionalizado, mas porque exprime certo estado da prática e da consciência estética, em determinado momento da história. Esse fenômeno está sujeito à sociologia da arte, tal como a entende Francastel: para a **consciência de uma época** estabelecem-se correspondências entre os diversos códigos, como também entre as diversas mensagens e, mais geralmente ainda, entre as artes, as ciências, as ideologias; há um estilo ou uma linguagem da época que é mais ou menos confusamente comunicada a todos os contemporâneos e que define, em suma, uma civilização e a **personalidade de base** que a vive”. (27) Os termos “consciência de uma época” e “personalidade de base” por nós grifados, significam precisamente a imagem de homem, o sentido humano, em circulação na cultura, tal como a estudamos no item I.

Assim, a arte é fortemente responsável pela circulação do sentido dentro da cultura e, mais ainda, responsável por um acréscimo de sentido, na medida em que o sentido por ela expresso não é unívoco, mas antes, é a possibilidade de uma multiplicidade de sentidos. Ela me convida a **imaginar**, a

(26) *Ibid.*, p. 10.

(27) *Op. Cit.*, pp. 131 – 132.

criar mais e mais sentido a partir do encontro que tenho com o mundo e que ela revive. Esse sentido é então, basicamente, o sentido da própria existência, tal como a cultura o vive.

Já falamos da educação como sendo o processo pelo qual o indivíduo toma contacto com o sentido em circulação, assimilando-o e ampliando-o. A arte aqui se reveste então de um caráter altamente pedagógico, promovendo o encontro do indivíduo com o sentido e estimulando nele a criação de mais sentido.

A dimensão educativa da arte é a própria dimensão do ser-no-mundo: ela não atinge apenas a razão ou a afetividade, mas a integralidade do homem através da imaginação. Ela é formação do ser-no-mundo enquanto ser imaginativo. Uma educação que vise a formar o homem em sua plenitude não pode prescindir da arte. "Nós sabemos que a separação entre o domínio afetivo e o cognitivo é possível (...) somente para propósitos analíticos e, mesmo nesse sentido, é arbitrária. Essa dicotomia na ação educativa leva ao desequilíbrio no desenvolvimento interno, e tem sido apontada freqüentemente como um perigo para a saúde mental." (28)

Nossa civilização tecnológica possui meios que favorecem uma ampla circulação de sentido. Porém a tecnologia está transcendendo (ou já transcendeu) seu estatuto de meio para ser valorizada como um fim em si mesma. Desta forma, grande parte do sentido veiculado diz respeito à significações da tecnologia como fim, como por exemplo, as propagandas comerciais, que criam necessidades "artificiais" no homem. O ser humano está confuso em meio a tantas significações (muitas vezes contraditórias); e confuso num estado de coisas em que bem pouco realmente lhe diz respeito, afastando-o do sentido último de sua existência. As respostas prontas, acabadas, surgem então como remédio (vendável) para "desanuviar" sua mente confusa. O jogo é claro: atiram o homem num mar de sentidos confusos e depois lhe vendem a bóia salvadora da "verdade"; verdade que "já vem pronta e tabelada, e é somente requestrar e usar", como já cantou Tom Zé. A educação corre o grande risco de se tornar mercadora da verdade, reprodutora de um sentido "engarrafado".

A tecnologia, sendo vista como fim último, implica também seja a razão humana elevada à categoria de "essência" do homem. Isto é, o homem passa a ser entendido apenas como "animal racional", produtor de ciência. Na medida em que a educação se ponha a serviço da tecnologia de-

(28) Ana Mae T. B. BARBOSA, Teoria e Prática da Educação Artística, p. 59.

senfreada ela estará, sob este aspecto, formando seres humanos incompletos, valorizando e estimulando somente a racionalidade. “Se ver e manusear, focar e ouvir e todos os refinamentos de sensação (...) não forem aperfeiçoados e educados desde o nascimento até a maturidade, o resultado é um ser que mal merece ser chamado de humano: um autômato de olhos lânguidos, entediado e indiferente, cujo único desejo é a violência numa forma ou noutra — ação violenta, sons violentos, quaisquer tipos de distrações que possam penetrá-los até seus nervos amortecidos.” (29) Contra este estado de coisas acreditamos ser a Arte um dos mais importantes instrumentos de luta.

Mas, para tanto, necessita ser retirada de sua posição de mero adorno na educação institucionalizada (escolas). O ensino instituído, tecnocrático por excelência, renega a Arte por ver nela simples lazer (como se este não fosse importante !) e atividade “sentimental”. Estamos ensinando o pragmatismo, a utilidade material como primeira. Fato significativo é a existência, no 1º grau, da disciplina “Artes Industriais”, onde já no nome a arte foi adjetivada, e os alunos produzem apenas objetos que possuem **utilidade prática**. (30)

A Educação pela Arte, como a entendemos, não pretende preparar as pessoas para atos irracionais e mecânicos da indústria moderna; ela visa a criar acréscimo de sentido humano, substituindo no homem a conformidade e a imitação pelo poder imaginativo que ele possui e no qual se alicerça a sua existência.

BIBLIOGRAFIA

ABBAGNANO, Nicola, **Dicionário de Filosofia**, 1ª ed., São Paulo, Ed. Mestre Jou, 1 970. Trad.: Alfredo Bosi.

ALBUQUERQUE, José A. Guilhon, **Cultura, Educação e Desenvolvimento**, 1ª ed., Petrópolis.

BACHELARD, Gaston, **A Poética do Espaço**, 1ª ed., Rio de Janeiro, Livraria Eldorado Tijuca Ltda., s/d. Trad.: Antonio da Costa Leal e Lídia do Valle Santos Leal.

(29) Herbert READ, **Arte e Alienação**, p. 27.

(30) As cadeiras de “Educação Musical” também possuem, na grande maioria das vezes, uma função meramente reprodutora: ensinar ao aluno o hinário do país.

- BARBOSA, Ana M. T. Bastos, **Teoria e Prática da Educação Artística**, 1ª ed., São Paulo, Ed. Cultrix, 1 975.
- DARTIGUES, André, **O que é a Fenomenologia ?**, 2ª ed., Rio de Janeiro, Livraria Eldorado Tijuca Ltda., 1 973. Trad.: Maria José J. G. de Almeida.
- DE WAELEHEVS, Alphonse, **La Philosophie et les Expériences Naturelles**, La Haye, Martinus Nijhoff.
- DUFRENNE, Mikel, **Estética e Filosofia**, 1ª ed., São Paulo, Ed. Perspectiva S.A., 1 972. Trad.: Roberto Figurelli.
- DUFRENNE, Mikel, **O Poético**, 1ª ed., Porto Alegre, Ed. Globo, 1 969. Trad.: Luiz Arthur Nunes e Reasylyvia Kroeff de Souza.
- KRIS, Ernst, **Psicanálise da Arte**, 1ª ed., São Paulo, Ed. Brasiliense, 1 968. Trad.: Marcelo Corção.
- MERLEAU-PONTY, Maurice, **O Olho e o Espírito** in "Os Pensadores", vol. XLI, São Paulo, Ed. Abril Cultural, 1 975. Trad.: Geraldo Dantas Barreto.
- MOSQUERA, Juan, **Psicologia da Arte**, 2ª ed., Porto Alegre, Livraria Sulina Editora, 1 976.
- PIGNATARI, Décio, **Informação.Linguagem.Comunicação**, 1ª ed., São Paulo, Ed. Perspectiva S.A., 1 968.
- READ, Herbert, **Arte e Alienação**, 1ª ed., Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1 968. Trad.: Edmond Jorge.
- READ, Herbert, **O Significado da Arte**, 2ª ed., Lisboa, Ed. Ulisséia Ltda., s/d. Trad.: A. Neves Pedro.
- REZENDE, Antonio Muniz de, **Educação, Cultura e Desenvolvimento; A Fenomenologia da Educação no Contexto das Correntes Atuais da Filosofia; Abordagem Filosófica do Tema da Educação; A Questão do Sujeito: O Educando; A Noção Fenomenológica da Cultura; A Estrutura Fenomenal do Mundo Cultural; A Educação da Consciência Cultural; Aprendizagem e Ensino: O Ato Pedagógico e o Diálogo Educacional**. — Apostilas do Curso de Filosofia da Educação — Mestrado em Educação, 1 977 — Univ. Est. de Campinas.

VON ZUBEN, Newton Aquiles, **Projeto e Utopismo Dialógico** – Apostila do
Curso de Antropologia Filosófica – Mestrado em Educação,
1977 – Univ. Est. de Campinas.

CRÔNICA

A OBRA KOLPING NO BRASIL

Juan Zumalde *

“Adolfo Kolping, pode ser considerado o primeiro sacerdote católico da Alemanha a ter atuado como tal na área social”.

Cardeal José Hoeffner

“Trata-se de encarnar o espírito cristão na vida pessoal e na sociedade”.

Pe. Adolfo Kolping.

HISTÓRICO

Eram os tempos da industrialização da Europa. As massas de trabalhadores que acudiam aos centros fabris passavam a constituir o até então inexistente proletariado que vive nessa época uma das fases mais sombrias da sua história. É massa amorfa, sem organização, sem consciência de classe e submetida em sua existência às mais aviltantes condições. Adolfo Kolping é então um jovem sapateiro que trabalha na cidade de Colônia, na Alemanha. As impressões produzidas no seu espírito por esse mundo desumano e sórdido nos seus anos de aprendiz e oficial, adubaram seu projeto futuro para uma sociedade melhor. “Meu interior ainda treme, escreve algum tempo depois, quando penso nos dias horríveis que passei em meio à miséria moral e a falta de perspectivas em que se encontravam os operários na Alemanha. Eu não suportava mais continuar a viver como aquela gente”. Nunca Kolping perderá de vista a situação dos operários naquela primeira época da Revolução Industrial. “Devemos olhar, diz, os rostos selvagens e atormentados, os corações amargurados e ressentidos... esses homens desmoralizados e corroídos, que sem meta alguma, sem apoio para pararem em um canto qualquer, sem liberdade de escolha profissional, sucumbem com mulheres e filhos”.

* Coordenador da obra Kolping, mestrando em Filosofia da Educação na PUC de São Paulo.

Com 24 anos e vencendo não poucas dificuldades financeiras Adolfo Kolping consegue iniciar os estudos ginasiais. Estuda depois nas universidades de Munich e Bonn e em 1845, quando contava 32 anos, é ordenado sacerdote. Retorna ao meio industrial e poucos anos depois cria a "Associação Católica de Operários". Durante 16 anos, trabalha incansavelmente na organização e expansão de sua Obra. Faz conferências, viaja, escreve sem cessar e, no fim da sua vida, a "Associação conta com mais de 400 grupos organizados e 25.000 membros em vários países da Europa.

Após a morte de Kolping aos 52 anos, a Obra que mais tarde tomara o nome do fundador, continua a se desenvolver com grande impulso até o advento do Nazismo que proíbe as atividades da Organização, fecha suas casas e persegue seus dirigentes. Concluída a 2ª Guerra Mundial o Movimento ressurge. Entretanto, desaparece praticamente em toda a Europa Oriental, onde conhecera grande difusão. Os regimes comunistas instalados naqueles países, dissolvem mais de 500 Comunidades.

Na atualidade, a Obra Kolping existe em 18 países, nos cinco continentes, contando com 2.800 comunidades e 250.000 membros.

UMA VISÃO REALISTA DO HOMEM

Em 1849, Kolping fundava o primeiro núcleo da sua organização na cidade de Colônia. Colônia era nessas datas o palco das atividades de outro alemão, igualmente preocupado com a reforma social: Carlos Marx. Todavia, apesar de contemporâneos e motivados pela mesma realidade social, estes dois alemães mostram, nas suas idéias e atividades, visões do homem profundamente divergentes.

Kolping, que nos seus anos de estudante participara intensamente das polêmicas doutrinárias da época e que nos seus escritos dá provas de uma inteligência penetrante e de longo alcance na compreensão das realidades sociais, não se deixou seduzir pelo fascínio de uma ideologia que violentasse o significado dos fatos para encaixá-los numa síntese apriorística. O contato permanente com as bases populares, a sensibilidade e o respeito para os múltiplos valores da vida humana, fizeram dele um homem realista; inovador destemido em relação a certas posições esclerosadas da Igreja de sua época e, ao mesmo tempo, lúcido defensor do homem total contra simplistas teorias revolucionárias.

Kolping lutava pela melhoria das condições materiais da vida dos trabalhadores. Entretanto, olhava com desconfiança e preocupação as então incipientes associações trabalhistas. Receava que a atenção exclusiva dada por aqueles movimentos aos problemas econômicos iria fazer fracassar a autêntica elevação da classe operária. Para Kolping a sociedade a ser visada é aquela que integra com os valores econômicos todos aqueles outros que constituem a verdadeira grandeza do homem: os valores da realização profissional, os valores da família, da cultura, da ética, da religião, da pátria etc.

Por outro lado, ciente de que a melhor organização social não consegue seus objetivos quando as pessoas que participam nela carecem da qualidade humana, Kolping deu à sua associação um cunho eminentemente educativo sendo a formação do indivíduo concreto o alvo principal de seu movimento.

A reforma das leis e das estruturas é importante para Kolping. Nos seus escritos estimula os membros que passaram pela Associação a trabalharem "para uma reorganização mais humana e eficiente do ambiente profissional". De fato, são inúmeras as pessoas que vindas do Movimento Kolping se engajaram nas lutas sociais e políticas. Augusto Bebel, fundador e dirigente do partido social-democrata alemão conta que foi membro desta organização e que não se arrependeu. O Dr. Josef Klaus, eleito presidente da Áustria em 1963, formou-se nos quadros da Obra Kolping. Na atualidade são milhares os membros do Movimento que atuam em diversos países como vereadores, prefeitos, deputados, senadores, ministros etc. Entretanto, trata-se apenas de resultados indiretos da ação da Obra. O que esta visa direta e expressamente é à formação da pessoa. Em suas reuniões e trabalhos a política de partido é formalmente excluída, já desde os tempos de Adolfo Kolping que considerava a formação básica e pluridimensional do indivíduo, como tarefa prévia ao debate das intrincadas questões polêmicas de um setor parcial da realidade e ao engajamento na vida pública que exige para não virar charlatanice ou temeridade, justamente a formação que o Movimento pretende dar.

Sobre esses pressupostos, a ação e o pensamento de Adolfo Kolping, voltaram-se para a organização de centros comunitários, onde num ambiente de camaradagem alegre e sério ao mesmo tempo, os jovens operários se formavam para a profissão, para a família, para uma vida honesta e religiosa e para seu engajamento na sociedade.

AGORA, NO BRASIL

As primeiras comunidades Kolping do Brasil foram fundadas por imigrantes alemães que já pertenciam à Organização na sua terra de origem. Isto acontecia pelos anos 20 a 30 deste século. Entretanto, o clima antigermânico criado à raiz da 2ª Guerra Mundial, levou várias destas comunidades à extinção. Apenas duas delas sobrevivem hoje. A situação depois permaneceu estacionária até o ano de 1973.

Nestas datas foi liberado um sacerdote, o Pe. Justino Kleinwachter, para a dinamização e expansão da Obra. Esta deixou de ter aquele caráter de associação de pessoas de origem alemã e partiu decididamente para seu abraço brasileiro, não no sentido de desligar-se da Obra Internacional nem de abandonar o espírito Kolping, mas no sentido de voltar-se para o povo netamente brasileiro e para os problemas característicos do trabalhador brasileiro de hoje. A partir dessa virada de orientação, a Organização tem crescido rapidamente, sobretudo desde o momento em que ficou constituída a Federação Nacional.

Atualmente, existem 30 comunidades em funcionamento e uma dezena de outras em preparação. Das existentes, 16 situam-se no Estado de São Paulo (13 na Grande São Paulo), 10 em Santa Catarina e uma em cada um dos Estados de Mato Grosso, Piauí e Maranhão. A Obra realizou em julho passado seu II Congresso Nacional que reuniu durante quatro dias mais de 180 representantes das comunidades.

A Federação Nacional das Obras de Kolping do Brasil, fundada em 1974, tem sua sede central em São Paulo. Registrada como entidade civil para agir no campo social, educacional e filantrópico, conforme rezam seus estatutos, tem como objetivos fundar comunidades Kolping em todo o território nacional, coordenar, orientar e ajudar suas atividades, através da assessoria técnica, administrativa e jurídica, promovendo cursos e treinamentos, congressos, seminários, encontros de estudo etc. Entre outras publicações tem seu Boletim mensal ("KOLPING") com uma tiragem de 8.000 exemplares.

O QUE FAZ ? COMO FUNCIONA ?

As atividades da Obra variam de comunidade para comunidade, pois é princípio básico do Movimento adaptar o espírito que o

anima às necessidades e circunstâncias de cada lugar e época. Cada comunidade deve programar sua ação pesquisando na realidade local, suas urgências e possibilidades. Contudo, podem ser apontados os tipos de trabalho mais generalizados atualmente nas comunidades do Brasil (em outros países os exemplos seriam bem diferentes).

a) **Cursos profissionalizantes:** Quase todas as comunidades organizam cursos profissionalizantes, em geral a um nível primário, tanto para homens como para mulheres. São cursos para ajustador, torneiro-mecânico, soldador, encanador, eletricista, desenhista-mecânico, gráfico, marceneiro, mecânico de automóveis, mecânico-agrícola, datilógrafo, auxiliar de escritório, notista-faturista, vendedor, costureira, atendente hospitalar, balconista, manicura-pedicura, bordadeira, tricotista etc.

b) **Atividades promocionais e assistenciais:** Treinamento de líderes, treinamento de trabalho em grupo, grupos de jovens e adolescentes, clube de mães e de pessoas idosas, artesanato, grupos culturais (corais, elencos teatrais...) alfabetização, creches, ambulatórios e atendimento médico ou dentário, bazares, assistência a famílias necessitadas etc. Algumas modalidades neste setor dependem muito das peculiaridades locais.

c) **Atividades recreativas:** Na organização destes tipos de atividades visa-se a oferecer além de uma oportunidade de pura diversão, o ambiente e as condições propícias para o desenvolvimento do espírito comunitário e da participação ativa dos assistentes.

Nem todas as comunidades, porém, têm condições de local adequado. Organizam-se festas, concursos, passeios, almoços, competições esportivas, espetáculos, encontros de confraternização etc.

d) **Encontros de formação geral:** Círculos de estudo. Celebrações religiosas, palestras e debates sobre temas diversos: Preparação para o casamento, relações dentro da família, espírito comunitário, orientação profissional, problemas sociais etc.

As Comunidades Kolping estão vinculadas, via de regra a uma paróquia. Há sempre um sacerdote que, na qualidade de Assistente Eclesiástico, incentiva e orienta as iniciativas de acordo com o espírito da Obra. Cada comunidade conta com uma equipe diretora e um número maior ou menor de membros ativos. Cada comunidade é autônoma, elabora seus próprios projetos e busca meios para realizá-los. São estes obtidos principalmente dentro da comunidade ou através de convênios de colaboração com outras entidades e

mesmo com organismos oficiais, municipais ou estaduais. Em certos casos recebem ajudas externas por intermédio da Federação Nacional. A vinculação com esta se dá através de uma correspondência permanente, de visitas e de encontros regionais e nacionais. O intercâmbio de idéias e experiências é constante graças ao Boletim da Obra e aos contatos pessoais.

PERSPECTIVAS

A situação de país "em vias de desenvolvimento" confere ao Brasil certa semelhança de características com a sociedade que motivou o nascimento da Obra Kolping. Isto, salvadas evidentemente outras diferenças óbvias. Os problemas criados pela industrialização, o êxodo para as cidades, a despersonalização nas relações humanas etc são sentidos vivamente por muitos dos líderes que num campo ou noutro se esforçam pelo bem do povo. São sacerdotes, professores, assistentes sociais, operários, estudantes... que buscam os instrumentos adequados para ajudar seus semelhantes na superação de problemas como a falta de preparação profissional, o isolamento do indivíduo no meio de milhares de pessoas que, vendo-se todos os dias não se comunicam, a desorientação moral, religiosa, familiar, trabalhista, política a que os leva uma sociedade cruel, embalada por um consumismo sem horizontes e uma luta feroz pelo bem-estar próprio em que só conta a lei do mais forte.

A humildade do projeto Kolping, **que** não promete nem pretende reformas imediatas das grandes estruturas e, sim, somente de imediato, a reforma estrutural das pessoas e os pequenos grupos, vem tendo boa aceitação entre aqueles **que**, além de sonharem nas soluções globais, reconhecem também **que** é necessário manter os pés no chão dos caminhos cotidianos.

Informações sobre a Obra Kolping, podem ser obtidas no seu escritório central: Rua Barão do Triunfo, 1 183 — BROOKLIN — Caixa Postal 21 351 — SÃO PAULO — CAPITAL — Tel. 241-25.51.

RESENHA

SUMÁRIO E ÍNDICES

CHACON, Vamireh

HISTÓRIA DAS IDÉIAS SOCIOLÓGICAS NO BRASIL

Edusp – Grijalbo, São Paulo, 1 977.

Esta obra é chamada pelo próprio autor de ensaio sobre a História da Sociologia não enquanto técnica de pesquisa ou método de ensino, “e sim como ciência, onde as duas dimensões não estão ausentes, porém subordinadas a uma global visão epistemológica. Por outras palavras: Histórias das Idéias e História da Ciência, eis o que pretendemos fazer aqui”. Pretende ser sugestão para futuros historiadores do ramo. Insere-se na coleção de História das Idéias organizada por Miguel Reale.

O autor retoma a História a partir da segunda metade do século XX quando principiava a maturação da Sociologia no Brasil. Toma apenas como ponto de referência os autores estrangeiros para demarcar a evolução do pensamento nativo, que apesar das múltiplas influências demonstra crescente autonomia e resultados inesperados. O ensaio aparece conciso, claro e didático. A leitura é útil não só para estudantes de Sociologia, mas igualmente para quem se preocupa em conhecer as ideologias subjacentes à formação do povo brasileiro, na sua trajetória de dependência e autonomia em relação ao pensamento europeu e norte-americano.

O cap. I fornece os dados da Escola de Recife, sem discutir a sua designação, se houve ou “não” uma “Escola” ou seus integrantes tiveram um papel maior ou menor na cultura brasileira. Destacam-se pelo seu antimecanicismo e antipositivismo, principalmente o de Tobias Barreto.

O cap. II mostra a influência de A. Comte na cultura brasileira, através de Benjamim Constant. É a Sociolatria. O estado brasileiro sofreu sua influência, basta notar a ideologia dos republicanos. As escolas do final do século formaram gerações nessa ideologia. O autor destaca em São Paulo Alberto Sales, que elaborou um catecismo positivista.

Mas a Sociologia nasceu no Brasil mais por influência de Spencer (cap. 3), ou seja, o darwinismo social: a luta pela vida e a seleção das espécies traduzidas em termos históricos. Tal doutrina de feições classistas caiu como uma luva para a emergente burguesia brasileira narcotizada pela idéia do progresso e por sua ascensão ao poder.

Não faltou a presença de positivismos e evolucionismos menores (cap. 4), mostra o autor. Decorre disso uma concepção elitista e antipopular. A seleção das espécies significa valorizar a aristocracia e a oligarquia.

A presença de Durkheim (cap. 5) se faz sentir através de Paulo Egydio de Oliveira Carvalho, denominado o primeiro sociólogo brasileiro sem divagações e filosofismos. É Fernando de Azevedo o grande apóstolo de Durkheim divulgando a Sociologia. Todavia, elabora uma síntese com Marx. Se para Durkheim a Sociologia é ciência que não implica qualquer idéia ou atitude política, para Marx é uma necessidade que decorre da compreensão da realidade sócio-econômica. A visão sintética se torna mais completa e mais profunda.

As Faculdades de Direito fornecem o primeiro berço de aprendizado sistemático da Sociologia no Brasil (cap. 6). Foi gerada, em conseqüência, a Sociologia do Direito. Estava ali presente o darwinismo social e suas implicações, já que se formavam juristas e estadistas do Império.

O cap. 7, "O Impacto de Marx", fala da ilegalidade a que são submetidos os pensadores que a ele se filiam, daí a dificuldade de criatividade. Predomina o marxismo metodológico sobre o confessional.

O cap. 8 retrata a multiplicidade de influências de idéias no Brasil. Pareto entrou através de Hermes Lima, Freyer através de Gilberto Freyre. O positivismo revigorou-se com Pontes de Miranda. O catolicismo através de Alceu Amoroso Lima. Há que se destacar também as proposições de Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira e A. Carneiro Leão a partir de Froebel, Pestalozzi, Montessori, Dewey, Binet e Simon. Enfim, houve quase uma babel, conclui o autor, com o florescimento de inúmeras escolas, grupos, tendências, doutrinas e métodos, o que não significa confusão, mas possibilidade de novos caminhos através do diálogo com a realidade circundante.

O cap. 9 refere-se à contribuição do empirismo, destacando-se as ciências humanas como ferramenta do progresso social. As faculdades de ciências sociais surgem porque são necessárias às elites dirigentes os técnicos para pensar e agir harmoniosamente com o interesse da expansão econômica do estado e do país na função de orientar e dirigir essa expansão. Daí, a importância da operacionalidade e, em conseqüência, a sociografia. Destacam-se as universidades e fundações norte-americanas na formação desses técnicos. A Sociologia, assim concebida, é uma disciplina essencialmente descritiva e tautológica, e não quer questionar as bases da estrutura do país. As ciências

sociais tornam-se, pois, pílulas bem dosadas para fins de exploração econômica e política, bloqueando as transformações sociais.

O cap. 10 refere-se às repercussões do historicismo, o qual se não é estranho no Brasil, também não exerceu influência preponderante. Destaca a preocupação de G. Freyre em historiar o povo e não os heróis e sua posição culturalista em oposição ao naturalismo positivista. Ressalta a preocupação do I.S.E.B. em nacionalizar a reflexão brasileira em luta contra o colonialismo intelectual.

O cap. 11 compara Max Weber com Marx, afirmando que um completa o outro. Destaca os sociólogos brasileiros influenciados por ele.

O cap. 12 trata da Sociologia crítica e da Sociologia empírica, referindo-se a Florestan Fernandes, o qual assume posição revolucionária após ter trilhado pelo reformismo. A Sociologia crítica, através dos membros do CEBRAP, tem papel de destaque. O diálogo com sociólogos internacionais mantêm-se vivo, diversificando-se as influências. Assim, a crise da sociedade burguesa aflige também a Sociologia no Brasil e dela resulta uma fermentação crítica e enriquecedora para a realidade latino-americana.

Ressalta-se, no decorrer da obra, a conotação de classe que é dada à formação da cultura brasileira, através do positivismo e do evolucionismo. A importação do pensamento europeu e norte-americano, acentuando a dependência superestrutural ideológica, vem favorecer a burguesia brasileira. Nota-se a contribuição para esclarecer a origem das ciências sociais no Brasil, a que elas estão ligadas e que interesses as movem.

O autor não menciona a "teoria da dependência", que no dizer de Achim Schrader, pode ser entendida como a declaração de independência da Sociologia latino-americana. Saiu-se do beco sem saída da mera adaptação do pensamento importado. Pelo contrário, passou-se a se exportar a criatividade nativa. Fernando Henrique Cardoso chegou a falar no consumo da "teoria da dependência" nos EUA.

Afinal, cumpre notar que a obra é rica em referências a nomes destacados do pensamento sociológico brasileiro, fornecendo um quadro bastante completo para futuras pesquisas no setor e para o conhecimento da nossa própria realidade.

Antônio Carlos Bergo

SUMÁRIO DO 1º VOLUME

- Alfonso Trujillo FERRARI, Valores Sociais: filosófica e sociologicamente encarados, **1 (2): 75 – 88.**
- Amaury CASTANHO, Direitos Humanos na Sagrada Escritura, **1 (1): 69 – 76.**
- Antonio Carlos MAZZEO, O estruturalismo e a opção tecnocrática, **1 (3): 79 – 88.**
- Antonio Joaquim SEVERINO, A questão da autenticidade da filosofia brasileira, **1 (1): 43 – 51.**
- Ary NEPOTE, Trabalho sobre textos: Mendeleiev e Weatherall, **1 (2): 107 – 114.**
- Azael Duarte MARTINS, Jhering: A luta pelo direito, **1 (4): 107 – 114.**
- Carlos Lopes de MATTOS, Monismo ou Pluralismo ? **1 (4): 89 – 92.**
- Claret Rocha de Toledo PIZA, O conceito da liberdade na carta aos Gálatas, **1 (1): 107 – 113 – 1 (2): 121 – 136.**
- Constança Marcondes CESAR, A crítica de Lukács a Heidegger, **1 (1): 53 – 57.**
 A crítica de Bachelard á duração bergsoniana, **1 (2): 09 – 16.**
 A influência de Bruschvig em Bachelard, **1 (3): 41 – 70.**
- Ernst BLOCH, O homem como possibilidade, **1 (2): 29 – 42.**
- Florindo STELA, A ansiedade existencial para Paul Tillich, **1 (3): 123 – 128.**
- Francisco de Paula SOUZA, O homem e a verdade, **1 (1): 59 – 67.**
 O pensamento contemporâneo e a definição clássica de verdade, **1 (2): 89 – 100.**
 A doutrina aristotélico-tomista da ciência, **1 (4): 01 – 88.**
- Gabriel Lomba SANTIAGO, As múltiplas direções da Filosofia contemporânea, **1 (3): 11 – 24.**
- Hilton JAPIASSU, Por uma Filosofia da Psicologia, **1 (3): 71 – 78.**
- João Carlos NOGUEIRA, A linguagem como verdade do homem: uma tarefa simplesmente humana, **1 (1): 11 – 33.**
 Heidegger ou os novos caminhos da Filosofia, **1 (3): 25 – 40.**

João Francisco Regis de MORAIS, Religião, educação e ciência no século XX (aspectos), 1 (1): 77 – 88.

Oswald Spengler: o acidente agônico, 1 (3): 89 – 112.

José Antonio Moraes BUSCH, Caminhos da Pastoral Universitária na Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 1 (3): 129 – 142.

José Augusto da Silva Pontes NETO, A emergência da psicologia humanista, 1 (2): 101 – 106.

Maria Tereza Penteado CARTOLANO, A filosofia na formação do professor do 2º Grau. 1 (4): 115 – 132.

Newton Aquiles Von ZUBEN, Projeto e utopismo dialógico: uma questão antropológica, 1 (4): 93 – 106.

Olga de SÁ. O caráter estético dos símbolos religiosos e o caráter religioso dos símbolos estéticos, 1 (2): 67 – 74.

Paulo B. BARROS e Paulo BIANCHESI, Comentário sobre as implicações metodológicas ao pensamento rogeriano, 1 (2): 115 – 120.

Pierre FURTER, As várias faces de Ernst Bloch, 1 (2): 17 – 28.

Ruben ALVES, Pesquisa: para quê ? 1 (1): 35 – 41.

Religião: patologia ou busca de sanidade ? 1 (3): 113 – 122.

Sully URBACH, Ética e Pesquisa Média, 1 (1): 101 – 106.

Tarcísio MOURA, O mito, matriz da arte e da religião, 1 (1): 89 – 100.

A visão existencialista na interpretação da realidade histórica da Salvação, 1 (2): 43 – 66.

ÍNDICE DE AUTORES

Neste índice estão relacionados os autores constantes da Bibliografia Brasileira de Filosofia, referente ao vol. 2 de **Reflexão**. Os números grifados indicam autores citados nos vários trabalhos.

- ADORNO, Theodor 273.
ALMEIDA, João Mendes de **109**.
ALVES, Rubem 173.
ANDRADE, Eugênio M. de 163.
ANDRADE, Mário de **109**.
ANTUNHA, Heládio C.G. 158.
ARAÚJO, Braz José de 255.
ARCOVERDE, Cardeal **109**.
ARISTÓTELES, **193**.
ARRAIS, Telmo C. 260.
- BACHELARD, Gaston **117, 122**.
BARBIAN, Tilberto H. **244**.
BARRETO, Luís P. **109**.
BARRETO, Tobias **109**.
BAVAB, M. Ap. R. 227.
BAUMER, Bettrira 146.
BENOIST, Luc 290.
BERGER, Manfredo 159.
BERLINGUER, Giovanni **174**.
BORTOLETTO, Maria A. 163.
BOURDIEU, Pierre 160.
BRANDÃO, Gildo M. B. 255.
BRANDÃO, Zaia 163.
BRIEGER, F. G. 287.
BRILL, Alice 238, 239.
BRUNSCHVIG, L. **117**.
BUBER, Martin **132**.
BUNGE, Mário 133, **136**.

- CAMELLO, Maurílio J. de O. 279.
CAMPOS, Fernando A. 210.
CAMPOS, Francisco **108**.
CAPALBO, Creusa 264.
CARMO, Raymundo E. do 144, 145.
CARNAP, Rudolf **136**.
CARONE, Iray 245.
CARTOLANO, M. Tereza P. 228.
CASA NOVA, Mário L. 194.
CASSIRER, Ernst **131**.
CASSORLA, Roosevelt M. S. 281.
CASTILHOS, Júlio de **108**.
CASTRO, Cláudio de M. 163.
CAVAZZUTTI, Tommaso 268.
CESAR, Constança M. 117.
CHACON, Varmireh 265.
CHALUB, Miguel 280.
CHASIN, José 255.
CHAVES, Eduardo 110.
COELHO, Luís F. 177.
COMTE, A. 108.
COLLET, Heloísa G. 161.
COSSIO, Carlos **123**.
COUTINHO, Carlos N. **124**
COTRIM, Gilberto V. 188.
CRIPPA, Adolpho 289.
CRUZ COSTA, João 246.
CUNHA, Luís A. 163.
- DALLARI, Dalmo de A. 153.
DALLE NOGARE, Pedro 254.
DAMASCENO, José R. 278.
DELEUZE, Gilles. 111.
DESCARTES, René **194, 195, 197**.
DI DIO, Renato A. T. 142, 162, 253.
DUARTE, Samuel 285.
DUFRENNE, Mikel **277**.
DUMAZEDIER, Joffre 185.

ENGELS, F. 206, 209, 210, 211.

ESPINOSA, **197, 200, 224.**

FALCÃO, Aníbal **108.**

FARIAS BRITO, Vicente **109.**

FERNANDES, Florestan 247.

FERREIRA, Luís P. 154.

FERREIRA FILHO, Manoel G. 155.

FERREIRA, Oliveiros S. 201.

FERREIRA, Silvestre P. **109.**

FERRER, Aldo 156.

FETIZON, Beatriz M. 214, 220, 221.

FEYERABEND, Paul K. **121, 136.**

FIGUEIREDO, Jackson de **109.**

FINK, **127.**

FOGEL, Gilvan 119.

FONTANA, Dino F. 104.

FRANÇA, Eduardo **109.**

FRANCA, Leonel **109.**

FRANCO, Maria J. de C. 248.

FREIRE, Paulo **228.**

FREIRE MAIA, Newton 112.

FREUD, Sigmund **116, 203, 281.**

FROMM, Erich **203.**

GABBI Jr. Osnir F. 203.

GALEFFI, Romano 224.

GALILEU, G. **197.**

GARCIA, Pedro B. 256.

GARCIA, Walter E. 163.

GARDET, Louis 146.

GASTALDI, J. P. 147.

GOETHE, **196.**

GOLDBERG, Maria A. A. 164.

GRAÇA ARANHA, **109.**

GRAMSCI, Antonio **201, 212, 255.**

GRANATO, Terezinha A. C. 257.

GUIMARÃES, Neljanir da Silva 229.

GUIMARÃES ROSA, João **248.**

- HEGEL, 195.
HEGENBERG, L. 107, 120, 121, 136, 189, 202, 252.
HEIDEGGER, Martin 125.
HEMPEL, Karl 136.
HERBART, 115.
HUBERMAN, A. M. 165.
HUME, David 110, 113, 114, 198.
HUSSERL, Edmund 119, 127, 144.
- IANNI, Octávio 258.
ISEB, 243, 255.
- JAGUARIBE, Hélio 156.
JANICOT, Aimé 230.
JAPIASSU, Hilton F. 122, 175, 213.
JARDIM, Antonio de S. 108.
JHERING, R. Von 199.
- KAGAME, Alexis 146.
KANDINSKY, 275.
KANT, Immanuel 111, 195, 198, 224.
KEPLER, 197.
KNOLL, Victor 195.
KRUGER, Helmuth R. 137.
KRUSE, Dom Beda 269.
KUHN, Thomas 122, 136, 270.
- LACAN, Jacques 281.
LADRIÈRE, Jean 282.
LANZ, Rudolf 196, 197.
LARA, Tiago A. 108
LARRE, Claude 146.
LASK, Emil 118.
LEBRUN, Gerard 198.
LE GOFF, Jacques 138, 139, 140.
LEIBNIZ, 197.
LE MOS, Miguel 109.
LEVI-STRAUSS, Claude 148.

- LIMA, Alceu A. **109**.
LIPPMANN, H. Ludwig 143, 166.
LINS, Osman 225.
LLOYD, G. E. R. 146.
LODI, Nilse Ap. 231.
LUKACS, Georg 255.
- MACEDO, Ubiratan 205, 241.
MACH, Ernst **136**.
MACHADO, Geraldo P. 109.
MACHADO NETO, A. L. 123, 178, 179, 180.
MACIEL, Jarbas, 192.
MAC INTYRE, **283**.
MAGALHÃES, Gonçalves de **109**.
MAIA, Nelly A. 232.
MAQUIAVEL, **212**.
MARIANO Jr., Júlio 270.
MARIUZZO, João J. I. 249, 266.
MARTINS, Azael D. 199.
MARTINS, Joel 163.
MARTINS, Waldemar V. 250.
MARX, Karl 208, 207, 209, 210, 211, **219, 244, 267 268**.
MATTOS, Carlos L. 200, 217.
MAZZEO, Antonio C. 124.
MENDES, Teixeira **109**.
MENDONÇA, Eduardo P. de 259.
MERLEAU-PONTY, M. 141.
MEZIANE, Abdelmazid 146.
MIRANDA, Maria do C. T. 125.
MOMBACH, Oscar 261.
MONTALVERNE, **109**.
MONTEIRO, João Paulo 113.
MORAIS, João F. Regis de 126, 236.
MOREIRA, Mário H. 127.
MOSQUERA, Juan 286.
MOUNIER, Emmanuel **129**.
MOURA, Tarcísio 271.

- NEHER, André 146.
NEWTON, Isaac 197.
NOGUEIRA, João Carlos 128.
NOGUEIRA, Marco A. 255.
NORA, Pierre 138, 139, 140.
- OLIVEIRA, João B. 233.
- PAIM, Antonio 190, 191.
PANNIKAR, Raimundo 146.
PARISI, Mário 188.
PASCAL, 197.
PASSERON, Jean-Claude 160.
PATTARO, Germano 146.
PAULA SOUZA, Francisco 193.
PENNA, Antonio G. 272.
PESSOA, Reynaldo C. 255.
PIAGET, Jean 131, 272.
PIRES, Francisco V. 218.
POPPER, Karl R. 120, 122, 136, 158, 213.
PLATÃO, 192.
PORTO, José de Sá 288.
PRADO Jr., Caio 255.
PRETI, Dino 240.
PROSPERI, Edna B. 216.
- RANGEL, Paschoal 267.
REALE, Miguel 109, 149, 181, 182, 183.
REIMER, Everett 167.
REIS FILHO, Casemiro dos 163.
REQUIXA, Renato 186.
RIBEIRO, Cleone 216.
RICOEUR, Paul 146, 283.
ROCCO, M. Tereza F. 240^a.
ROMERO, Sílvio 109.
ROUSSEAU, Michel 150.
RUAS, Antonio G. 163.
RUSSELL, Bertrand 136.

- SALDANHA, Louremi 163.
SALDANHA, Néilson 184.
SALIMON, Ibraim L. 234.
SANTIAGO, Gabriel L. 105.
SANTOS, Ely S. 251.
SANTOS, José H. 176.
SANTOS, Theotonio 146.
SARTRE, Jean-Paul **127, 274**.
SAVIANI, Dermeval 163, 168, 169, 235.
SCANTIBURGO, João de 237.
SBFC, 102.
SCHABEN, Egm. 170, 242.
SBPC, 103, 263.
SCHAEFFER, Maria L. 204.
SCHAFF, Adav. **244**.
SCHEFFLER, Israel **136, 171**.
SCHIFFERS, Norbert 283.
SCHWEITZER, Albert **271**.
SEABRA, Maria do P. 277.
SESC, 187.
SEVERINO, Antonio J. 129.
SHUTZ, **127**.
SIEBENEICHLER, Flávio 273.
SILVA, Maria B. Nizza de 114.
SIMÕES, Gilda N. 115.
SIMON, Paul 274.
SNEED, **136**.
SODRÉ, Néilson W. 255.
SOUZA, José S. **109**.
SOUZA, Maria do Carmo C. de **226**.
SOUZA, Soriano de **205**.
SOUZA, José P. G. 157.
SOVERAL, Eduardô A. 116, 135.
SPLEGLER, Oswald **126**.
STEIN, Edith **269**.
STELA, Florindo 130.
STUBBS, Roy Ch. 134.

SUPPE, 136.

SUPPER, 136.

TABORDA, Francisco 276.

TEIXEIRA, Anísio 204.

TILLICH, Paul 130.

TOLEDO, Caio N. de 243.

TOMÁS DE AQUINO, 193, 219.

TOULEMONT, 127.

TRAGENBERG, Maurício 163.

TRIPODI, Tony 215.

VARGAS, Getúlio 108.

VIEIRA, Élio 163.

VILLALOBOS, Maria da Penha 131.

VITA, Luís W. 106.

VON ZUBEN, Newton A. 132, 222.

XENOFONTE, 249, 266.

WARDE, Mirian J. 172.

WEBER, Max 244, 255.

WIEDMAN, Luís F. S. 151, 284.

WIONCZEK, Miguel 156.

WITTGENSTEIN, Ludwig 136.

ZILBERBERG, M. Helena 275.

ZILLES, Urbano 223.

ÍNDICE DE AUTORES

Neste índice estão relacionados os autores constantes da Bibliografia Brasileira de Teologia referente ao vol. 2 de **Reflexão**. Os números grifados indicam autores citados nos vários trabalhos.

- AMSTAD, Teodoro, **81**
ANASTÁCIO, Timóteo Amoroso, 30
ANCHIETA, Joseph de, 82
AZZI, Riolando, 16
- BARBÉ, Domingos, 18, 44
BAUER, Johannes B., 15
BASÍLIO, **63**
BELLINATO, Guilherme, 35
BETTENCOURT, Estêvão, 41
BOFF, Leonardo, 77
BRATTI, Paulo, 55, 97
BUSCH, J. A. Moraes, 19
- CALIMAN, Cleto, 96
CARKHUFF, **95**
CARDOSO, Armando, 82, 83
CARLONI, Nélon, 26
CARRERAS, **94**
CHABASSUS, Henri, 95
CHARBEL, Antônio, 36, 70
CLEMENTE, **63**
COLUSSI, Luiz, 79
COMBLIN, José, 80
CONGAR, I., **50**
CRISÓSTOMO, João, **63**
CUPERTINO, Fausto, 34
- DATTLER, Frederico, 37, **38**
DUTIL, Gaston, 22

ETCHEGARAY, Roger, 10

FARIA, Henrique de Moura, 11

FEINER, Johannes, 69

FREUD, 53

FRIES, Henrich, 60

FUCHS, Josef, 14

GERKEN, John D., 50

GUIBAL, Alexandre, 22

GUSSO, Enzo Campos, 98

HOFFNER, Joseph, 99

HORTAL, Jesus, 32

ISAÍAS, 39

KIPPER, João Balduino, 38, 65, 66, 85

KONINGS, Johan, 17, 42, 74

KUNG, Hans, 51

LEPARGNEUR, Hubert, 20, 49, 78

LEPP, Ignace, 28

LIBÂNIO, J. B., 25, 62, 91

LIMA, A. de A., 57

LIMA, P. R. de, 57

LOYOLA, Inácio de, 83

LYRA, Cármen M. Tavares de, 63

MAC DOWELL, João, 93

MARX, 53

MATEUS, São, 66

MOHANA, João, 23, 24

MOESCH, Olavo, 12

MOLTMANN, Jürgen, 76

MORAN, Gabriel, 59

NAZIANZENO, Gregório, 63

NEIS, Ruben, 81

NIERO, Haroldo, 94

NISSA, Gregório de, 63

PAULO, São, 37, 38

PAULO VI, 48

PHILIPS, Mons., 50

PIAZA, Waldomiro O., 90

PRIM, Basílio, 27

QUEVEDO, Oscar, 75

RAHNER, Karl, 50, 51

REICKE, Bo, 38

ROGERS, C., 95

RUBIO, A. Garcia, 56

SANFORD, Agnes, 92

SANTIAGO, Gabriel Lomba, 100

SANTOS, B. dos, 78

SAUNIER, Francis, 22

SCHMIDT, José Bonifácio, 71, 88

SEGUNDO, Juan Luís, 52, 53, 72

SKRZYPCZAK, Otto, 39, 86

SOUBIGOU, Luís, 58

SOUZA, L. J. de, 57

STADELMANN, Luís, 43

TABORDA, Francisco, 4

TERRA, J. E. Martins, 13, 40

TERTULIANO, 84

TEUSCH, José, 73

THALHAMER, 50

TILLESSE, Caetano M. de, 67

VAN MELSEN, 94

VISCHER, Lukas, 69

VOLTAIRE, 53

WILGES, Irineu, 54

ZAGONEL, Carlos, 17

ZILLES, Urbano, 21, 31, 48, 68, 84, 87

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

GRÃO-CHANCELER

Prof. Dr. D. Antônio Maria Alves de Siqueira

MAGNÍFICO REITOR

Prof. Dr. Benedito José Barreto Fonseca

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ACADÊMICOS

Prof. Dr. D. Roberto Pinarello Almeida

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Prof. Dr. Marino Emílio Falcão Lopes

CAPELÃO-GERAL

Monsenhor Luís Fernandes de Abreu

PÁROCO E COORDENADOR-GERAL DA PASTORAL

Prof. Pe. José Antonio Morais Busch

INSTITUTO DE FILOSOFIA E TEOLOGIA

DIRETOR

Prof. Cônego Haroldo Niero

VICE-DIRETOR

Prof. Cônego Fernando de Godoy Moreira

COORDENADOR DO DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA

Prof. Dr. Antônio Joaquim Severino

COORDENADOR DO DEPARTAMENTO DE TEOLOGIA

Prof. Côn. Haroldo Niero

SECRETÁRIA DO INSTITUTO

Vilma Pratalli

